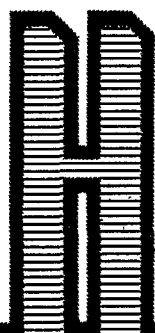




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVI - Nº 13

SEXTA-FEIRA, 1º DE FEVEREIRO DE 1991

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 13ª SESSÃO CONJUNTA, EM 31 DE JANEIRO DE 1991

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO NILSON GIBSON — Política agrícola.

DEPUTADO ADYLSO MOTA — Fechamento de agências e postos do Banco do Brasil.

SENADOR ALUÍZIO BEZERRA — Guerra no Golfo Pérsico.

DEPUTADO ARNALDO MARTINS — Ato nº 211, de 1991, da Mesa da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre os cargos em comissão de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DEPUTADO ENOC VIEIRA — Ensino católico romano nas escolas públicas.

DEPUTADO GERALDO MACIEL — Setor elétrico brasileiro.

DEPUTADO EDIVALDO MOTA — Situação econômica e social do Estado da Paraíba.

DEPUTADO FERNANDO SANTANA — Extinção do apartheid. Guerra no Golfo Pérsico.

DEPUTADO ELIEL RODRIGUES — Matéria publicada no *Jornal do Brasil*, sob o título "Crescimento de seitas assusta a CNBB".

DEPUTADO CARLOS COTTA — Nota oficial da Mesa Diretora da Câmara

dos Deputados, desmentindo matéria publicada no *Jornal do Estado de S. Paulo* sob o título "Eleitos terão mais recursos".

DEPUTADO VALTER PEREIRA — Fechamento de agências e postos do Banco do Brasil em Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA — Guerra no Golfo Pérsico.

DEPUTADO SARNEY FILHO — Fechamento de agências e postos do Banco do Brasil.

DEPUTADO CÉLIO DE CASTRO — Concessão, pelo governo brasileiro, de asilo político a cinco chineses, que teriam participado das grandes manifestações populares, em 1989, na Praça da Paz Celestial.

DEPUTADO ARTUR LIMA CAVALCANTI — A situação da saúde no Brasil.

DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL — Alternância na direção dos trabalhos do Congresso Nacional.

DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA — Matéria publicada no jornal *Correio Braziliense*, sob o título "O campo como melhor opção".

DEPUTADO MESSIAS GÓIS — Convênio visando a um estudo preliminar para irrigação de oitenta mil hectares, nos Estados de Sergipe e Alagoas. Fechamento de agências e postos do Banco do Brasil.

DEPUTADA SANDRA CAVALCANTI — Repasse de recursos do Minis-

tério da Saúde para o Estado do Rio de Janeiro.

DEPUTADO ELIAS MURAD — Consumo de drogas durante o "Rock in Rio II".

SENADOR AMIR LANDO — Desempenho do Governo Federal em relação ao Estado de Rondônia.

DEPUTADA ANNA MARIA RATTES — Demissão de José Carneiro, diretor do Instituto Nacional de Controle de Qualidade e Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz.

DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO — Fechamento de agências e postos do Banco do Brasil.

DEPUTADO CÉSAR MAIA — Problemas econômicos, políticos e sociais do País.

DEPUTADO JONES SANTOS NEVES — Documento elaborado pela "Rede de Gazeta de Comunicação" sob o título "O futuro desejável da sociedade capixaba: Agendas para o futuro".

DEPUTADO CHICO HUMBERTO — Artigo do jornalista Nonato Cruz sob o título "Doutel, o missionário do trabalho".

DEPUTADO OCTÁVIO ELÍSIO — Rumos da educação superior no País.

1.2.2 — Ofício

— Da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, encaminhando parecer daquela co-

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200-exemplares.

missão sobre consulta da Presidência relativa à questão de ordem formulada pelo Deputado José Genóino concernente à apreciação de matérias correlatas às medidas provisórias que estão sendo apreciadas na atual convocação extraordinária.

1.2.3 — Comunicação da Presidência
— Realização de sessão extraordinária da Câmara dos Deputados, às 18 horas e 30 minutos de hoje.

1.3 — ORDEM DO DIA
— Medida Provisória nº 292, de 3 de

janeiro de 1991, que dispõe sobre a garantia de salário efetivo e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 13ª Sessão Conjunta, em 31 de janeiro de 1991

3ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nelson Carneiro e Iram Saraiva

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Amil Lando — João Menezes — Almir Gabriel — Oziel Carneiro — Moisés Abrão — Carlos Patrocínio — Antonio Luiz Maya — João Castelo — Alexandre Costa — João Lobo — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — José Agripino — Lavoisier Maia — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Nev Maranhão — Mansueto de Lavoura — Divaldo Suruagy — Teotônio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Luiz Viana Neto — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Hydekell Freitas — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Ronan Tito — Maurício Corrêa — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Antônio Alves — Pompeu de Sousa — Meira Filho — Roberto Campos — Lourenberg Nunes Rocha — Marcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — José Paulo Bisol — José Fogaça

E OS SENHORES DEPUTADOS:

Acre

Maria Lúcia — PMDB; Narciso Mendes — PFL; Nasser Almerida — PDS; Osmir Lima — PMDB.

Amazonas

Bernardo Cabral — S/P; José Dutra — PMDB; José Fernandes — PST.

Rondônia

Arnaldo Martins — PSDB; Assis Canuto — PTR, José Guedes — PSDB.

Pará

Amilcar Moreira — PMDB; Eliel Rodrigues — PMDB; Fernando Velasco — PMDB; Gerson Peres — PDS.

Tocantins

Freire Júnior — PRN; Leomar Quintanilha — PDS; Paulo Mourão — PDS; Paulo Sidnei — PMDB.

Maranhão

Albérico Filho — PFL; Costa Ferreira — PFL; Enoc Vieira — PFL; Haroldo Sabóia — PDT; Jayme Santana — PSDB; José Carlos Sabóia — PSB; José Teixeira — PFL; Sarney Filho — PFL; Victor Trovão — PFL; Wagner Lago — PDT.

Piauí

Átila Lira — PFL; Felipe Mendes — PDS; Myriam Portella — PSDB; Paes Landim — PFL; Paulo Silva — PSDB.

Ceará

Carlos Virgílio — PDS; César Cals Neto — PSD; Etevaldo Nogueira — PFL; Expedito Machado — PST; Flavio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gidel Dantas — PDC; José Lins — PFL; Mauro Sampaio — PSDB; Moema São Thiago — PSDB; Orlando Bezerra — PFL; Raimundo Bezerra — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PRN; Flávio Rocha — PRN; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Iberê Ferreira — PFL; Ismael Wanderley — PTR; Marcos Formiga — PST; Ney Lopes — PFL; Vingt Rosado — PMDB.

Paraíba

Adauto Pereira — PFL; Antonio Mariz — PMDB; Edivaldo Motta — PMDB; Edme Tavares — PFL; Francisco Rolim — PSC; João Agripino — PRN; José Maranhão — PMDB; Lucia Braga — PDT.

Pernambuco

Artur Lima Cavalcanti — S/P; Egidio Ferreira Lima — PSDB; Gilson Machado — PFL; Gonzaga Patriota — PDT; Horácio Ferraz — PFL; Inocêncio Oliveira — PFL; José Carlos Vasconcelos — PRN; José Moura — PFL; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Roberto Freire — PCB; Wilson Campos — PMDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — PFL; José Costa — PSDB; José Thomaz Nonô — PFL; Roberto Torres — PTB; Vinicius Cansanção — PFL.

Sergipe

Bosco França — PMDB; Djenal Gonçalves — PMDB; João Machado Rollemberg — PFL; Leopoldo Souza — PMDB; Messias Góis — PFL.

Bahia

Ângelo Magalhães — PFL; Benito Gama — PFL; Carlos Sant'Anna — PMDB; Celso Dourado — PSDB; Eraldo Tinoco — PFL; Fernando Santana — PCB; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Jairo Azi — PDC; João Alves — PFL; Jonival Lucas — PDC; Jorge Hage — PDT; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PSDB; Leur Lomanto — PFL; Luiz Eduardo — PFL; Manoel Castro — PFL; Milton Barbosa — PFL; Nestor Duarte — PMDB; Prisco Viana — PMDB; Sérgio Brito — PDC; Uldurico Pinto — PSB; Virgildásio de Senna — PSDB; Waldeck Ornelas — PFL.

Espírito Santo

Jones Santos Neves — PFL; Lurdinha Savignon — PT; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolin — PFL; Rita Camata — PMDB; Stélio Dias — PFL.

Rio de Janeiro

Adolfo Oliveira — PFL; Álvaro Valle — PL; Anna Maria Rattes — PSDB; Arolde de Oliveira — PFL; Artur da Távola — PSDB; Benedita da Silva — PT; Bocayuva Cunha — PDT; Carlos Alberto Caó — PDT; César Maia — PDT; Clímério Velloso — PMDB; Daso Coimbra — PRN; Edmilson Valentim — PC do B; Francisco Dornelles — PFL; Jayme Campos — PRN; Jorge Gama — PMDB; José Carlos Coutinho — PDT; Luiz Salomão — PDT; Lysâneas Maciel — PDT; Miro Teixeira — PDT; Nelson Sabrá — PRN; Oswaldo Almeida — PL; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PRN; Sandra Cavalcanti — PFL; Simão Sessim — PFL; Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT.

Minas Gerais

Aécio Neves — PSDB; Aloísio Vasconcelos — PMDB; Alysso Paulinelli — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PSDB; Célio de Castro — PSB; Chico Humberto — PST; Christóvam Chiaradia — PFL; Elias Murad — PSDB; Hélio Costa — PRN; Humberto Souto — PFL; Ibrahim Abi-

Ackel — PDS; Israel Pinheiro — PRS; João Paulo — PT; José da Conceição — PRS; José Santana de Vasconcellos — PFL; Lael Varella — PFL; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Alberto Rodrigues — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PRN; Maurício Campos — PL; Octávio Elísio — PSDB; Paulo Delgado — PT; Raul Belém — PRN; Ronaro Corrêa — PFL; Saulo Coelho — PSDB; Sérgio Naya — PMDB; Sérgio Werneck — PL; Virgílio Guimarães — PT.

São Paulo

Afif Domingos — PL; Antoniocarlos Mendes Thame — PSDB; Cunha Bueno — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Delfim Netto — PDS; Fábio Feldmann — PSDB; Florestan Fernandes — PT; Gastone Righi — PTB; Geraldo Alckmin Filho — PSDB; Hélio Rosas — PMDB; Irma Passoni — PT; José Genoíno — PT; Koyu Iha — PSDB; Luiz Eduardo Greenhalgh — PT; Mendes Botelho — PTB; Nelson Seixas — PSDB; Ricardo Izar — PL; Roberto Rollemberg — PMDB; Robson Marinho — PSDB; Samir Achôa — PMDB; Sólton Borges dos Reis — PTB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Iturival Nascimento — PMDB; João Natal — PMDB; José Freire — PMDB; Lúcia Vânia — PMDB; Mauro Miranda — PMDB; Naphtali Alves de Souza — PMDB; Pedro Canedo — PRN; Tarzan de Castro — PDT.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Francisco Carneiro — PTR; Geraldo Campos — PSDB; Marco Antonio Campanella — PMDB; Valmir Campelo — PTB.

Mato Grosso

Joaquim Sucena — PTB; Jonas Pinheiro — PFL; Osvaldo Sobrinho — PTB.

Mato Grosso do Sul

Levy Dias — PST; Plínio Martins — PSDB; Valter Pereira — PMDB.

Paraná

Antônio Ueno — PFL; Basílio Villani — PRN; Borges da Silveira — PDC; Matheus Iensen — PTB; Max Rosenmann — PRN; Nelson Friedrich — PDT; Renato Johnsson — PRN.

Santa Catarina

Antônio Carlos Konder Reis — PDS; Artenir Werner — PDS; Eduardo Moreira — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Orlando Pacheco — PFL; Renato Vianna — PMDB; Victor Fontana — PFL.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck — PSDB; Adylson Motta — PDS; Amaury Muller — PDT; Carlos Cardinal — PDT; Hermes Zaneti — PSDB; Hilário Braun — PMDB; Ivo Lech — PMDB;

Ivo Mainardi — PMDB; João de Deus Antunes — PDS; Luís Roberto Ponté — PMDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Paulo Paim — PT; Telmo Kirst — PDS; Vicente Bogo — PSDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Eraldo Trindade — PFL; Julio Pereira — PSB.

Roraima

Chagas Duarte — PDT; Julio Martins — PTB.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — As listas de presença registram o comparecimento de 64 Srs. Senadores e 247 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, uso hoje a tribuna do Congresso Nacional a fim de registrar com a maior satisfação a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que “dispõe sobre a política agrícola”, portanto, o País já tem lei agrícola.

Relembro que nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte fui solicitado pelo Ministro Íris Rezende, da Pasta da Agricultura, estimado amigo e companheiro do PMDB, da corrente política dos moderados na agremiação partidária, no sentido de apresentar emenda incluindo a política agrícola na discussão e votação da nova Constituição.

Inicialmente conseguimos, no “Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” e, posteriormente, na parte permanente, precisamente no art. 187. O Ministro Íris Rezende iniciou os trabalhos para adoção da lei agrícola, mas, efetivamente, o grande vitorioso é o Ministro Antônio Cabrera, apesar dos vetos patrocinados pela Ministra Zélia Cardoso de Mello.

Não resta dúvida, a análise da lei mostra que a Ministra Zélia Cardoso de Mello saiu vitoriosa, mas o Ministro Antônio Cabrera deixa claro que não houve confronto, apenas algumas divergências normais. A Lei Agrícola traz avanços, moderniza o campo e vai fazer da agricultura o maior negócio do País. Está concentrado no setor mais de 40% do PIB.

Os principais pontos da Lei nº 8.171/91 são: Atividade Agrícola — engloba produção rural e de insumos, agroindústria, comércio e abastecimento (inclusive estoques). Conselho Nacional de Política Agrícola — vinculado ao Ministério da Agricultura, o CNPA tem como função controlar a política agrícola. Planejamento — o Ministério da Agricultura passa a responder pelo planejamento da atividade agrícola. Até então, a tarefa cabia ao Ministério da Economia. Preços Mínimos — definidos pelo Ministério da Agricultura, com tratamento privilegiado para alimentos

básicos. Estima de Safra — passam a ser obrigação do Ministério da Agricultura, que tem 90 dias para implantar em todo o País uma estrutura capaz de atender à exigência. Os dados precisam ter ampla divulgação. Custo de Produção — o Ministério da Agricultura tem de calcular os custos médios dos diferentes produtos nas várias regiões do País. Pesquisa — o Governo Federal irá divulgar as pesquisas da área agrícola em andamento e o resultado das já concluídas. Estoques — prioridade para alimentos básicos, comprados preferencialmente de associações cooperativas de pequenos e médios produtores. Crédito Agrícola — a caderneta de poupança verde é estendida a toda a rede bancária e à pesca e atividades extrativistas não-predatórias. Seguro-Agrícola — aberto a todas as culturas, inclusive extrativismo não-predatório e pesca, independente do financiamento da produção.

Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Congressistas, parte dos pontos vetados estão sendo reeditados na forma de leis complementares. O Ministério da Agricultura tem 90 dias para regulamentar a lei, em seguida, salvo melhor juízo, devemos lutar para tirar as matérias e assuntos agrícolas do Conselho Monetário Nacional e transferi-los para o recém-criado Conselho Nacional de Política Agrícola, órgão consultivo, do qual o Presidente é o próprio Ministro da Agricultura.

A lei não é a ideal, mas é pior sem ela. É o passo inicial de um processo de discussão que no futuro vai proporcionar o seu aperfeiçoamento. O texto final é bom, a decisão do Governo de divulgar o nível e o custo dos estoques, além do balanço de oferta e demanda da produção compromete a transparência do mercado. A lei representa um progresso, embora não seja o que poderia, o Ministério da Agricultura não ganhou o poder que desejava, mas, pelo menos está muito mais forte.

Sr. Presidente, oportunamente voltaremos ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adylson Motta.

O SR. ADYLSO MOTA (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Congressistas, tenho ocupado esta tribuna para alertar o Governo sobre as consequências desastrosas para o nosso País, e de modo especial para o setor agrícola, se for realmente cumprido o teor da nota divulgada pela direção do Banco do Brasil, de fechar 1.596 de suas unidades, entre agências e postos de atendimento.

E isso que era apenas um temor que eu manifestava, passou a ser uma preocupação real a partir do momento em que tive o desprazer de conhecer e ouvir o despreparado, prepotente, incompetente e mal educado Presidente dessa Instituição, um anônimo e medíocre tecnocrata que não demonstra saber conviver com os comezinhos princípios de urbanidade e convivência social

Atendendo apelo dos municípios que represento, e preocupado com os demais que serão prejudicados (somente no Rio Grande do Sul serão atingidas 29 agências e 162 postos), usei desta tribuna duas vezes. Após meus pronunciamentos procurei marcar uma audiência com o Presidente do Banco do Brasil, para a bancada gaúcha, composta de 31 Deputados de todos os partidos, não tendo conseguido um horário para falar com S. S^{ra}, o que não foi difícil quando, por quatro vezes, fui recebido pelo Presidente da República e, dezenas de vezes, por seus ministros, sempre solícitos e cordiais no trato com os parlamentares.

Recebi, entretanto, um convite do Banco do Brasil para assistir a uma palestra do falatório que o preside, quando numa postura professoral transmitiu-nos as decisões que adotou e que, frisou, eram definitivas, o que tirava qualquer sentido de nossa presença naquela arenga monótona e tediosa, inoportuna esta que, aliás manifestei, sendo brindado com um gesto de descortesia do aludido capadocio.

Se uso desta tribuna Sr. Presidente e Srs. Congressistas, não o faço para queixas pessoais, que estas são muito pequenas e as sei resolver, mas é para fazer um apelo ao Presidente Collor, à Ministra da Economia, ao Presidente do Banco Central, a fim de que preservem uma instituição que ao longo de séculos tem sido motivo de orgulho para o nosso País.

Que se ofereçam os ajustes necessários, que se corrijam as distorções, mas que não esqueçam de dialogar com a sociedade, da qual somos os legítimos representantes nesta Casa, pelo menos este é o sentido do voto, da eleição e da democracia.

Estou preocupado com o pequeno produtor, com o pequeno município que tem no Banco do Brasil o suporte para desenvolver as suas atividades.

Estou preocupado com o clima de terror que grassa entre os funcionários, principalmente os pequenos e os novos, pela insegurança que os atormenta no dia-a-dia.

Dispensar funcionários incompetente, ocioso ou relapso, ou improbo, não deve ser meta administrativa, mas a obrigação primeira de qualquer administrador responsável e sério.

Dispensar maus funcionários não deve ser galardão e ser exposto em manchetes de jornais para marcar pontos com o chefe, mas sim gesto de lisura no trato da coisa pública.

Finalmente, faço um apelo aos Líderes na Câmara e no Senado, e ao Ministro Jarbas Passarinho, para que alertem o Presidente Collor para o verdadeiro crime que em seu nome está sendo perpetrado e que foge aos seus verdadeiros propósitos de dar um rumo sério e seguro ao nosso País, e para isso ele contará comigo.

Sr. Presidente, faço este registro em face da notícia publicada hoje, no jornal **O Globo**. Peço a V. Ex^a autorização para que ela faça parte do meu pronunciamento, pois retrata com fidelidade o acontecimento de ontem.

Solicito ainda a V. Ex^a que também faça constar de meu pronunciamento uma reportagem da revista **Veja**, que mostra o despreço do Presidente do Banco do Brasil em relação ao trato com deputados e senadores, porque não foi a primeira vez que fato desagradável dessa natureza aconteceu.

Sr. Presidente, tenho grande respeito pelo mandato que detenho e pela instituição da qual sou integrante, por isso ocupo a tribuna neste momento. Não será um medíocre anônimo, embora eventualmente presidente do Banco do Brasil, que tratará com gestos de descortesia um deputado desta Casa. Apenas lamento ter cometido a fraqueza de haver comparecido à reunião. De acordo com nossos direitos e poderes, devemos fazer com que as autoridades da área econômica prestem-nos os esclarecimentos que a sociedade está a exigir.

Sr. Presidente, tão logo se iniciem os trabalhos da próxima legislatura, encaminharei à Mesa requerimento no sentido de a Ministra da Economia e o presidente do Banco Central aqui comparecerem. No entanto, não devemos deslustrar esta Casa trazendo o atual presidente do Banco do Brasil.

Precisamos tratar os interesses do nosso País com seriedade e no plano elevado da convivência civilizada.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

MATÉRIAS A QUE SE REFERE O ORADOR.

“REUNIÃO SOBRE O BB ACABA EM DISCUSSÃO

Policaro expulsa parlamentares de seu gabinete

Helena Chagas

BRASÍLIA — O Presidente do Banco do Brasil, Alberto Policaro, e um grupo de deputados de partidos aliados do Governo no Congresso protagonizaram ontem uma constrangedora discussão, que terminou com um convite de Policaro para que os parlamentares se retirassem de seu gabinete. Tudo começou com um mal-entendido: Policaro convidara os deputados para que ouvissem uma explicação sobre a necessidade de fechamento de agências do banco no interior de todo o País, mas os parlamentares acreditavam que, no encontro, teriam atendidas suas reivindicações para que algumas agências não fossem fechadas. Após Policaro informar que o fechamento das agências era irrevogável, o Deputado Adilson Motta (PDS — RS) não escondeu sua decepção e perguntou:

— Se a decisão é irrevogável, por que o senhor nos convidou para essa reunião?

Vários dos parlamentares começaram então a protestar e fazer a mesma pergunta, o que irritou Policaro. Na mesma hora, o Presidente do Banco do Brasil apontou para a porta e disse:

— Os senhores estão aqui porque querem: a porta é ali:

O grupo, integrado por duas dezenas de parlamentares, começou então a se levantar e saiu. Adilson Motta, porém, fez questão de manifestar antes a Policaro sua indignação com o tratamento recebido, protestando contra a "falta de educação" e ameaçando: a única forma de obter informações sobre o Banco do Brasil agora será convocar formalmente seu presidente a prestar depoimento na Câmara.

O incidente provocou manifestações de protesto entre os deputados do PFL e do PDS que estiveram presentes. Um deles, o Deputado Eraldo Tinoco (PFL — BA) fez questão de mostrar o documento enviado por Policaro ao líder de seu partido convidando a bancada para "debater e esclarecer todas as dúvidas existentes a respeito da desativação de postos de atendimento e a abertura de novas agências".

— Ele (Policaro) demonstrou uma falta de maturidade muito grande para a posição que ocupa — reclamava Eraldo Tinoco ao chegar na Câmara.

Antes de sair, o Deputado Adilson Motta deixou claro também ao Presidente do Banco do Brasil que o incidente contribuirá para piorar as delicadas relações entre o Congresso e o Governo.

— Se o senhor não sabe, estou aqui para discutir o assunto de maneira correta, até mesmo porque, no Congresso, eu sou da bancada que apóia o Governo — disse Adilson Motta ao Presidente do Banco do Brasil.

Outros parlamentares atribuíram o incidente ao fato de alguns deles terem criado falsas expectativas a respeito da audiência. Na véspera, um parlamentar do bloco governista chegara a dizer aos companheiros que cada deputado teria o direito de pedir a reabertura de cinco agências no interior de seu Estado.

NO CORREDOR POLONÊS

O Presidente do BB fecha agências, corta funcionários e põe o próprio pescoço em risco

O Presidente do Banco do Brasil, Alberto Policaro, chegou ao final da semana passada metido numa enrascada federal. Funcionário antigo da casa, ele chegou onde está pelas mãos da Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, com a missão de mudar a cara de uma instituição que tem quase 200 anos de idade, mostra muita eficiência em várias áreas, mas é um castelo de privilégios encravado no setor público. Sua tarefa era submeter o banco a uma dieta rigorosa para fazê-lo perder gorduras e ficar mais ágil. Policaro parecia o homem certo para o serviço. Começou a reforma em maio do ano passado e na quarta-feira deslançou a última etapa do plano, a mais drástica — até o final deste ano, ele quer fechar mais de 1.500 das 6.000 agências e postos do Banco do Brasil e tirar 6.000 funcionários dos 121.000 que estão na folha de pagamento. Na sexta-feira, os resultados mais imediatos podiam ser vistos: Poli-

caro tinha a cabeça pendurada por um nervo e corria o risco de ser um dos primeiros a perdê-la com a reforma.

"O mundo vai desabar na minha cabeça, mas a reforma não tem volta", diz Policaro. Nos últimos dias ele vive como se estivesse atravessando um corredor polonês e recebesse socos de todo lado — de deputados e senadores a prefeitos e governadores, sem contar os sindicatos. Na sexta-feira já havia até alguns candidatos publicamente citados para ocupar a sua cadeira. O mais forte era o ex-Deputado Nelson Marchezan, funcionário do banco e que foi líder do PDS na Câmara. Outros nomes falados para o lugar eram o do Presidente da Caixa Econômica Federal, Lafaiete Coutinho, e o do Diretor de Recursos Humanos do Banco do Brasil, Celso Cavalcante, amigo do Presidente Fernando Collor, com quem desceu a rampa do Planalto na sexta-feira, e que considera a reforma de Policaro "terrorista".

O problema é que, para fazer a reforma, Policaro vem enfrentando dois grandes obstáculos: ele não gosta de receber políticos e figurões em seu gabinete e nem dá importância aos pedidos que eles fazem. "Se eu me encontrar com ele, quebro a cara dele", disse Leopoldo Collor, irmão do Presidente, a um amigo, irritado por não ter conseguido uma nomeação no banco em São Paulo. O outro problema é o espírito de corpo dos próprios funcionários, avessos às mudanças. Na Câmara, eles têm uma bancada de nove deputados para zelar por seus interesses.

Regalias — A reforma que Policaro quer fazer vai contra o interesse da corporação e pode lhe custar o emprego. O plano é fechar agências que só dão prejuízo e dor de cabeça e demitir o pessoal que sobrar. Quando Policaro assumiu seu cargo, em março do ano passado, o BB tinha 138.000 funcionários — mais que o Bradesco, o maior banco privado do país, que tem 113.000. Hoje, tem 121.000 e quer chegar ao final do ano com 115.000. Esse corte atinge em cheio os interesses de gente que se acostumou com uma série de regalias e não quer perdê-las. Para se ter uma idéia, o salário inicial do Banco do Brasil, 71.600 cruzeiros, é o dobro do que ganha no Itaú um escriturário — o primeiro passo da carreira. Quando se aposentam, os funcionários do Banco do Brasil recebem a diferença entre o que o INPS paga e o que eles ganhavam na ativa. A mágica é feita pela Previ, um dos maiores fundos de pensão do País, para o qual os empregados do BB contribuem mensalmente. O dinheiro também é usado para investir em mordomias como a AABB, a rede de clubes dos funcionários espalhada por várias cidades do País.

"A intenção da reforma não é mudar radicalmente o perfil social do banco, mas enxugar a máquina, transformando o BB em empresa eficaz, progressista e útil à sociedade", argumenta o chefe de gabinete de Policaro, Luiz Ricardo Amidani. O Banco do Brasil, que teve um lucro líquido de 48,3 bilhões de cruzeiros no ano passado, sempre cumpriu um papel importante na economia do País:

abre agências onde os bancos particulares não se interessam em fazer negócio e assume atividades arriscadas, como emprestar dinheiro para agricultores. Ele pretende continuar com essa função que os bancos privados não cumprem, mas, ao mesmo tempo, quer acabar com agências inúteis e deficitárias. "Há agências que nunca vão dar lucro, mas vamos continuar onde houver importância social e econômica", diz Policaro.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aluizio Bezerra.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA (PMDB — AC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, nos últimos dias, surgiram muitos comentários sobre a crise no Golfo Pérsico. Não podemos deixar de externar nossa preocupação em face das suas consequências e nosso comentário sobre problema que também afeta este País.

O conflito no Oriente Médio está estam-pado em alguns jornais do mundo, como por exemplo o *Le Monde* do dia 25 de janeiro, que diz que "Washington se donne désormais pour objectif l'élimination du régime de Bagdad et de son armée". No dia 30, *O Estado de S. Paulo* publicou a notícia da queda do Ministro da Defesa da França, Jean-Pierre Chevènement, pois S. Ex^a considerou que o que inicialmente foi aprovado pelo Conselho de Segurança da ONU, a retirada do Iraque do Kuwait, transformou-se numa operação para destruir e riscar o Iraque do mapa, como está sendo feito pelas forças armadas coordenadas pelos Estados Unidos.

Sr. Presidente, há necessidade da realização de uma conferência internacional que encontre uma solução global para os conflitos do Oriente Médio.

O mundo assiste estarrecido à guerra no Golfo Pérsico. Mais estarrecido ficou com a ausência de iniciativas concretas destinadas a encontrar uma solução pacífica para os problemas que detonaram a guerra.

Registra a história contemporânea fato inusitado: pela primeira vez a ONU aprova o uso da força militar para a solução de um conflito territorial. Muitos outros conflitos existiram e existem em vários pontos do planeta, mas a ONU sempre privilegiou a solução negociada. Mesmo quando as partes se recusaram e em muitos casos ainda se recusam a acatar as resoluções da organização, a autorização para o uso da força militar jamais havia sido concedida. Há vários casos de ocupação militar de território por forças estrangeiras, inclusive no próprio Oriente Médio, mas a ONU jamais concedeu autorização para a opção militar. Israel mantém ocupados inúmeros territórios pertencentes a outros povos e países e, no entanto, até o momento, a ONU e todos os países que compoem o seu Conselho de Segurança, jamais aprovaram o uso da força contra essa ocupação militar israelense abusiva, ilegal e acompanhada de hediondos crimes contra a população civil palestina e libanesa.

O que nos parece mais incrível e paradoxal, na verdade absurdo, é que a alternativa militar autorizada pela ONU é responsável por mais perdas materiais e humanas do que todas as demais alternativas em questão. Ou seja, para atingir o objetivo de desocupar o Kuwait, a ONU autoriza e referenda a maior mobilização militar desde a Segunda Guerra Mundial e o bombardeio com mais de 20 mil toneladas de bombas se contabilizarmos apenas os primeiros 2 dias do ataque dirigido pelos EUA — de alvos civis e militares com o objetivo claro de arrasar, de riscar do mapa a cidade de Bagdá. Obviamente, o comando das forças aliadas tem ciência de que a humanidade não é tão ingênua a ponto de acreditar que aquele bombardeio indiscriminado horrendo, mostrado como espetáculo pelos meios de comunicação sob a batuta dos militares norte-americanos, era seletivo, pretendia apenas alvos militares. Ninguém acreditará em semelhante versão.

A verdade é que, apenas nos dois primeiros dias da guerra, mais de 20 mil toneladas de bombas foram atiradas sobre Bagdá, o que representa uma carga explosiva que supera em 4 vezes a bomba atirada pelos EUA em Hiroshima e Nagasaki. Esta é a verdade terrível deste bombardeio. Há um bombardeio indiscriminado da população civil. O comando militar norte-americano não quer o direito de pretender que alguém acredite na sua cínica versão, aquela de que se trata apenas de um bombardeio seletivo ou cirúrgico. Primeiro porque os fatos são notórios: 20 mil toneladas de bombas em apenas 48 horas de bombardeio é bombardeio indiscriminado. Em segundo lugar, porque a humanidade não esqueceu o Vietnã, quando os mesmos Estados Unidos bombardearam população civil, fizeram o criminoso massacre de My Lay e ainda usaram a bomba de Napalm para destruir florestas e plantações vietnamitas.

Recentemente, os meios de comunicação sob censura férrea do Pentágono pretendiam criar uma comção no Ocidente pela morte de um piloto norte-americano em combate. Mas não dizem nada sobre os mais de 30 mil mortos civis de Bagdá, uma cidade que já está parcialmente destruída.

Os responsáveis por esta carnificina são os países que compem o Conselho de Segurança da ONU.

Mas não queremos apenas protestar. Queremos propor iniciativas de soluções negociadas para alcançar a paz na região. Estamos convencidos de que não haverá solução para guerra. Com todos os massacres e ocupações militares feitos por Israel contra os palestinos e outros povos árabes, que solução se alcançou? Nenhuma. Enquanto a questão palestina não for devidamente enfocada, numa solução que inclua também o povo israelense e exclua, isto sim, o sionismo, não haverá perspectiva de paz naquela região.

Esta gigantesca mobilização militar, especialmente a norte-americana, indica que os objetivos ultrapassam a questão do Iraque e do Kuwait. Os meios militares ali concentrados são desproporcionalmente superiores

ao conflito em questão. Há uma desproporção abismal das forças em conflito.

Para os Estados Unidos a guerra é continuidade lógica de sua estrutura de produção econômica. A indústria bélica norte-americana — que tanto lucrou com as polpudas vendas ao Iraque e aos demais governos da região árabe — está exultante com a retomada da alta lucratividade. A guerra é o próprio mercado. Quanto mais guerra mais lucro. Lucram até com os famosos sacos para cadáveres.

Assim, a depender dos Estados Unidos, uma guerra longa não é algo indesejável em todos os sentidos, pelo simples fato de que serve de válvula de escape para uma economia em processo recessivo. Vale lembrar que a indústria bélica, que absorve tecnologia de alto nível, é o setor de ponta da economia norte-americana. O *filé mignon* do orçamento dos Estados Unidos está direcionado à economia de guerra. Portanto, a guerra não é algo estranho a estrutura da economia norte-americana. Ao contrário, é a sua continuidade. Neste sentido podemos prever que o governo dos Estados Unidos não terá tanta pressa numa solução pacífica e tem uma estrutura econômica que não é antagônica com a sustentação de uma guerra de longa duração. A pressa pode vir pela intervenção dos movimentos sociais nos Estados Unidos e na Europa ocidental contra a continuidade da guerra. Quando da guerra do Vietnã essa pressão social foi fundamental. Hoje, o governo norte-americano está mais desgastado ainda. E ainda há possibilidade muito concreta de uma transformação política no contexto árabe, com uma intervenção mais acentuada dos movimentos sociais que conduzam e obriguem seus governos a abandonarem a posição atual de apoio à presença de tropas estrangeiras naquela região.

Portanto, não podemos continuar sem tomar iniciativas para que se alcance um imediato cessar-fogo e a instalação de uma conferência internacional para a solução do conflito.

Queremos lembrar, na condição de membro da Comissão de Relações Exteriores do Senado, que nós, parlamentares brasileiros, devemos tomar iniciativas que favoreçam uma solução negociada. O cessar-fogo imediato é uma necessidade imperiosa. Clamamos pela revisão da autorização do Conselho de Segurança da ONU que deu autorização para o uso da força militar.

Neste exato momento existe uma verdadeira ocupação militar norte-americana no Panamá sem que a ONU tenha adotado qualquer posição mais enfática, quer de condenação da ação dos Estados Unidos da América do Norte naquele país, quer contra a instalação e controle norte-americano de mais de uma dezena de bases militares num país de extensão tão reduzida.

Lembramos ainda que há poucos dias o governo dos Estados Unidos decidiu pelo envio de mais 4,5 milhões de dólares em apoio militar a El Salvador para sustentar uma dita-

dura sangrenta que há mais de 10 anos suja de cadáveres e crimes a história da América Latina. Que atitude adotou o Conselho de Segurança da ONU quanto a isso? O que fala o Sr. Javier Perez de Cuellar? Vale lembrar que o Congresso dos EUA aprovou em 1981 uma resolução proibindo o envio, o envolvimento direto e a presença de assessores militares norte-americanos em países que registrem conflito interno como é o caso de El Salvador. O que nos diz o Conselho de Segurança da ONU quanto a essa violação de medida aprovada pelo próprio Congresso dos EUA? Por que o governo dos EUA não cumpre suas próprias decisões legais?

É importante registrar o episódio da derrubada de um helicóptero em El Salvador transportando assessores norte-americanos cujas vidas foram tiradas por combatentes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional. A FMLN já anunciou a decisão de castigar seus combatentes pela violação da Convenção de Genebra no que se refere ao tratamento de prisioneiros de guerra, condição em que se encontravam aqueles assessores a partir da derrubada do aparelho pelas forças da Farabundo Martí.

No entanto, até o momento os EUA estão fazendo gestões junto ao governo salvadorino para manter sem investigação e apuração o crime de assassinato cometido contra os 6 padres jesuítas em 1989. Portanto, novamente, vemos a aplicação, em política internacional, da teoria dos dois pesos e duas medidas. Mais estranho é a atitude omissa da ONU quanto às ações norte-americanas na América Latina. Vale lembrar ainda a presença ilegal e desrespeitadora de todas as normas internacionais, de uma base militar norte-americana em Guantanamo, Cuba. Por que o Conselho de Segurança Nacional não diz nada quanto a isso?

Exatamente porque estamos vendo a injusta aplicação de dois critérios em Direito Internacional quando os envolvidos ocupam pequena posição de destaque como país desenvolvido ou não, e porque a consciência da humanidade não pode aceitar que se processe semelhante guerra no Golfo Pérsico sem procurar soluções que evitem perdas humanas e materiais inaceitáveis. Apresento aqui neste plenário algumas propostas:

1 — Que o Senado Federal vote uma resolução solicitando ao Conselho de Segurança a revisão da autorização ao uso da força da questão do Golfo Pérsico e exigindo o imediato cessar-fogo.

2 — Essa resolução deve conter uma solicitação à comunidade internacional para que empreenda esforços no sentido da prática de ajuda humanitária à população iraquiana vitimada por bombardeio maciço, indiscriminado, o maior desde a Segunda Guerra Mundial, o que já deve ter causado, até o momento, várias dezenas de milhares de vítimas civis entre os iraquianos.

3 — O Senado Federal deve aprovar resolução solicitando ao Governo brasileiro que encampe esta proposta de revisão da decisão

do Conselho de Segurança da ONU, e de um imediato cessar-fogo.

4 — Incluir nesta resolução, além das medidas descritas acima, o apoio à convocação pelo Conselho de Segurança da ONU de uma conferência internacional destinada a resolver pela via de negociação todas as pendências conflitivas no Oriente Médio, englobando não apenas a questão do Kuwait, mas também a palestina, sobre a qual existem também resoluções da ONU sistematicamente descumpridas e acintosamente desrespeitadas pelo governo israelense.

5 — Clamar pela interrupção imediata da sangrenta repressão ao povo palestino, cujos membros são diariamente assassinados pelas forças militares do Estado de Israel.

6 — Propomos ainda uma resolução especial destinada ao Prêmio Nobel da Paz, o presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachev, no sentido de vetar imediatamente, reconsiderando portanto a sua decisão, a continuação do uso da força no Golfo Pérsico.

Sr. Presidente, encaminho à Mesa este pronunciamento vazado em fundamentos com o objetivo de que possamos, no Congresso Nacional, contribuir eficazmente diante de grave crise no Golfo Pérsico, buscando resolver um problema territorial, tendo a consciência de que estamos indo ao encontro da paz.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Martins.

O SR. ARNALDO MARTINS (PSDB — RO Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, deixo hoje esta Casa com um misto de tristeza, frustração e revolta. Tristeza por deixar o convívio agradável dos companheiros desta Casa, principalmente durante a fase da Assembléia Constituinte, quando não havia Congressistas de primeira, segunda ou terceira classe e eu podia opinar de acordo com o que pensava. Frustração porque não consegui ver aprovados muitos projetos semelhantes a alguns de autoria de parlamentares de primeira classe, estes passaram à frente e tiveram suas propostas aprovadas.

Disse também que saio com um misto de revolta, que se deve principalmente a dois fatos. O primeiro, o de termos sido convocados extraordinariamente para votar matérias importantes, principalmente a medida provisória que trata do salário dos trabalhadores. Vamos deixar nosso mandato sem ter votado essa medida. Os trabalhadores continuam com os mesmos problemas. O segundo, uma surpresa que tive ontem ao encontrar na mesa de um deputado o ato da Mesa da Câmara dos Deputados nº 211, de 1991.

Não satisfeita com o desgaste dos parlamentares nesta legislatura — tanto é verdade que 60%, como eu não se elegeram —, ao apagar das luzes, a Mesa da Câmara dos Deputados edita o Ato nº 211. De acordo com esse ato, que peço seja publicado nos Anais da Casa, um funcionário de gabinete que,

em outubro, com o aumento de 30%, passou a receber 21 mil, 194 cruzeiros e 74 centavos e, em janeiro, com o aumento de 81%, passou para 38 mil, 362 cruzeiros e 48 centavos, passará a receber 122 mil, 759 cruzeiros e 90 centavos.

Para que V. Exª tenha uma idéia, o cargo mais alto, o SP 11, que, em outubro, com os 30%, tinha passado para 127 mil, 177 cruzeiros e 49 centavos, e com os 81% em janeiro passou para 230 mil, 191 cruzeiros e 26 centavos, agora irá para 736 mil e 612 cruzeiros.

A verba para pagar todos os servidores de um gabinete, que, com o aumento de 81% em janeiro, tinha passado para 767 mil, 317 cruzeiros e 43 centavos, passou agora, de acordo com o Ato nº 211 da Mesa da Câmara dos Deputados, para 2 milhões e 400 mil cruzeiros.

Sr. Presidente, por que a Mesa não deixou esse ato para a próxima legislatura? Por que essa Mesa quis enxovalhar ainda mais os parlamentares, entre os quais eu me incluo, que saem envergonhados e derrotados por medidas semelhantes a esta?

Era o que tinha a dizer.

ATO A QUE SE REFERE O ORADOR. ATO DA MESA Nº 211, DE 1991

Dispõe sobre os cargos em comissão de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

A Mesa da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do art. 61 da Resolução nº 30, de 1990, resolve:

Art. 1º O exercício dos cargos em comissão de Secretário Parlamentar rege-se pelas normas estatutárias e disciplinares aplicáveis aos demais servidores da Câmara dos Deputados.

Art. 2º A indicação para os cargos em comissão de Secretário Parlamentar e a fixação dos respectivos níveis de retribuição será feita pelo titular do gabinete, através de formulário próprio, e somente produzirá efeitos a partir da data da posse e respectivo exercício, vedada a retroação.

Parágrafo único. Os cargos a que se refere este artigo não poderão ser ocupados por servidor em exercício de cargo efetivo de carreira da Câmara dos Deputados.

Art. 3º Para a posse será exigida do indicado a apresentação de:

I — prova de quitação das obrigações eleitorais;

II — prova de estar em dia com as obrigações militares;

III — documento de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda;

IV — 4 (quatro) fotos 3x4;

V — cédula de identidade;

VI — declaração de bens em formulário próprio;

VII — atestado médico de que está apto para o exercício do cargo.

Art. 4º Os atos de nomeação e os de exoneração serão firmados pelo Diretor Adminis-

trativo e publicados no Boletim Administrativo e a respectiva posse dar-se-á perante o Diretor do Departamento de Pessoal.

Art. 5º A lotação de cada Gabinete Parlamentar fica limitada ao mínimo de 5 (cinco) e ao máximo de 12 (doze) servidores remunerados, vedadas quaisquer contratações de caráter particular para prestação de serviços nas dependências da Câmara dos Deputados.

Parágrafo único. Os ocupantes de cargos em comissão de Secretário Parlamentar somente serão lotados nos Gabinetes para os quais foram indicados, vedado o exercício em qualquer outro órgão da Câmara dos Deputados e a cessão para outros órgãos públicos.

Art. 6º Os cargos de que trata este Ato serão exercidos em 11 (onze) níveis diferentes de complexidade e responsabilidade e terão as seguintes atribuições básicas: redação de correspondência, discurso e pareceres do Parlamentar; atendimento às pessoas encaminhadas ao gabinete, execução de serviços de secretaria e datilográficos; pesquisas; acompanhamento interno e externo de assuntos de interesse do Parlamentar; condução de veículo de propriedade do Parlamentar; recebimento e entrega de correspondência; outras atividades afins determinadas pelo titular do gabinete.

Art. 7º A jornada de trabalho dos servidores de que trata este Ato, vedada a prestação de serviços extraordinários, será de 40 (quarenta) horas semanais, cumpridas em local e de acordo com o determinado pelo titular do gabinete, a quem compete comunicar à Coordenação de Apoio Parlamentar, mensalmente, a frequência destes servidores.

Art. 8º As férias dos servidores referidos neste Ato serão concedidas, coletivamente, nos meses de janeiro ou julho, mediante escala fixada pelo titular do gabinete, proibida a acumulação.

Parágrafo único. Na aplicação do disposto neste artigo, o primeiro período de férias somente será concedido após 1 (um) ano de exercício do cargo e será referente ao ano de término da aquisição.

Art. 9º Os cargos de que trata este Ato, obedecidos os critérios legais vigentes, serão remunerados de acordo com Tabela de Retribuição Mensal própria, vedada qualquer vantagem acessória.

Art. 10. Os servidores requisitados a outros órgãos públicos, quando no exercício dos cargos de que trata este Ato, poderão optar pela retribuição do seu cargo efetivo ou emprego permanente, acrescida de 55% (cinquenta e cinco por cento) do vencimento do cargo em comissão, sem prejuízo da percepção da correspondente Representação Mensal.

Art. 11. O limite de remuneração global dos cargos em cada Gabinete Parlamentar, bem como a Tabela a que se refere o art. 9º, serão fixados pelo Primeiro Secretário da Mesa a ser eleita a 2 de fevereiro.

Art. 12. O valor dos vencimentos dos cargos de que trata este Ato, bem como o limite a que se refere o artigo 11, serão automaticamente reajustados na mesma data e em percentual idêntico ao concedido aos demais servidores da Câmara dos Deputados.

Art. 13. A exoneração do servidor, por iniciativa do Deputado, será efetivada no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do protocolo da solicitação na Coordenação de Apoio Parlamentar.

Art. 14. Os contratados das funções de confiança de Secretariado Parlamentar terão seus contratos rescindidos em 3 de março de

1991, ressalvadas as situações abrangidas pelo art. 10, II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 15. As nomeações com base no disposto neste Ato serão efetivadas a partir de 1 de fevereiro de 1991.

Art. 16. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, em de de 1991.

	OUTUBRO/90
NÍVEL	30%
SP-01 ..	21.194,74
SP-1A ..	28.260,41
SP-02 ..	35.325,56
SP-03 ..	42.391,20
SP-3A ..	49.458,04
SP-04 ..	52.989,57
SP-4A ..	56.522,70
SP-05 ..	63.568,26
SP-5A ..	70.654,31
SP-06 ..	77.719,21
SP-07 ..	88.317,87
SP-7A ..	91.849,86
SP-08 ..	98.916,72
SP-09 ..	109.513,92
SP-10 ..	120.112,46
SP-11 ..	127.177,49
T. VERBA	423.932,27

	JANEIRO/91
NÍVEL	81,00 %
SP-01 ..	38.362,48
SP-1A ..	51.151,34
SP-02 ..	63.939,26
SP-03 ..	76.728,09
SP-3A ..	89.519,05
SP-04 ..	95.911,12
SP-4A ..	102.306,68
SP-05 ..	115.094,75
SP-5A ..	127.884,30
SP-06 ..	140.671,77
SP-07 ..	159.855,36
SP-7A ..	166.248,25
SP-08 ..	179.039,28
SP-09 ..	198.220,20
SP-10 ..	217.403,55
SP-11 ..	230.191,26
T. VERBA	767.317,43

SECRETARIADO PARLAMENTAR

Tabela de Salários para
fevereiro de 1991

Provisória

SP 01 — Cr\$ 122.759,90
 SP 1A — Cr\$ 163.684,28
 SP 02 — Cr\$ 204.607,04
 SP 03 — Cr\$ 245.429,28
 SP 3A — Cr\$ 286.460,96
 SP 04 — Cr\$ 306.315,58
 SP 4A — Cr\$ 327.379,45
 SP 05 — Cr\$ 368.302,20
 SP 5A — Cr\$ 409.229,76
 SP 06 — Cr\$ 450.149,46
 SP 07 — Cr\$ 511.538,68
 SP 7A — Cr\$ 531.994,36
 SP 08 — Cr\$ 572.925,63
 SP 09 — Cr\$ 634.304,60
 SP 10 — Cr\$ 695.691,36
 SP 11 — Cr\$ 736.612,00
 Total da Verba: Cr\$ 2.400.000,00
 (Sujeita a Alteração)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Enoc Vieira.

O SR. ENOC VIEIRA (PFL — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, em recente viagem oficial que fizemos ao Arquipélago de Cabo Verde, juntamente com dois membros deste Parlamento — Senador Mendes Canale e Deputado Sérgio Werneck —, participamos da primeira eleição pluripartidária para o Congresso daquele país. Lá estivemos durante cinco dias. Dentre os assuntos que me chamaram a atenção, gostaria de trazer um ao conhecimento desta Casa.

Trata-se de um debate, a nível nacional, sobre o ensino religioso nas escolas públicas, o que tem ocorrido também no Brasil. Naquela oportunidade, o debate motivou todas as denominações religiosas a que se engajassem naquele assunto e estudassem a matéria.

Para conhecimento da Casa, solicito a V. Ex^a a transcrição, nos Anais do Congresso, do artigo denominado “Ensino Político Romano nas Escolas Públicas”, escrito pelo Pastor Manuel Ramos, da Igreja Evangélica Batista de São Vicente de Cabo Verde.

“Ensino católico romano nas escolas públicas. Por que? Para que?”

Alguém me perguntou se se podia temer um golpe de estado em Cabo Verde dado o clima político em que se vive por cá com algum desentendimento entre os partidos existentes, respondi: Com o grau que atingimos na escala da civilização não é possível tal escândalo político. Mas estava longe de pensar que não sendo possível um golpe político seria possível a conspiração para um golpe religioso.

Ainda não li nada sobre isso, nem ouvi algo de substancial acerca deste assunto, mas alguém me informou que há potentes conspiradores fazendo manobras para darem ao povo da nossa terra um golpe dessa natureza.

Como os partidos estão “abertos” e dispostos a “mudanças” possíveis para poderem servir o nosso povo com o melhor benefício ao seu alcance para o desenvolvimento da nossa terra, estou certo de que nenhum Governo negaria aos católicos romanos as necessárias licenças para o estabelecimento de escolas paroquiais a qualquer nível. Assim, seria uma coisa legal, honesta, útil, a qual teria a bênção de todas as denominações religiosas deste país. Mas, querer entenebreecer as nossas escolas públicas com o ensino religioso de uma denominação que não segue o cristianismo genuíno, seria trair as outras denominações religiosas. Até os ateus e indiferentes por cá poderiam ficar chocados com a ousadia.

Muitas vezes tenho dito, e é do conhecimento de alguns governantes nossos com que tenho falado, que o Estado e as religiões devem-se ajudar entre si, mas sem a indesejável ingerência no campo um do outro. “O Estado não deve ter funções eclesásticas, mas nem as religiões, funções cívicas”.

A ciência política dirá: Não se trata da oficialização de nenhuma igreja, pode crer! Nós que não somos políticos compreendemos quando a nossa liberdade religiosa está em jogo. Todos devem compreender que para se caminhar em qualquer direção, o primeiro passo é sempre preciso. A legislação ou permissão para o ensino religioso obrigatório ou facultativo de qualquer religião nas escolas públicas é o primeiro passo que o Governo dá para a oficialização dessa denominação e, por conseguinte, um passo gigantesco para a perseguição religiosa a outros credos. Seria um retrocesso à Idade das Trevas ou à Idade Média, se preferirem, quando o cristão não podia adorar a Deus conforme os ditames da sua consciência.

O ensino religioso aos estudantes é função dos pais e da igreja dos mesmos. Não é normal que uma igreja aproveite a escola pública para impor o seu catecismo. Se um professor

católico romano pretender dar marradas aos alunos, ensinando seus erros doutrinários, os discípulos, discordantes, coitados, intimados pelas leis da obediência escolar, ficariam impedidos de se defenderem ou de atacarem os seus algozes. E teriam que pensar muito na época das passagens ou dos exames! É que a aula numa escola pública não deve ser semelhante a uma tourada, onde os contendores estão desigualmente armados: o toureiro a cavalo fogoso e de ferros afiados, contra o pobre touro, a pé só com os chifres.

A liberdade religiosa é um dom de Deus, que o Governo destes últimos quinze anos da independência nacional, soube respeitar. Vamos vendê-la por votos? Vamos oferecê-la, com segundas intenções, ao catolicismo romano por ser a maioria religiosa em Cabo Verde?

Os conspiradores, mal informados pelas estatísticas religiosas, supondo que o catolicismo romano é a maior força cristã do nosso País, desejam prestar-lhe um serviço, introduzindo o ensino religioso nas escolas públicas. Não sendo a informação seguinte semelhante aos versos satânicos do muçulmano arrependido, espero que os atingidos não façam uma campanha contra mim, ajuntando palhas para um auto de fé.

Em Cabo Verde a denominação religiosa com menos percentagens de cristãos é, sem dúvida, o catolicismo romano. Não é preciso gritar, nem rasgar este artigo! Vai uma explicação: É hábito de Roma contar os seus seguidores por nacionalidades: A Itália Católica, a França Católica, a Espanha Católica, Portugal Católica, Cabo Verde Católico etc. etc. e, por isso, os seus crentes contam-se aos milhões e lá ficam inscritos, não se lhes importando as conversões deles. Entre os batistas, os cristãos são contados por indivíduos que se converteram como os cristãos dos tempos em que não existiam nem católicos romanos, nem protestantes. Que ira ler Actos dos Apóstolos, capítulos 9, 22 e 26 e Actos 10.

Somos poucos, não é verdade? Mesmo assim os batistas se encontram em todo o mundo e já contamos uns milhões.

Se lessem a Bíblia e cressem na palavra de Deus com outras denominações, poderiam compreender que ninguém nasce cristão; poderiam compreender que o batismo (imersão) não se faz cristão ao batizado; e ainda poderiam compreender que cristão é somente aquele que já creu em Cristo e segue as Suas leis expandidas no Novo Testamento. Também não seria difícil concluir que essa denominação da maioria vem desde o achamento dessas ilhas, doutrinando mal o nosso povo fazendo que isso se transformasse num grande campo missionário para as denominações cristãs.

Os cristãos, a custo, vão conseguindo abrir os olhos ao povo para o glorioso evangelho do Nosso Senhor Jesus Cristo. Os seguidores do catolicismo, por tradição não podendo crer nas confusões doutrinárias dos seus pais, por orgulho ou medo das perseguições deles não aceitando nenhuma outra religião, vivem e morrem nos seus pecados. A salvação é

necessária e se pode somente obter neste mundo. É único passaporte da alma na viagem final.

Espero que este despretençioso artigo ajude a criar uma forte barreira aos inimigos da liberdade religiosa em Cabo Verde, não deixando passar nenhuma lei com a intenção de nos tornar medievais fanatizados. Nenhum partido ou governo favorável à supressão da liberdade religiosa merece a nossa confiança.

Se é apreciador da liberdade religiosa em Cabo Verde e deseja ver a terra livre da cerração, que se avizinha, queira dar ampla divulgação a este esclarecimento.

8 de janeiro de 1991

Manuel Ramos, Pastor da Igreja Evangélica Baptista, Apartado 75
S. Vicente de Cabo Verde."

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Geraldo Maciel.

O SR. GERALDO MACIEL (PFL — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, foi breve minha passagem por esta Casa Breve, entretanto, ilustrativa e gratificante.

Aqui vim dar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no ocaso da presente legislatura, mercê de uma honrosa suplência que me concedeu o povo do Distrito Federal.

Mas a brevidade do tempo não me impediu do convívio salutar com os ilustres deputados que compõem a Câmara Federal, tempo de aprendizado e de descoberta de novas amizades. Foi por isto, como já afirmei, estê um momento sumamente gratificante em minha vida.

Registro, mais ainda, com justificado entusiasmo, o trato que tive com o funcionalismo da Casa, do qual retirei a convicção de um assessoramento ágil, inteligente e disponível, que credencia os que aqui trabalham como um dos mais competentes e dedicados quadros funcionais do serviço público.

É, pois, momento de despedida.

Deixo a Casa sem as apreensões do dia da entrada, mas com a certeza de que aqui muito aprendi com meus ilustres pares e, homem acostumado ao Executivo, devo confessar renovada esperança e credibilidade no Poder Legislativo.

A todos, agradecido, fraternalmente abraço, colocando-me sempre disponível e aguardando aos novos deputados que iniciarão a próxima legislatura, a felicidade que aqui encontrei de concretizar as aspirações, tão legítimas, do eleitorado responsável pelo mandato que aqui irão exercer.

O tempo foi breve, repito, mas — permitam-me a modéstia — profícuo e consciente.

Dediquei-me ao estudo metódico das matérias em tramitação e o meu voto fluiu, em todas as oportunidades, como resultado consciente de uma análise técnico-legislativa, entretanto, e sobretudo, com o *feeling* da representação social que, como o *múnus* público, nos incumbe o mandato parlamentar.

Sabe a Casa, Sr. Presidente, que sou um homem com raízes fincadas no setor energético desde a minha formação profissional na EFEI, orgulho técnico-profissional na vestu-ta Itajubá.

Há vinte e quatro anos vim compor, como engenheiro, os quadros do Departamento de Força e Luz da Novacap, hoje Companhia de Eletricidade de Brasília — CEB, e para essa empresa retorno, envaidecido e honrado, a partir de 1º de fevereiro, como seu presidente, pela indicação do eminente Governador do Distrito Federal, Dr. Joaquim Domingos Roriz.

É, Srs. Congressistas, um retorno que fere o mais íntimo de minha sensibilidade e, por isso mesmo, darei àquela empresa e a seu funcionalismo o maior do meu esforço e o melhor de minha inteligência.

O Governo do Distrito Federal terá em mim o colaborador atento, leal e dedicado, posto que entendo ser privilégio histórico pertencer à equipe de Roriz, homem público com o descortínio da visão prospectiva e de quem falará, orgulhosa, a história do País.

Entretanto, por tudo isto e, mais, pelo meu desempenho de funções no extinto Ministério das Minas e Energia, no Departamento Nacional de Águas e Energia e nas representações junto à Organização Latino-Americana de Energia — OLADE, não poderia despedir-me da Casa sem uma análise sobre problemas do setor elétrico brasileiro.

Não fixarei uma idéia pronta e acabada. Pretendo, isto sim, estabelecer premissas, ainda que modestas, para um amplo debate.

O setor elétrico vive hoje uma crise sem precedentes em sua história, e esta crise é fruto das decisões que têm sido tomadas, envolvendo a política tarifária, o planejamento estratégico e a execução de obras.

Para melhor compreensão, abordarei a história, destacando os momentos mais importantes do setor elétrico e os problemas que ele está enfrentando.

As dificuldades financeiras, que se vêm agravando na última década, provocaram perdas na estabilidade e na eficiência da administração dos serviços públicos de energia elétrica, numa primeira fase, antes mesmo das dificuldades vividas pelo Brasil logo após o segundo choque de petróleo, foram procedidas profundas alterações na legislação e na provisão de recursos para o setor, com a alteração no equilíbrio financeiro, começou a fase de declínio, que já dura mais de 10 anos.

O início do processo de desestabilização econômico-financeira decorreu de modificações introduzidas pela Lei nº 5.655, de 1971, com a criação de reservas, de garantia e de reversão, que provocaram, de fato e como resultado final, profundas mudanças no sistema do serviço pelo custo adotado na fixação da tarifa do usuário do serviço público. Gradualmente foi havendo degradação do processo tarifário e revogação do serviço pelo custo.

Examinando-se com cuidado o que ocorreu com os serviços de energia elétrica no Brasil,

desde a expedição do Decreto nº 23.501, de 1933, que extinguiu a cláusula ouro das tarifas, podemos identificar marcos bem nítidos, a saber:

a) Em 1934, com a edição do Código de Águas, Decreto nº 24.643, foi instituído o regime de serviço público regulamentado, em substituição ao regime contratual que vigorou até aquele ano.

Para a adoção de tarifas que assegurassem a remuneração de 10% sobre o investimento remunerável dos concessionários, seriam necessários inventários e tombamentos. Além disso, discutia-se a necessidade do encontro de contas dos eventuais ganhos superiores a 10% obtidos a partir de 1934.

Aberta a discussão, iniciaram-se as prorrogações de prazos, agravando-se o relacionamento do poder concedente com as concessionárias e gerando desconfiança na opinião pública, quanto ao comportamento das autoridades que não aplicavam a lei.

Tímidas e parciais medidas foram adotadas para regulamentar os tombamentos e para revisões de tarifas que estavam sendo deterioradas pela inflação. Como exemplos temos o Decreto nº 3.128, de 1941, e o Decreto-Lei nº 5.764, de 1943

b) Finalmente, em 1955, mais uma vez adotando soluções casuísticas, foi autorizada a revisão de tarifa à concessionária, controlada por capital estrangeiro, que atendia a área do Rio de Janeiro. Na falta de medidas permanentes, adotaram-se medidas casuísticas.

c) Em 1957 foi parcialmente regulamentado o serviço público de energia elétrica, sem, no entanto, ser resolvido o problema dos tombamentos e sem ser abordado frontalmente o problema da correção monetária do investimento que seria remunerado pela tarifa. Em vista a inflação já estar superior a 30% ao ano, não seria possível desconhecê-la na fixação de tarifas para remunerar investimentos, seria preciso definir o critério de correção monetária dos ativos. A inflação causaria danos não previstos.

d) Em 1962, foi constituída a Eletrobrás, que é o marco de correção de desvios que estavam comprometendo a boa condução dos serviços de energia elétrica.

e) Em 1963, com a aprovação da Lei nº 4.156, foi possível definir o aporte de recursos de baixo custo e em quantidade suficiente para garantir os planos de investimento do quinquênio seguinte.

f) Em 1964, através dos Decretos nºs 54.936 e 54.937, foram regulamentados os princípios, fixados pelo Código de Águas e pelo Decreto nº 3.128/41, no tocante à aplicação do serviço-pelo-custo. Além disso, foram adotadas normas adequadas, conforme exposição de motivos do Ministério das Minas e Energia: "A proteção contra a inflação dos investimentos em energia elétrica, a fim de recuperar a confiança dos investidores e, ao mesmo tempo, fazer cessar a sistemática destruição do capital que, de há muito, vem se verificando neste setor".

Antes dos Decretos nºs 54.936 e 54.937, de 4-11-1964, foi introduzida amplamente a correção monetária pela Lei nº 4.357, de 16-7-1964. Portanto, foram coincidentes medidas de grande alcance, tomadas em 1963/64, na administração dos serviços de energia elétrica. Assim, foi autorizada a aquisição das ações de controle das concessionárias, então pertencentes a AMFORP (American Foreign Power), foi introduzida a correção monetária, com reflexo direto no custo de captação compulsória de obrigações, como previsto na Lei nº 4.156, de 1963, e, finalmente, foram autorizadas significativas revisões nas tarifas, com o objetivo de permitir o pagamento das ações da Amforp adquiridas pela Eletrobrás e para o fim de fortalecer os recursos de origem tarifárias obtidos pelas concessionárias.

Com a negociação parcial das concessionárias Amforp, obtiveram as empresas do Grupo Light, controladas pela Brascan (São Paulo e Rio de Janeiro), significativos benefícios. Seja pela maior dimensão do valor pretendido pelos controladores das duas concessionárias Light, em comparação com os cerca de US\$ 140 milhões pagos pelas ações pertencentes a Amforp, em 1964; seja pela necessidade de diminuir, em fins de 1964, o reflexo internacional da estatização das últimas grandes concessionárias particulares e controladas pelos acionistas canadenses e americanos, o resultado final foi a enorme valorização das ações daquelas titulares de concessões em São Paulo e Rio de Janeiro.

g) Em 1978, foi adquirido o controle acionário das concessionárias Light.

Nesse mesmo ano houve uma redução brusca da taxa de retorno líquida que o setor elétrico estava obtendo. Assim, de 1974 a 1978, a referida taxa de retorno alcançou 19,2% em 1974; 22,2% em 1976; 20,6% em 1978; e 14,2% em 1979.

Também em 1978 iniciou-se uma dramática redução da arrecadação tarifária média: Cr\$/MWh (de 1977). Tal arrecadação, que estava em nível de 718,5 em 1975, atingiu 645,2 em 1976, 607,5 e, 1977, 574,4 em 1978 e chegou, após 10 anos de queda contínua, a Cr\$ (1977) por MWh, ao equivalente a 415,0 em 1985.

h) Em 1979 iniciou-se redução na taxa de investimento — definida pela razão entre o investimento anual e o saldo de investimento remunerável — que naquele ano atingiu 26,5%. Nos anos de 1976, 1977 e 1978, havia atingido, respectivamente, 33,4%, 33,7% e 35,8%, em vista dos grandes investimentos atingidos pelos projetos de Itaipu, Tucuruí, usinas nucleares, Itumbiara, São Simão, Água Vermelha, Paulo Afonso IV e Sobradinho.

i) A partir de 1984 a taxa de investimento, que então atingiu 19,7%, caiu sistematicamente. Tal valor não está atualmente muito superior a 10%, com a paralização de praticamente todas as obras, exceção feita para Xingó. Nesses casos a taxa de investimento não leva em conta a conta de resultado a compensar.

A política tarifária executada pelo Governo Federal foi a principal causadora do desequilíbrio econômico-financeiro do setor elétrico. Com a redução da disponibilidade — recursos tarifários — serviço da dívida — que chegou a ficar negativa no período de 1982 a 1985, o setor elétrico perdeu a capacidade de execução até das obras prioritárias.

A contenção tarifária, de 1982 a 1985, levou a taxa de remuneração média das empresas concessionárias a atingir 5% ao ano, com significativa redução na geração de recursos setoriais.

Há situações de difícil explicação: o Governo Federal captava recursos externos com taxas de captação crescentes e investia tais recursos para assegurar tarifas, com remuneração muito inferior, nas empresas controladas pelo próprio Governo Federal.

De tudo que vem de ser dito, conclui-se, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que o modelo atual do setor elétrico brasileira está esgotado, incapaz de dar as respostas que o País precisa.

Há que se rever a política tarifária. As empresas de energia não podem conviver com tarifas comprimidas e os consumidores não podem estar sujeitos a um serviço a qualquer custo.

Há, ainda, que se rever o planejamento estratégico, buscando-se ampla participação da sociedade.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tramitam pelo Congresso Nacional projeto que objetivam redefinir princípio que certamente terá como consequência uma reestruturação do modelo de gestão do setor elétrico.

A par desses projetos, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica — DNAEE, hoje dirigido pelo competente engenheiro Alfredo Salomão Neto, constituiu grupo de trabalho, presidido pelo ilustre engenheiro Mário Menel da Cunha, com o objetivo de elaborar proposta de lei ajustando os critérios e condições das concessões do serviço público de energia elétrica e de exploração dos recursos hídricos, de modo a regulamentar os preceitos da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. E de modo a compatibilizar tais critérios ao modelo de gestão adequado para promover a implantação de uma nova política para o setor elétrico brasileiro.

Esse trabalho, coordenado pelo DNAEE, está concluído e, estou certo, brevemente deverá chegar ao Congresso Nacional.

Concluo, Sr. Presidente.

De início formulei as despedidas e os agradecimentos. Resta-me agora, como otimista que sou, reafirmar a minha crença inabalável no amanhã do meu País.

Estou certo de que, a partir de agora, o brasileiro deixou a condição de agente passivo de um futuro radioso, sempre cantado, e partiu para uma ação consciente e decidida, no esforço, que a todos compromissa, de construir o próprio destino.

Se eventuais e menores discordâncias ocorrerem relativamente a setores do Governo Federal, não podemos negar e, menos ainda,

desconhecer que o Presidente Fernando Collor, com audácia e espírito público, aceitou o desafio do tempo presente: transformar este País em uma Nação onde a seriedade no trato da coisa pública é a determinante a nos retirar do subdesenvolvimento, onde a justiça social vê o brasileiro com igualdade, sem privilégios ou favorecimentos, mas com equidade e idênticas oportunidades.

Deixo a Casa com a emoção de a ela ter pertencido, renovando a aposta que repito diariamente, na convicção de que os "amanhãs" serão sempre melhores do que os "ontens", porque somos um povo que sabe o que quer e como consegui-lo.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao Congressista Edivaldo Motta

O SR. EDIVALDO MOTTA (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, o jornal *Correio Braziliense*, em ampla reportagem, retrata o quadro degradante que vive o meu estado: falta de recursos, longos anos de estiagem, a seca no dia-a-dia e levando a fome e a miséria à casa do nordestino sertanejo da Paraíba, o rebanho sendo dizimado e hoje reduzido a quase 30% — ou morreu por falta de pastagem ou foi vendido para levar o feijão à casa do seu dono. O desprezo é total por parte dos Governos Federal e Estadual.

Ainda agora procuramos o Ministério da Agricultura a fim de encontrarmos uma solução para acabar com o mal denominado "mosca do chifre", e recebemos como resposta: "Não existe recurso. Nada podemos fazer, a não ser distribuir publicações de orientação para a pulverização dos currais e dos rebanhos".

Os municípios vêem reduzido o Fundo de Participação de 40% e, por outro lado, o Governo do estado, insensível, indiferente e irresponsável, deixa que as lavas de retirantes cubram as estradas e que a fome assole os lares dos sertanejos.

O Governador do Estado, Tarcísio Burty, procurado pelo Prefeito de Piancó, Edivaldo Leite Caldas, que dista 450 quilômetros da capital, apenas informou que nada poderá fazer porque não tem dinheiro nem para pagar a folha do funcionalismo público, atrasada desde novembro. É o pagamento do funcionalismo atrasado em cinco meses, o bocado que já acabou com o algoz e o pior "bicudo" de todos, o Sr. Tarcísio Burty, indiferente ao destino e ao rumo que os paraibanos tomam.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, este é o quadro degradante da Paraíba que tem a água contaminada, as suas destilarias paradas, a Fetag brigando em razão das demissões que se somam aos milhares no campo, os camponeses saqueando as feiras livres e o comércio, a polícia matando o pobre sertanejo que, de estômago vazio, com o couro da barriga pregado no espinhaço, como costumamos dizer, tem a panela vazia, sem um caroço de feijão, e o Governo insensível, indi-

ferente, sem querer ajudar. Ainda mais, cada família tem direito a consumir menos de 100 litros de água. Tudo isso concorre para aumentar o êxodo rural. É este o destino dos paraibanos. Até mesmo a principal cidade do estado, Campina Grande, hoje é abastecida com carros-pipa.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, fazemos este registro ao mesmo tempo em que protestamos veementemente contra a insânia, a indiferença, a irresponsabilidade e desonestidade de um governo que não cuida do seu povo e deixa seus governados morrerem à míngua. E por quê? Porque o dinheiro da Paraíba só dá para pagar às empreiteiras, por motivos escusos, os quais deixamos de aqui mencionar.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Santana.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, finalmente a África do Sul vai tomando um caminho mais construtivo em relação aos problemas que sempre afligiram a raça negra naquele continente. O problema das etnias não é exclusivo da África do Sul; existe em toda a parte. Na Europa também ocorrem choques raciais. Na Iugoslávia, na Bélgica, na França e na Espanha a luta étnica é mais que secular.

O encontro de ontem entre Nelson Mandela, dirigente do Congresso Nacional Africano, e o Sr. Mangosutho Buthelezi, chefe do movimento Inkatha, é um fato auspicioso, porque, após três décadas de lutas entre esses dois grupos, inicia-se um processo de pacificação, sem o qual seria impossível o combate ao *apartheid*. O Presidente da África do Sul, Sr. Frederik De Klerk, vem tomando medidas realmente importantes para a pacificação daquele país.

Nos últimos cinco anos os Zulus, representados pelo Líder Buthelezi, e os Xhosa, representados por Mandela, mataram-se em grande número. Entre ambas as etnias foram sacrificadas mais de cinco, talvez dez mil vidas numa guerra injusta e sem qualquer justificativa.

Senhor Presidente, o encontro realizado ontem, na Capital da União Sul-Africana, entre Nelson Mandela e Mongostho Buthelezi prolongou-se por mais de oito horas, após o qual os dois líderes apresentaram-se à imprensa a resumir em doze pontos o acordo que haviam acabado de celebrar. Esse fato, pois, é muito importante porque vem ajudar os membros da União Sul-Africana a conquistar aquilo que há tantos anos perseguem, ou seja, a extinção dos *apartheid*. E como se poderia extinguir o *apartheid*, se os próprios negros brigavam e se matavam unicamente por questões étnicas?

Finalmente, das duas lideranças conseguiram um entendimento, concluindo que é chegado o momento para acabar com essa guerra entre os negros, e assim terão força que lhes permita impor-se aos brancos, que representam uma minoria que sempre dominou aque-

le país sem consideração para com a grande maioria negra.

Senhor Presidente, quero também tecer rápidas considerações a respeito da guerra no Golfo Pérsico. Ainda ontem um de nossos colegas nos chamava a atenção sobre a maneira como vínhamos abordando questão do Golfo Pérsico, a que S. Ex^a considerou um tanto ríspida, o que não é do nosso estilo. Ora, Sr. Presidente, não acreditamos que tenhamos fugido à nossa orientação sempre constante nesta Casa. Se condenamos a Guerra do Golfo Pérsico é porque houve realmente uma oportunidade para que o conflito não ocorresse. Fala-se que o Sr. Saddam Hussein é louco, megalômano, e que não tem controle, mas pelo menos teve uma atitude estadista, porque, no seu último encontro com o Secretário-Geral da ONU, Javier Pères de Cuellar, propôs a retirada incondicional do Kuwait, apenas com a promessa e a segurança da ONU de que uma conferência seria convocada para decidir não apenas o problema do Kuwait, mas o problema geral que envolve a Palestina, Líbano, Israel, Síria, Jordânia, Irã, Iraque, Arábia Saudita, enfim, todo o oriente médio. Mas onde estava o estadista generoso, representante do maior país do mundo, os Estados Unidos, que não aceitou essa proposta? Que pelos menos verificasse, na prática, se ela tinha fundamento ou não. Mas para ele a questão era incondicional: ou as tropas do Iraque se retiram do Kuwait, sem nenhuma condição, ou a guerra virá de qualquer modo.

Por esta razão, Sr. Presidente, a nossa revolta: aquele que acusamos de megalômano — eu não, mas os outros —, de furioso, de ditador, teve, no momento supremo da crise do Golfo Pérsico, um instante de lucidez ao propor uma conferência internacional que apresentasse solução não somente para a questão entre o Kuwait e o Iraque, mas para todo o Oriente Médio. E essa oportunidade perdeu o grande líder norte-americano, o Chefe de Estado que tem, a nosso ver, todo o poder e, por ter o poder, deveria ter paciência e capacidade para impedir essa conflagração que hoje está destruindo parte do mundo. Mas não teve essa calma. Quer a saída dos iraquianos do Kuwait sem nenhuma condição. Mas o problema do Oriente Médio, Sr. Presidente, é muito mais importante do que uma simples retirada das tropas do Iraque da área do Kuwait.

É esta a nossa revolta, Sr. Presidente. Não somos contra os norte-americanos, nem contra povo algum do mundo. Estamos aqui para defender aqueles que realmente merecem a nossa defesa. E os povos árabes merecem a solidariedade de todo o mundo, para que a justiça — que há mais de um século lhes falta — seja finalmente feita.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Com a palavra o nobre Deputado Eliel Rodrigues.

O SR. ELIEL RODRIGUES (PMDB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presi-

dente, Srs. Congressistas, surpreende-nos que dois jornais de grande notoriedade, o **Jornal do Brasil** e o **Correio Braziliense**, estejam se colocando contra o evangelismo brasileiro. No **Jornal do Brasil**, edição de ontem, está dito: "Crescimento de seitas assusta a CNBB". E aqui recordo que no mesmo jornal, no dia 7 de agosto de 1988, dizia-se: "A força da fé, evangélicos invadem o País".

Sr. Presidente, a liberdade religiosa é um dom de Deus. O genuíno cristão deve ter plena liberdade para buscar adorar o Deus supremo, o Criador de todos nós e nosso sustentador, e servi-lo. Por isso, sabiamente, nossa Constituição Federal assegura o direito à liberdade religiosa.

O fato diz respeito ao I Seminário Nacional sobre o Pluralismo Religioso no Brasil, encetado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, que, na data de ontem, segundo o noticiário, examinando os números da estatística do crescimento evangélico no Brasil, revelou-se assustada com esta realidade. Os clérigos estão reunidos em Caieiras, Estado de São Paulo, e discutem a adoção de medidas pastorais capazes de resistir à investida das seitas evangélicas que, repito, segundo o noticiário, é responsável pela debandada histórica dos católicos.

Um após outro, os debatedores desse seminário indagaram se a Igreja Católica não está falindo em seu trabalho de evangelização. E esta é a verdade que eles deveriam analisar: a falência do catolicismo romano no Brasil. Esta preocupação ecoa também no Vaticano, pois o Papa João Paulo II já confessou aos bispos do Nordeste brasileiro a sua angústia quanto ao crescimento das seitas evangélicas.

D. João Terra, Bispo Auxiliar de Olinda e Recife, atribui o fenômeno à falta de padres e à demasiada ênfase dada aos temas políticos na evangelização.

Diz ainda S. Ex.ª:

"Na minha região, a ação pastoral da Igreja insistiu durante muitos anos nos problemas da terra e da reforma agrária. O povo vive isso, mas sente necessidade de um espaço religioso que não tinha nas igrejas católicas e foi reencontrar nos templos evangélicos."

Foi esta a sua análise para o **Jornal do Brasil**, referindo-se à passagem de Dom Hélder Câmara pela Arquidiocese.

O ideal seria somar as duas coisas — "atender à sede de justiça sem esquecer o reino de Deus". Mas este é um desafio difícil, como reconhecem os participantes do seminário promovido pela CNBB. A tentação, segundo o padre Paulo Gozzi, um dos debatedores, é imitar os métodos dos evangélicos, partindo para a agressividade que os pastores utilizam em sua pregação. Outra alternativa seria "deixar rolar", voltando às práticas religiosas anteriores ao Concílio Vaticano II, quando o sagrado tinha prioridade exclusiva sobre o social e o político.

Bispos, padres, freiras e leigos que estudam o pluralismo religioso não têm resposta para esse desafio. Evitam falar em "seitas"

preferindo a esta palavra a expressão "grupos evangélicos autônomos" com a confessada preocupação de não ofender outras igrejas cristãs.

Sr. Presidente, de acordo com trecho desse artigo, o que tem levado os evangélicos a conseguir espaço não é o uso da força ou violência, mas aquilo que vivem e pregam segundo a palavra de Deus. Trabalham em assistência social, em filantropia, voltam-se para a felicidade do seu próximo, constroem creches, hospitais, escolas, orfanatos. Não se esquecem nunca do dever maior, a busca do Reino de Deus e da justiça. Os evangélicos usam a Bíblia Sagrada, o livro de Deus, o mesmo livro de todos os cristãos.

De acordo ainda com esse artigo, o bispo acredita ser possível combater o que ele chama de seitas com as mesmas armas que os evangélicos:

"Fiz isso com sucesso em minha diocese" — diz ele — "quando mais de oitenta famílias católicas aderiram a um pastor evangélico. Padres e freiras recuperaram essas famílias com a Bíblia nas mãos e nós acabamos alugando a Igreja do pastor quando ele se viu sozinho e desistiu."

Apoiado nesse exemplo, D. Sinésio Bohn, bispo gaúcho, aconselha outros recursos utilizados pelos grupos evangélicos, como a valorização da palavra, a leitura da Bíblia Sagrada, a distribuição do ministério (tarefas para a comunidade) e reconhecimento dos participantes (identidade pessoal).

Não é apenas a Igreja Católica que perde terreno. "É um fenômeno comum a todas as Igrejas evangélicas históricas", afirma o metodista Júlio Santa Ana, que não vê diferença de diagnóstico ao analisar as causas da deserção dos fiéis. O teólogo luterano Emil Sobottka, observador do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, diz: "nós também estamos perdendo seguidores e estudamos o problema das seitas, embora ainda sem a busca de uma resposta pastoral".

A resposta, Sr. Presidente, para o Brasil e para o mundo, para o bem desta Pátria, é todos buscarem Deus. Porque há um só Deus e um só mediador entre Deus e os homens: Jesus Cristo. É isto que prega o Evangelho. Se o Brasil observar as palavras do Evangelho, deixará de lado a violência, o rock'n roll, a droga, a AIDS e a prostituição.

É a palavra de Deus que transforma as criaturas. Porque quem está com Cristo é um novo ser, com corpo e espírito sadios.

O Sr. Carlos Cotta — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. CARLOS COTTA (PSDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Congressistas, lamentavelmente, o conceituado jornal **O Estado de São Paulo** laborou em grande equívoco em sua edição de hoje, e a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados viu-se obrigada a dar uma nota

oficial, desmentindo o que se noticiou, nos seguintes termos:

"Brasília, 31 de janeiro de 1991

GP-O/ /91

Ilm.º Sr. Jornalista
Augusto Nunes
M.D. Diretor de Redação
O Estado de S. Paulo

Senhor Diretor,

A propósito de notícia veiculada na 5ª página da edição de hoje, do jornal dirigido por Vossa Senhoria, sob o título "Eleitos terão mais recursos", a Mesa da Câmara dos Deputados esclarece que não alterou o valor dos recursos destinados a atender ocupantes de cargo em comissão de secretário parlamentar.

A Mesa disciplinou a indicação de secretário parlamentar, em face da instituição do regime único para os servidores públicos. Sem essa adequação, os deputados que tomarão posse amanhã, dia 1º de fevereiro, não poderiam ter assistentes de confiança pessoal em seus gabinetes.

O valor dos recursos destinados a custear os cargos dos secretários parlamentares não foi, entretanto, elevado em um centavo pela atual Mesa. Qualquer revisão, se considerada necessária, será de competência da nova Mesa, a ser eleita no dia 2 de fevereiro próximo.

Mesa da Câmara dos Deputados"

Sr. Presidente, a Mesa Diretora faz esses esclarecimentos em face da leviandade de alguns deputados que, eleitos, ou não, e sem conhecimento dos fatos, querem ser manchetes nos jornais denegrindo o Congresso Nacional. Querem promover-se pessoalmente em detrimento da Câmara dos Deputados, de sua Mesa Diretora e do próprio Poder Legislativo. Por esta razão, a Mesa Diretora divulgou a nota que acabamos de ler.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB — MS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Congressistas, quero apenas registrar o meu protesto, em nome da população do Mato Grosso do Sul, especialmente dos municípios do interior do estado, contra o fechamento de mais de vinte agências e postos do Banco do Brasil.

Não se justifica que uma instituição que nasceu para agenciar o próprio desenvolvimento do País e que tem apresentado invejável nível de rentabilidade, como é o caso do Banco do Brasil — que até outubro do ano passado apresentava um rendimento líquido da ordem de 26 bilhões de cruzeiros — de repente decida fechar mais de 1.500 agências e postos de serviços, em prejuízo da economia de vários estados, principalmente daqueles que têm a economia alicerçada na agricultura e na pecuária, como o Mato Grosso do Sul.

Difícilmente essa decisão do Banco do Brasil será aceita, pois trará transtornos terríveis a agricultores, pecuaristas e empresários que, muitas vezes, têm em seus municípios uma única agência dessa instituição. A partir de agora eles não terão como fazer seus recolhimentos de impostos, de tributos e, sobretudo, encaminhar suas propostas de crédito agrícola e pecuário para promover o desenvolvimento regional.

Fica, desta forma, registrado nosso protesto contra a atual diretoria do Banco do Brasil que ontem praticamente enxotou do gabinete daquele órgão vários Parlamentares que ali estavam para discutir esse problema que está tumultuando a vida econômica do País.

Era o que tinha a dizer

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Marco Antônio Campanella.

O SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA (PMDB — DF. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, gostaria de registrar nos Anais da Casa a iniciativa de diversos Deputados e Senadores de elaborar um documento que será entregue amanhã ao Ministro das Relações Exteriores Francisco Resek.

Não haverá sessão amanhã, portanto, não teremos oportunidade de falar sobre o assunto. Esses Parlamentares manifestam preocupação com as consequências do conflito militar do Oriente Médio, particularmente em relação aos países árabes, que estão sendo profundamente sacrificados com as agressões militares desferidas na região.

Neste documento, subscrito por inúmeros Deputados e Senadores — pede-se ao governo brasileiro que realize gestões junto à ONU no sentido de aprovar resoluções que garantam o imediato cessar-fogo, com a consequente retirada das tropas estrangeiras e o fim do embargo econômico. Manifestam ainda o desejo de que o Governo brasileiro defenda junto à ONU a realização de uma conferência internacional pela paz, visando a dar resposta aos problemas árabes, em particular o da Palestina, que ainda não tem território e, portanto, ainda não se pôde constituir como nação.

Esperamos que essa iniciativa possa ter importante repercussão em todo o País e, mais do que isto, junto à opinião pública internacional, que, neste momento, se levanta para pôr fim à agressão imperialista que se desencadeia no Oriente Médio, bem como ao embargo econômico que vem sacrificando milhões de homens, mulheres e crianças; para que as tropas estrangeiras sejam imediatamente retiradas daquela região, na certeza de que as nações árabes terão condições e capacidade para oferecerem solução aos seus problemas.

Colocamos esse documento à disposição dos Parlamentares que ainda não tiveram oportunidade de assiná-lo.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO (PFL — MA. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, venho associar-me às palavras proferidas pelos companheiros Adylson Motta e Valter Pereira sobre a reforma administrativa por que passa o Banco do Brasil. No momento em que o Brasil busca o desenvolvimento, e sentimos a recessão de perto, é inconcebível o que está ocorrendo. Trata-se de um banco estatal de fomento, cujo escopo é promover o desenvolvimento do País, não visando lucros, mas que, ainda assim, teve lucro no ano passado, conforme mostra o último balanço realizado. Não é, pois, compreensível que a reforma administrativa atinja principalmente agências nos municípios mais necessitados.

Deixo aqui minha solidariedade aos companheiros que me antecederam e levantaram esta questão, bem como a preocupação do Maranhão, onde mais de sessenta agências estão sendo fechadas, o que está causando grande confusão e desolação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Célio de Castro.

O SR. CÉLIO DE CASTRO (PSB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, com as atenções voltadas para a criminoso guerra do Golfo Pérsico, passou quase despercebida nos jornais deste domingo a informação de que um tribunal de exceção, na China, condenou cinco intelectuais e estudantes a vários anos de prisão.

Seu crime foi o de haver participado das grandes manifestações populares, em maio de 1989, em favor da democracia na praça da Paz Celestial.

Todos se lembram do que aconteceu

Em nome de um socialismo decadente, um governo — que não tem vergonha de se dizer dos trabalhadores — enviou tropas para massacrar trabalhadores, estudantes, intelectuais e setores populares que reivindicam apenas democracia.

As imagens de tanques esmagando pessoas que resistiam pacificamente foram levadas a todo o mundo e não morreram na lembrança de todos os socialistas e democratas.

Agora, aproveitando-se do fato de que as atenções estão voltadas para o Golfo Pérsico, um tribunal de exceção condenou o estudante Wang Dan a cinco anos de prisão.

Ren Wanding, um militante dos direitos humanos, foi condenado a sete anos de prisão. O filósofo Bao Zunxin recebeu uma pena de cinco anos. Outro estudante, Guo Haifeng, de quatro anos, Yun Junling, de três anos.

Os jornais também anunciaram que penas mais severas serão aplicadas aos jornalistas Wang Juntao e Chen Ziming, ao jurista Chen Ziming e ao físico Liu Gang.

Como já dizia o poeta, pode-se destruir uma rosa, mas não se pode deter a chegada da primavera.

A primavera da democracia e do socialismo com liberdade há de raiar na China pelas mãos de seu generoso e valente povo.

Como socialista, protesto contra essa violência praticada pela China. O socialismo só pode existir com democracia e liberdade e nunca sob as esteiras dos tanques.

Desta tribuna faço agora um apelo aos Ministros da Justiça e das Relações Exteriores, extensivo ao Secretário da Polícia Federal.

O Jornal Nacional da TV Globo, anunciou ontem a prisão de cinco chineses, em São Paulo, quando tentavam embarcar, no aeroporto de Cumbica, para os Estados Unidos com passaportes falsificados.

Levados à delegacia de polícia, eles se declararam estudantes que estavam sendo perseguidos na China por causa de sua participação nas manifestações democráticas da praça da Paz Celestial. Pediram, inclusive, a ajuda de um representante da Anistia Internacional em São Paulo.

Se essas informações forem verdadeiras, peço aos Ministros da Justiça e das Relações Exteriores que seja concedido asilo político a esses estudantes, ou que lhes seja permitido prosseguir viagem, com documentos legalizados ou vistos de refugiados, para os Estados Unidos, onde pretendiam pedir asilo político.

Sr. Presidente, exatamente neste momento fui informado de que o Governo brasileiro, mediante decisão singular, e valendo-se de prerrogativa outorgada pela Constituição, concedeu asilo político às cinco pessoas por mim referidas.

Muito obrigado (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Artur Lima Cavalcanti.

O SR. ARTUR LIMA CAVALCANTI (PDT — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, encerrando o meu mandato, já que não disputei a reeleição, gostaria de dizer a V. Ex^a que hoje passei a guarda a um brilhante Deputado pernambucano que apoiei: o ex-Governador e ex-Prefeito do Recife, o jovem Gustavo Krauser.

Também gostaria de expressar à Casa minha preocupação; neste final de Legislatura, em relação a um dos setores mais importantes para o nosso País: a saúde, que está inteiramente entregue à desordem, fazendo com que milhões de brasileiros sejam levados ao desespero.

Há cerca de dois dias fiz um pronunciamento no qual dizia que aproximadamente cinco mil brasileiros vão morrer por decreto. Em outras palavras, clientes de hemodiálise, tendo pago, durante toda a vida, à Previdência Social, lutam contra deficiências nesse setor, pelas quais é esta Casa responsável, em razão da falta de flexibilidade orçamen-

tária no setor da saúde promovida pela Comissão Mista de Orçamento

A saúde não pode ter uma previsão orçamentária predeterminada, pois precisa dispor de recursos extraordinários para poder fazer frente a fatores imprevisíveis, a exemplo da AIDS e dos acidentes que ocorrem no País, e o previdenciário necessita utilizar-se da Previdência. Há necessidade de se tirar recursos de Estados que a Comissão Mista de Orçamento favorece — em decorrência do privilégio e prestígio do representante daquele Estado na Comissão — para colocá-los onde estão faltando.

A medicina de grupo, por vezes instável economicamente, esta sendo complementarmente responsável pelo atendimento de mais de trinta milhões de brasileiros. Isso põe a nu as deficiências do atendimento e utilização da relação custo-benefício

A UCA, Unidade de Critério Ambulatorial, em São Paulo, vale cerca de Cr\$ 3.200,00 por habitante-ano, enquanto, por exemplo, em Pernambuco, esta UCA está valendo, irracionalmente, cerca de Cr\$ 1.800,00 por habitante-ano.

Sr. Presidente, o Estado mais desenvolvido e, conseqüentemente, mais absorvedor de mão-de-obra e tem mais proteínas. Portanto, tem menos incidência de doenças. Esses percentuais relativos ao desenvolvimento regional e as proteínas a disposição da população são da Organização Mundial de Saúde — OMS. O Governo Federal deveria privilegiar as regiões à margem do desenvolvimento

Sr. Presidente, estou propondo que esses critérios sejam mudados com urgência, porque são inteiramente contraditórios: o atendimento à saúde dos conveniados contratados privados é oito vezes menor em preço e custo do que o da previdência estatal. Isto está comprovado pelos relatórios obtidos nas publicações oficiais. O administrador público — alguns são excelentes — e compulsoriamente deslocado para o setor privado em face dos baixos salários e das normas e regras que inibem a sua autoridade

Sr. Presidente, Sr. e Srs. Congressistas, urge, portanto, impor flexibilidade de remanejamento das verbas de saúde para repassá-las de onde estão sobrando para onde estão faltando, além de estabelecer margem de segurança para todo o orçamento previdenciário. Pode-se prefixar, por exemplo, despesas com estradas, educação e saúde. Tudo isto é previsível. Entretanto, é necessária e exigível a flexibilidade que os benefícios têm em relação, por exemplo, ao Inamps. Cito a V. Ex.º o exemplo da dengue, da AIDS, da deficiência renal, dos processos de hemodialise e das urgências operatórias.

Concluindo, quero dizer que há estudos nos Estados em relação ao Orçamento de 1990. Gostaria que se fizesse um esforço enorme para que esses casos, inclusive de atrasos para o setor ambulatorial, sejam corrigidos.

Pela primeira vez fui ontem a um órgão do Governo e tive o prazer de conhecer o Dr. Augusto Viveiros. Quero dizer aqui que

tive a melhor impressão a respeito do quadro dos Ministérios da Saúde, do Trabalho e da Previdência Social. Quero também defender a nova mentalidade que esta sendo imposta com relação aos convênios. Para que os Estados e Municípios recebam os recursos complementares do Inamps e do Governo Federal é exigido o comprometimento de 10% do orçamento do Município e 10% do orçamento do Estado para a saúde. A partir daí, o Governo Federal entrará com o necessário, muitas vezes em percentuais bem maiores, na medida em que mais de 30% do Orçamento Federal está comprometido com a saúde.

Sr. Presidente, finalizando, espero que os setores ambulatoriais do Brasil sejam corrigidos ainda em relação as deficiências do Orçamento de 1990, a fim de que esses cinco mil brasileiros que pagam ao Inamps, portadores de doenças renais, AIDS, dengue etc., não sejam obrigados a morrer por decreto, por falta de coordenação, pois acabo de propor as correções que se fazem necessárias no âmbito da saúde

O Sr. Lysáneas Maciel — Sr. Presidente, peço palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. LYSÁNEAS MACIEL (PDT — RJ Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, agora que se fala tanto na formação de blocos, quero lembrar a V. Ex.ª que o Regimento Interno da Câmara e o Regimento Comum prevêem que a Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal e os demais cargos serão exercidos alternadamente pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Entretanto, Sr. Presidente, isso nunca foi feito. As sessões têm sido sempre presididas pelo Presidente do Senado Federal, mas não pela presença alternada dos ocupantes dos cargos equivalentes da Câmara dos Deputados e daquela Casa do Congresso

Queremos registrar que V. Ex.ª, mesmo com as limitações do cargo de Vice-Presidente, agiu corretamente com a Oposição, permitindo que este Congresso tivesse elevada sua estatura política, ao dar, em várias oportunidades, interpretação consentânea com a prática da verdadeira democracia. Mas agora não vamos mais contar com V. Ex.ª, na qualidade de Vice-Presidente, na direção de nossos trabalhos, o que tornara mais difícil ainda para a Oposição, na próxima Legislatura, uma atuação mais adequada ao espírito da lei, do regimento e da democracia

Diz o § 5º do art. 57 da Constituição.

“A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.”

Senhor Presidente, isso jamais foi cumprido. Vejam Sr. e Srs. Congressistas, que, se não tivéssemos a presença liberal e democrática do Senador Iram Saraiva na direção de inúmeras sessões, não poderíamos sequer manifestar nosso inconformismo, nossa dificuldade em esclarecer pontos fundamentais aos interesses do povo brasileiro

Esta é a última sessão do Congresso Nacional desta Legislatura, mas ainda é oportuno — agora que se vão formando blocos e várias facções vão tentar ressuscitar o “Centrão” — cumprir o regimento, cujo texto é claríssimo.

Esta é a questão de ordem que formulei a V. Ex.ª, homem dotado de espírito esclarecido, para fazer cumprir o regimento. O Congresso Nacional deverá ser presidido, na próxima Legislatura, pelo Vice-Presidente da Câmara dos Deputados e nessa escala sucessiva, nas alternâncias sugeridas pela Constituição. Tenho certeza de que V. Ex.ª, no exercício da Presidência da Mesa ficará sensível a esta questão de ordem, que trago na última sessão do Congresso Nacional desta Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Nobre Deputado, não temos constrangimento algum em responder à questão de ordem formulada por V. Ex.ª. Tivemos oportunidade de presidir inúmeras sessões, nas quais V. Ex.ª sempre estava presente, conforme estabelece a Constituição, o Regimento Comum e os Regimentos Internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal

Agradeço a V. Ex.ª as palavras amáveis. Tivemos e continuaremos tendo uma convivência irmã, tenho absoluta certeza disso. V. Ex.ª citou, e queremos repetir, o § 5º do art. 57 da Constituição, que estabelece claramente:

“§ 5º — A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.”

Esse ponto foi tema de inúmeros debates na Mesa do Senado à época em que discutimos reiteradas vezes a matéria, entendemos que o Congresso Nacional deveria ser presidido por um senador. A Mesa, que encerra hoje seu mandato, entende que a Presidência do Congresso Nacional deve ser exercida pelo Presidente do Senado Federal e os demais cargos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal — inclusive o texto constitucional traz em primeiro lugar a Câmara dos Deputados. Isso equivale a dizer que os cargos da Mesa do Congresso Nacional, os de Primeiro Secretário, Segundo Secretário e assim sucessivamente, devem ser, alternadamente, exercidos por deputados e senadores. Portanto, sempre que os deputados compareceram à Mesa exerceram a função que lhes competia. Quanto à Presidência do Congresso Nacional, que hoje encerra seu

mandato, entendeu que sempre terá de ser exercida por um senador da República. A futura Mesa do Senado Federal, desde que não fira o texto constitucional, e acredito que não irá fazê-lo, poderá dar uma outra interpretação e, juntamente com a Mesa da Câmara dos Deputados, adotar uma nova diretriz. Hoje, infelizmente, não podemos mais decidir sobre esta questão, até porque é a última sessão que estamos realizando. A questão de ordem de V. Ex^a é importante, pertinente e terá de ser resolvida, porque muitas vezes o entendimento da Mesa do Congresso Nacional não é o de todos os seus integrantes.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL — Sr. Presidente, sem querer polemizar com V. Ex^a, é do espírito do bicameralismo e um costume essa hierarquização com prevalência do Senado. Aliás, permita-me dizer, sem nenhuma irreverência em relação aos Srs. Senadores — um mau costume, que não se coaduna com o espírito democrático. Por isso, vejo-o com muita preocupação. Então embora não seja este o momento próprio para encaminhar a consulta, gostaria de fazê-lo, ainda que venha a ser resolvida pela futura Mesa, para que a Comissão de Justiça se pronuncie. Estou muito preocupado com a formação de um bloco que poderá atuar com força esmagadora, o que contraria o espírito democrático de V. Ex^a. Essa hierarquização poderá permitir, como observamos nesta Legislatura, um descompasso de estruturação, em que, em um Presidente forte, afeito a medidas discricionárias, como as medidas provisórias, comanda as decisões do Legislativo.

Portanto, requeiro formalmente a V. Ex^a que encaminhe esta questão de ordem à futura Mesa do Congresso Nacional, a fim de que o assunto seja reexaminado com espírito mais consentâneo com a democracia e com a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Nobre Deputado, inclusive podemos requerer as notas taquigráficas da questão de ordem levantada por V. Ex^a, para subsidiar o exame da matéria pela futura Mesa. Também poder-se-á regulamentar o texto constitucional, através de um projeto de decreto legislativo, que esclareceria definitivamente o assunto.

V. Ex^a também pode apresentá-la, pois isto facilitará ainda mais o funcionamento da Casa, como é intenção de V. Ex^a.

Estou sendo informado, ainda para esclarecimento do Plenário — boa lembrança que recebo da Mesa —, que está em tramitação o Regimento Comum, que regulamenta a matéria. Acho que ela pode ser esclarecida, e o futuro Congresso Nacional terá amplas condições de atender ao texto constitucional, na forma como o pensou o legislador brasileiro.

Encerro aqui a minha participação como integrante da Mesa do Congresso Nacional. Sou humano e talvez dos menos preparados para dirigir os trabalhos do Congresso Nacional. (Não apoiado!) Aproveitei esta oportunidade para aprender com os nobres deputados e senadores, principalmente com o Sena-

dor Nelson Carneiro, a quem respeito pela cultura jurídica e legislativa e pelos conhecimentos que tem do idioma pátrio. Ter integrado uma Mesa dirigida por S. Ex^a foi de grande valia para mim.

Quero penitenciar-me perante os Srs. Congressistas; se em algum instante tropecei, foi com uma grande vontade de acertar. Nas decisões que tomamos, não usamos de um poder arbitrário, um poder de força. Nem sempre as decisões do Presidente do Congresso ou de seu eventual substituto são irrecorríveis. Não seria democrático. Muitas vezes tomamos decisões que podem ter desagradado algum integrante do Parlamento, mas felizmente para minha alegria, não tive qualquer das minhas decisões reformadas.

Agradeço aos Srs. Congressistas a compreensão, a amizade e o carinho com que me receberam. Posso não ter sido um bom aluno, mas procurei respeitar a Constituição e os nossos Regimentos. Saúdo a todos os Srs. Congressistas que não retornarão na próxima Legislatura, desejando que levem para seus estados nosso carinho e respeito. Aos novos congressistas, darei as boas-vindas, uma vez que trabalharemos juntos ainda quatro anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PDT — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, ao iniciar em pronunciamento, quero saudar o Senador Iram Saraiva, que neste momento deixa a Vice-Presidência do Congresso Nacional. S. Ex^a, nessa condição, muito colaborou com o Presidente, Senador Nelson Carneiro, e muito ensinou a nós Congressistas.

Nesta oportunidade, quero dizer ainda que durante oito anos, no Congresso Nacional e na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, uma das minhas lutas foi pela viabilidade e desenvolvimento do Nordeste.

Ao encerrar hoje meu mandato nesta Casa do Congresso Nacional, após aprovarmos a Lei Agrícola, requeiro a V. Ex^a a transcrição, nos Anais do Congresso, da matéria intitulada "O campo como melhor opção", de autoria do administrador de empresas e produtor rural, o paulista Sérgio Bortolozzo, que acreditou na viabilidade do Nordeste, onde está montando uma grande empresa de produção de arroz e soja, na Chapada de Uruçuí, no Estado do Piauí.

Como nordestino, analisando cuidadosamente a matéria publicada no *Correio Brasileiro* da última terça-feira, dia 29, pude crer que realmente a Região Nordeste carece de cuidados dos homens que administram este País e particularmente de condições para transformar-se no maior celeiro de produção agrícola da América Latina.

Nesta oportunidade, desejo solidarizar-me com o Sr. Sérgio Bortolozzo, a quem faço o apelo para que continue acreditando no Nordeste e incentivando seus pares para de-

envolver essa região, que por 500 anos ficou relegada ao último dos últimos planos de Governo.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, reitero minhas palavras contidas no discurso de despedida do Congresso Nacional, umas de agradecimento pelo que aprendi com V. Ex^a e outras de advertência para os eleitos e reeleitos em 3 de outubro de 1990: unam-se com o único objetivo de não permitir que o Governo que aí está castre a Constituição de 1988, elaborada por nós com o apoio de toda a sociedade brasileira.

Volto à planície e junto-me ao povo sem mandato e sem microfone para cobrar de V. Ex^a tudo aquilo que cobraram de mim na elaboração de nossa Lei Maior, durante os anos de 1989 e 1988.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

"O CAMPO COMO MELHOR OPÇÃO"

Dentre os grandes fatores de incerteza que marcam de dificuldades o atual momento brasileiro, um deles tem influência relevante. A falta de uma ousadia consciente de empresário nacional, em busca de alternativas para participação do processo gerador de riquezas. A eterna dependência dos favores oficiais deformou de tal forma, e em proporções tão abrangentes, os setores produtivos que muito poucos ousam ampliar as taxas de risco, que são inerentes àquelas atividades onde os ganhos são produto final de competência empresarial, de excelência gerencial e de racionalidade nos meios e nos fins empregados para licitação da riqueza.

Em meados de 1988, quando o País experimentava um período nebuloso, com os setores da economia, em todo o seu contexto, vivendo uma violenta ressaca dos planos de salvação nacional, e, ainda como complemento experimentado as retumbâncias da Assembléia Nacional Constituinte, nas suas promessas de avanços nas conquistas sociais, exatamente nessa época fizemos uma opção pessoal de mudança no centro de gravidade das atividades econômicas com a agricultura. Sediados no interior de São Paulo, resolvemos expandir o nosso campo de atuação e nas buscas empreendidas e por conta de estudos de mercado, elegemos o distante município de Uruçuí, no sul do Piauí, para desenvolver um projeto extensivo de produção de arroz. A causa dessa decisão foi a mudança da visão do Nordeste, desde que trocamos o enfoque de sua paisagem. Abandonamos a apreciação pelo lado turístico para medirmos e avaliarmos as disponibilidades para investir racionalmente. Abrimos uma fronteira agrícola experimental, totalizando 500 hectares de terras para o plantio de arroz nas áreas de cerrado que ali são extremamente convidativas para os desafios da produção. Relevo definido por largos tratos de terras planas e regularidade nas chuvas, proporcionaram um desempenho plenamente satisfatório. Nada menos do que uma produtividade de 2

mil, 280 quilos por hectare, o que nos surpreendeu sobremodo, desde que esses índices jamais foram por nós alcançados em nossas plantações em São Paulo, onde predominam os solos de "terras roxas estruturadas".

Em Uruçuí, dentro de procedimentos normais, com a calagem do terreno e outros insumos de rotina, obtivemos um retorno plenamente satisfatório. A comercialização da safra também decorreu dentro de padrões satisfatórios. A demanda é compensadora, principalmente em razão das principais fontes de fornecimento do mercado local estarem situadas no Centro-Oeste.

A essência do nosso depoimento, todavia, tem o seu principal objetivo na divulgação das oportunidades de abertura de novas fronteiras agrícolas em busca de uma diversificação dos centros de produção agrícola no País. No Nordeste, em geral, e, no Piauí, em particular, as terras de cerrado se apresentam em manchas onde os índices de produção e produtividade são auspiciosos, principalmente a partir das áreas marcadas por isoietas anuais que delimitam espaços onde as taxas de precipitação pluviométrica são confiáveis para culturas não irrigadas artificialmente.

Os preços das terras ainda são convidativos, o mesmo acontecendo com a mão-de-obra que por igual permitem a fixação de uma matriz de custos com boas margens de retorno financeiro. Mais ainda, existe no aguardo de níveis de demanda satisfatório um programa de arrendamento de terras, que o Banco do Brasil pretende desenvolver — ou até mesmo com ofertas em nível de mercado, onde terras ainda inexploradas podem ser arrendadas mediante contratos diretos.

O importante a destacar é que há imensos espaços no Nordeste para quem deseja plantar com seriedade, assumindo riscos normais de quem se dedica às práticas da produção. Até o momento não tivemos problemas insuperáveis que a dedicação ao trabalho e a perseverança não possa enfrentar. Também o Banco do Nordeste dispõe de uma Carteira Agrícola aberta para quem deseja um relacionamento creditício sem apadrinhamentos, dentro das leis de mercado financeiro.

Nossos próximos passos serão no sentido de implementar a atividade cooperativa, procurando somar esforços para multiplicar resultados. Só em regime nitidamente vendedor, água com oferta regular, de parte do clima e abundância de solarização compõem o triângulo básico para o desenvolvimento de um projeto de produção agrícola razoável, desde que complementando com a vontade de trabalhar, o desejo de produzir e a certeza de que e no campo que a atividade econômica ainda oferece as melhores alternativas para crescer e prosperar. É nesse rumo que estamos caminhando e nessa direção que convocamos aqueles que querem se entregar às atividades empresariais tendo a terra como oficina de trabalho.

As terras lindas com as fondeiras do sul do Piauí constituem um norte autêntico para quem deseja trabalhar sem se incomodar com

as mãos calejadas e os renovados desafios que os ofícios da produção rural colocam diariamente à nossa frente."

Durante o Discurso do Sr. Gonzaga Patriota o Sr. Iram Saraiwa, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Senador Nelson Carneiro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Messias Góis.

O SR. MESSIAS GÓIS (PFL — SE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. e Srs. Congressistas, dois assuntos trazem-me à tribuna nesta tarde.

Em primeiro lugar, quero registrar que, no último sábado, o Sr. Presidente da República autorizou a assinatura de convênio visando a um estudo preliminar para irrigação de oitenta mil hectares nos Estados de Sergipe e Alagoas. É fundamental para o desenvolvimento desses dois Estados e do Nordeste o aproveitamento de toda a água do São Francisco, após a barragem de Xingó, que atualmente é perdida. Com esse estudo, viabilizaremos uma agricultura irrigada nos menores Estados brasileiros, o que certamente fará com que corresponda às necessidades do País.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, lamento a atitude do Presidente do Banco do Brasil tomada ontem, ao colocar para fora do seu gabinete alguns Congressistas. O Presidente do Banco do Brasil, instituição respeitável, da qual todos nos orgulhamos, não teve maturidade suficiente para ouvir de representantes do Poder Legislativo, que merecem todo o respeito, críticas a uma política que não se sabe se é certa ou errada. Mesmo porque nos chegam notícias de que os métodos usados para forçar a aposentadoria de servidores do banco não foram, eu diria, os mais educados. Em minha terra, Sergipe, gerentes de agências foram chamados repentinamente para ser apresentados aos substitutos. Todo mundo de preocupa com a aposentadoria. Ao gerente da agência de Frei Paulo faltavam trinta dias para se aposentar no cargo, quando foi colocado para fora, sem nenhuma justificativa.

Por que não ouvir a classe política sobre o fechamento de agências? O Banco do Brasil teve um lucro de 42 bilhões de cruzeiros. Portanto, pode manter uma agência em uma pequena cidade, trazendo benefícios sociais enormes.

Associo-me ao nobre Deputado Adilson Motta e protesto contra a atitude do Presidente do Banco do Brasil, que, pelo menos no exercício do cargo que exerce, deveria ter educação política.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra à nobre Congressista Sandra Cavalcanti.

A SRA. SANDRA CAVALCANTI (PFL — RJ. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, o País inteiro vem acompanhando a forma atenta, eu diria até carinhosa e generosa, com que o Presidente Fernando Collor olha para os interesses e as necessidades do Estado do Rio de Janeiro. Em que pese algumas notícias que saíram nos jornais, interpretando mal as estatísticas, o Rio de Janeiro e a segunda unidade da Federação, o segundo maior Produto Interno Bruto do País. Portanto, tratar bem o Estado do Rio de Janeiro não é só uma obrigação, mas é também uma obrigação. E o Presidente Fernando Collor, nesta matéria, tem sido impecável. Desde que assumiu, o Estado do Rio de Janeiro não foi mais discriminado, passou a ser tratado, como deve ser, de acordo com suas possibilidades.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, a mim espanta muito o que vem ocorrendo, nos últimos dias, na área do Ministério da Saúde. A imprensa tem divulgado considerações do Ministro da Saúde, em que S. Ex.^a sustenta que teria repassado para o Estado do Rio de Janeiro, a tempo e a hora, vultosos recursos para o combate ao dengue, que o Estado foi incapaz de utilizá-los e que, por isso, a epidemia de dengue ali não diminuiu.

Ora, Sr. Presidente, além de inverídicas, essas afirmações trazem uma conotação muito desagradável para um Estado onde realmente se começou a política sanitária no País. A tradição do Estado do Rio de Janeiro é a tradição de Oswaldo Cruz, é a tradição do combate a malária, é a tradição do combate à febre amarela, é a tradição da vacina. Foi ali, no Estado do Rio de Janeiro, que foi possível vencer a ignorância de muitos e implantar uma política de prevenção, nesta matéria. O Estado do Rio de Janeiro não mudou. Ali estão algumas das nossas maiores inteligências, o Instituto Oswaldo Cruz continua sendo uma das instituições mais respeitáveis do Brasil, além de outras que funcionam naquele Estado.

Por isso, Sr. Presidente, faço questão de fazer este registro. O Ministro está inteiramente enganado, e acredito que por pessoas que, à sua volta, lhe estão fornecendo dados totalmente falsos. Desde maio de 1990, o Estado do Rio de Janeiro busca um entendimento com o Ministério da Saúde, para coordenar-se e coordenar, no âmbito local, uma ação contra o dengue. Pois bem, só no dia 9 de janeiro é que foram repassados os primeiros recursos para combater a epidemia.

Sr. Presidente, essa epidemia está no Estado do Rio de Janeiro há mais de três anos. No ano passado, ela já foi uma calamidade. Portanto, a famosa agilidade, a famosa descentralização, a famosa desburocratização, a famosa rapidez de atuação do Ministério da Saúde está-se revelando um passo de tartaruga. Entendimentos iniciados em maio de 1990 só se concretizaram em 9 de janeiro deste ano. E veja, e pasme V. Ex.^a, o grande

Senador pelo nosso Estado e que se preocupa tanto com os seus destinos, que o cheque é de 387 milhões de cruzeiros. Não é aquela fantástica quantia, aqueles bilhões de cruzeiros que o Ministro disse, hoje pela manhã, na televisão, e tem repetido, ter repassado para os programas de saúde do Rio de Janeiro. Não é verdade. É que, com a criação do SUS, o Ministério da Saúde se viu na contingência de entregar às redes estadual e municipal uma parte da rede do INAMPS, com o compromisso de, durante um certo período, repassar ao Fundo Estadual de Saúde os recursos necessários para custeio dessas instituições.

Pois bem, o orçamento de custeio das instituições repassadas pelo INAMPS — responsabilidades pelo atendimento, pelo patrimônio, pela manutenção e pelos equipamentos — estava previsto em cinco bilhões e 600 milhões de cruzeiros, mas até dezembro só tinham chegado aos cofres do Fundo Estadual de Saúde menos de dois e meio. Veja V. Ex^a, Sr. Presidente, que a verdade é bem outra.

Nesse episódio da dengue é flagrante o equívoco do Ministro, porque esse convênio, cujos entendimentos iniciaram-se em maio de 1990, só foi firmado em 9 de janeiro de 1991, e só o foi porque houve uma cláusula aditiva, no dia 28 de dezembro, esclarecendo a posição da Sucam, isto é, do órgão federal dentro do convênio, que não tinha ficado esclarecida.

Sr. Presidente, tenho aqui, e vou passar às mãos de V. Ex^a, para que conste dos Anais, a cópia da entrada do cheque de 387 milhões no Fundo Estadual de Saúde, gerido pela Secretaria de Estado da Saúde, e a saída, no mesmo dia, à tarde, das parcelas destinadas a Duque de Caxias, São João de Meriti, São Gonçalo, Paracambi, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu e Campos, onde também havia incidência de dengue. Foi esta a importância transferida para a Secretaria de Estado da Saúde, que, imediatamente, a repassou às secretarias municipais, que só têm vinte dias para começar a aplicar os "vultosos" — entre aspas — recursos de combate à dengue que o Ministro da Saúde informa ter repassado ao Estado do Rio de Janeiro.

O que o Ministro Alcení Guerra está devendo ao Estado do Rio de Janeiro é muito mais do que cinco bilhões e 600 milhões de cruzeiros para custeio da rede de atendimento: está devendo os nomes dos empresários que, segundo S. Ex^a, ordenam a matança de crianças, o que está sendo cobrado pela sociedade do meu Estado, e até agora S. Ex^a ainda não foi capaz de fazer

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A ORADORA

"TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE
SI CELEBRAM O MINISTÉRIO
DA SAÚDE ATRAVÉS DA
SUPERINTENDÊNCIA DE

CAMPANHAS DE SAÚDE PÚBLICA, E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO; ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, OBJETIVANDO O CONTROLE DO AEDES AEGYPTI O AEDES ALBOPICTUS

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e noventa (1990), o Ministério da Saúde, através da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, sediada na Esplanada dos Ministérios, Ed. Anexo do MS, 3º andar, Ala "A", sala 337, em Brasília-DF, neste ato representada por seu Superintendente Dr. Waldyr Mendes Arcoverde, de acordo com o disposto na alínea "o" do art. 103 do Regimento Interno do mencionado órgão, baixado pela Portaria Ministerial nº 161/BSB, de 7 de maio de 1976, publicada no *Diário Oficial da União* de 28 de maio subsequente, e o Estado do Rio de Janeiro, através de sua Secretaria de Estado da Saúde representada pelo seu titular Dr^a Maria Manoela Pinto Carneiro Alves dos Santos com base no Decreto nº 93.872/86 e com observância da Instrução Normativa STN/Nº 12/88, resolvem firmar o presente Convênio, nos termos e condições estabelecidas nas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA Das Convenções

Ficam convencionadas as designações simplificadas de "Ministério" para o Ministério da Saúde, da "Sucam" para a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, de "Estado" para o Estado do Rio de Janeiro e de "Secretaria" para a Secretaria de Estado da Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA Do Objeto

O presente Convênio, com amparo legal no Decreto nº 93.872/86 e IN/STN/nº 12/88, objetiva apoiar os municípios do Estado do Rio de Janeiro, na execução de ações de combate ao *Aedes aegypti* e ao *Aedes albopictus*, visando o controle da transmissão de Dengue, com possível ocorrência de casos com complicações hemorrágicas e urbanização da febre amarela.

CLÁUSULA TERCEIRA Das obrigações

Para a execução das ações previstas neste instrumento as instituições signatárias assumem os seguintes compromissos:

I — A Sucam

a) elaborar, juntamente com o estado e com os municípios envolvidos, o plano de operação a ser desenvolvido;

b) apoiar o Estado, através dos municípios envolvidos, no processo de treinamento de pessoal, direção e administração das operações de campo;

c) fornecer diretamente dos municípios envolvidos:

— insumos (inseticidas) necessários ao cumprimento da programação a ser executada;

— equipamentos, uniformes e materiais indispensáveis ao desempenho das atividades;

— veículos para operacionalização das atividades de campo;

d) repassar à Secretaria recursos financeiros, no montante de Cr\$ 387.000.000,00 (trezentos e oitenta e sete milhões de cruzeiros) destinados aos municípios envolvidos no trabalho, conforme plano de aplicação constante do anexo, I, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

II — O Estado, através da Secretaria

a) Executar, através dos municípios, as ações de controle do *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, objeto deste convênio;

b) cuidar para que os municípios zelem pela conservação dos materiais a serem utilizados na implementação das atividades e restitua-os ao término do Convênio, ressalvados os desgastes de uso normal;

c) colocar, através dos municípios envolvidos, pessoal auxiliar e técnicos de controle de vetores para executar, complementariamente, as ações objeto do presente Convênio;

d) adotar, para as ações de combate dos *Aedes aegypti* e *albopictus*, a metodologia de trabalho utilizada atualmente pela Sucam, ressalvados possíveis redirecionamentos que por ventura se façam necessário, desde que previamente acordado entre as partes.

Subcláusula única. Competirá, em conjunto, à Sucam ao estado e aos municípios a normalização, acompanhamento, supervisão e avaliação, inclusive com a responsabilidade de redirecionamento das ações de combate ao vetor, se os critérios epidemiológicos assim o indicarem.

CLÁUSULA QUARTA Dos Recursos Financeiros

Os recursos referidos na cláusula terceira, item I, letra "d", serão repassados à Secretaria de Estado da Saúde, com uma única parcela, e correrão no exercício em curso, à conta do Programa/Atividade nº 1340.750.429.2318.0003, Elemento de Despesa nº 3430.41, Fonte 153, tendo sido emitida a Nota de Empenho nº 00695/90.

Subcláusula única. A Secretaria prestará conta dos recursos recebidos nos termos e condições determinados pela IN/SJN/NA 12/22, comprometendo-se a restituir eventual saldo à Sucam ou recolhê-lo ao Tesouro Nacional.

CLÁUSULA QUINTA Da Vigência

O presente Convênio vigorará a partir da data de sua assinatura pelo prazo de 12 (doze) meses podendo ser rescindido pelo descumprimento das obrigações ou condições pactuadas, ou pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torna formal ou materialmente inexequível, ou ainda por ato unilateral, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SEXTA Da Publicação

O presente instrumento será publicado, por extrato, no DOU, dentro de 20 (vinte) dias da sua assinatura, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 768.302, de 8-9-79.

CLÁUSULA SÉTIMA Do Foro

O Foro para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da execução deste Convênio, ou de sua interpretação, será o da Justiça Federal — Brasília/DF.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme fora o presente convênio assinado pelos representantes das partes, dele se extraindo cópias para fins de publicação e execução. — Dr. Waldyr Mendes Arcovorde, Superintendente da Sucam — Dra. Maria Manoela Pinto Carneiro Alves dos Santos, Secretária de Estado da Saúde.

PLANO DE APLICAÇÃO (ANEXO I)

A Sucam deverá transferir, no exercício de 1990, Recursos Financeiros, para fazer face às despesas correntes de:

CUSTEIO EM Cr\$*

	387.000.000,00
Total:	387.000.000,00

Esses recursos deverão ser aplicados pelo estado nos seguintes municípios:

1) Campos	22.446.000,00
2) Duque de Caxias	65.403.000,00
3) Itaboraí	15.093.000,00
4) Itaguaí	8.901.000,00
5) Magé	24.381.000,00
6) Nilópolis	14.706.000,00
7) Niterói	23.220.000,00
8) Nova Iguaçu	123.066.000,00
9) Paracambi	3.870.000,00
10) São Gonçalo	43.344.000,00
11) São João de Meriti	42.570.000,00

Cr\$ 387.000.000,00

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL Secretaria de Estado de Saúde Fundo Estadual de Saúde

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1991.
Excelentíssimo Senhor
Doutor Adhemar Paladini Ghisi
MD. Presidente do
Tribunal de Contas da União
Brasília — DF.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. As notícias veiculadas nos últimos dias pela Imprensa do Rio de Janeiro e atribuídas ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde — Doutor Alcení Guerra, relativas ao tema "Dengue", falam de vultosos recursos que foram repassados ao Estado do Rio de Janeiro e, por via de consequência, à Secretaria de Estado de Saúde.

2. No intuito de restabelecer a verdade dos fatos, cumpre-nos o dever de esclarecer a Vossa Excelência o seguinte:

a) desde maio de 1990, estamos em entendimento com o Ministério da Saúde para estabelecer os planos de combate ao dengue;

b) somente em 9-1-91, foram repassados os recursos, no valor de Cr\$ 387.000.000,00 (trezentos e oitenta e sete milhões de cruzeiros), conforme pode ser comprovado pela cópia xerox do extrato da conta bancária, anexa, relativo à movimentação da conta bancária do Fundo Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, Órgão subordinado a esta Secretaria de Estado de Saúde;

c) os Cr\$ 387.000.000,00 que foram recebidos pelo Fundo Estadual de Saúde foram imediatamente repassados, na sua totalidade, aos municípios relacionados no Termo Aditivo (anexo por cópia) que a Secretaria de Estado de Saúde assinou, em 28-12-90, com o Ministério da Saúde;

d) nenhum outro recurso foi repassado pelo Ministério da Saúde ao Estado do Rio de Janeiro para a Secretaria de Estado de Saúde para combate ao dengue.

3. Como pode ser observado, a Secretaria de Estado de Saúde, além dos recursos recebidos e repassados aos municípios, não contou com nenhuma verba federal especificamente para combate ao Dengue, razão pela qual nos apressamos mais, a bem da verdade, a esclarecer a esse Egrégio Tribunal de Contas, na pessoa de Vossa Excelência.

Renovando os votos de elevada estima e distinta consideração, subscrevemo-nos
Atenciosamente — **Maria Manuela M. V. Alves dos Santos**, Secretária de Estado de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Concedo a palavra ao Congressista Elias Murad.

O SR. ELIAS MURAD (PSDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente. Sr^{te} e Srs. Congressistas, semana passada ocupei a tribuna da Câmara dos Deputados, a fim de lançar meu protesto contra esta verdadeira loucura coletiva em que se transformou o chamado "Rock in Rio II". Os jornais noticiavam, já àquela semana, cerca de 300 casos de atendimentos médicos por overdose de drogas e com algumas mortes. Por excesso de bebidas alcoólicas, nem se fala, pois o número de acidentes ultrapassou a mais de mil.

Protestei também pelo fato de alguns roqueiros do exterior trazerem em suas camisas o slogan *drugs suck*, o que, traduzido literalmente quer dizer chupar ou aspirar drogas.

Entretanto, Sr. Presidente, Sr^{te} e Srs. Congressistas, quero salientar duas contestações — diretas ou indiretas — a esse meu pronunciamento.

A primeira partiu de rápida intervenção de um ilustre deputado, figura que respeito e admiro por sua coerência e combatividade, principalmente quando defende os temas nacionalistas e as boas causas dos trabalhado-

res. S. Ex^a afirmou que a multidão que participava do festival, formada na maioria por jovens, não devia ser criticada porque estava extravasando, por meio da música e da participação coletiva, sua ânsia de liberdade e suas energias juvenis. Na opinião de S. Ex^a, não deveríamos de modo algum obstaculizar tão justas e legítimas manifestações, que representam apenas aspectos um pouco mais fortes da diversão e do fazer dos jovens nos dias atuais.

Concordo, em parte, com as alegações de S. Ex^a. Hoje em dia, temos de oferecer aos jovens opções de diversão e lazer. Mas diversão e lazer sadios e não embalados ao ritmo alucinante das drogas, como ocorreu em tal festival.

Além disso, trata-se, sem dúvida, de um fenômeno de alienação coletiva de nossos jovens. S. Ex^a, que tem defendido tanto as teses nacionalistas — e muito bem, diga-se de passagem — se esqueceu, neste louco festival, de que os artistas brasileiros foram relegados a segundo plano, marginalizados, quando não sabotados, em benefício dos badalados grupos estrangeiros. S. Ex^a não se deve esquecer de que não só as multinacionais dos minérios, dos combustíveis, dos medicamentos alienam e espoliam o nosso povo, mas também os discos, as fitas-cassetes e similares dos artistas de músicas alienígenas. O que é pior: massacrando nossa cultura e nossas tradições musicais. Artistas brasileiros foram humilhados, quando não agredidos, por uma multidão que só queria cantar e dançar ao ritmo alucinante de músicas e artistas alienígenas. Para uma *Banana Republic* não era de se esperar outra coisa.

Quanto ao slogan *drugs suck*, impresso nas camisas de alguns cantores estrangeiros, alguém que trabalha nesta Casa, dizendo-se também, nas horas vagas, professor de Inglês, garantiu que, exatamente ao contrário do que diz literalmente a tradução, tal frase significaria "droga é bobagem". Seria uma linguagem coloquial, senão de gíria, dos jovens roqueiros de outros países. Pode até ser que sim, mas garanto que para mais de 99% dos que participaram, como espectadores dos *shows* ou os viram pelas telas de uma rede de TV — e que não pertencem ao reduzi-díssimo time dos iniciados na linguagem da gíria desses cantores — o significado é, fora de dúvidas, o da tradução literal. De qualquer maneira, a expressão é sibilina, sub-reptícia, senão de interpretação dúbia. Não fosse assim, como entender tantos casos de jovens drogados no festival, inclusive por drogas raras no Brasil, como o LSD, por exemplo?

Portanto, da tribuna desta Casa, caixa de ressonância das aspirações, dos anseios e dos protestos da maioria do povo brasileiro, trago o meu mais veemente repúdio por mais este processo vil e massacrante de alienação da juventude brasileira. Não concordo quando se diz que a religião é o ópio do povo, mas vendo o que vimos, assistindo ao que assistimos, acho que podemos dizer que tal festival, ele sim, é a cocaína da nossa juventude.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PSB — RO. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, ao apagar das luzes desta Legislatura, sou compelido a assomar a esta tribuna, para registrar veemente protesto contra o descaso do Governo central pelo meu estado. Rondônia está vivendo uma situação de calamidade. O que se observa naquele estado é um quadro dramático, pois a União não vem cumprindo as determinações contidas na Lei Complementar nº 41, de 1980.

Rondônia foi relegado ao descaso e ao desespero e se encontra hoje à beira da calamidade pública, porque os servidores da União não recebem seus vencimentos desde dezembro último. Algúens poderia dizer que em outros estados isso também ocorre, mas acontece que Rondônia é dependente de numeração que não representa mais de um bilhão e novecentos milhões de cruzeiros, os quais a União vem negando aos servidores públicos, lançando-os numa situação difícil, em virtude da interpretação errônea da referida lei, nefasta aos interesses de Rondônia.

Os servidores chegaram ao ponto de saquear supermercados, porque estão passando fome.

Não é possível que este quadro perdure. Peregrinei, num trabalho penoso, todos os ministérios ligados à área, onde recebi um tratamento que fere as mínimas regras de civilidade. Qualquer cidadão merece um tratamento condigno do servidor da União, do servidor do povo, pois o Poder Executivo, por intermédio de todos os seus ministérios, nada mais é do que um servidor do povo. Naqueles órgãos públicos encontramos mais do que o “não”; encontramos o “não” da brutalidade e do desrespeito. Pergunto: como fica o Estado de Rondônia?

Desta tribuna faço um apelo para que a União cumpra sua obrigação com o Estado de Rondônia, cujos habitantes, mais de dois milhões, há 20 anos foram lançados no cultivo da floresta onde estão passando as penúrias da miséria e do desespero. Este quadro inquietante de insegurança social não pode perdurar. A União tem de arcar com sua obrigação legal de dotar Rondônia de uma estrutura básica e fundamental, para sustentar o desenvolvimento do estado. O que se exige é o direito do povo rondoniense, formado por pessoas que pelo Brasil afora foram compelidas a migrar para essa região, desafogando os focos de pressão social, de conflitos de terra, de miséria e de pobreza, de encontrar um lugar ao sol. Hoje, do paraíso prometido, resta o inferno; não o “inferno verde” mas o inferno da União, que não cumpre suas obrigações.

É contra isso que me rebelo. No crepúsculo desta Legislatura quero registrar esta denúncia e tisonar com as cores negras a escuridão do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra a Sr^a Deputada Anna Maria Rattes.

A SRA. ANNA MARIA RATTES (PSDB — RJ. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, eu já tinha dado por encerrada minha participação neste Parlamento, porque me considerava, nesta convocação extraordinária, em trânsito, entre o que fica aqui e o que tenho para fazer lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com pesar para todos nós

A SRA. ANNA MARIA RATTES — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Entretanto, não poderia deixar passar esta oportunidade sem continuar na linha do libelo da Deputada Sandra Cavalcanti, na defesa oportuna e heróica que precisamos fazer dos destinos do Estado do Rio de Janeiro, principalmente no que diz respeito à saúde.

O *Jornal do Brasil* de ontem publicou uma notícia sobre mais um petardo que foi acionado contra a Fundação Oswaldo Cruz: a demissão de José Carvalheiro, Diretor do Instituto Nacional de Controle de Qualidade e Saúde do maior centro técnico de fiscalização sanitária do País. O Dr. José Carvalheiro, revoltado com a maneira desleal e covarde com que foi feita sua exoneração, concretizada durante suas férias, denunciou que estava sendo pressionado a amenizar as normas técnicas de qualidade, para permitir a comercialização de alguns produtos no Brasil. É lamentável que a autoridade responsável pela saúde tenha um discurso que não condiz com a prática transformadora, que deveria adotar se quisesse implantar no Brasil, principalmente no meu estado, um sistema de saúde realmente saudável. Na qualidade de representante do povo do Rio de Janeiro, mesmo hoje, meu último dia de mandato, não poderia calar-me e deixar passar impune esse fato.

Evidentemente há erros e omissões do Governo Estadual e da Prefeitura Municipal, mas isso não justifica que o Ministro da Saúde, que tem sob seu comando a Fiocruz, use de artifícios e meios para facilitar a fiscalização, permitindo que a qualidade dos nossos medicamentos caia cada vez mais. Continua a ação deliberada contra a saúde e principalmente contra o Rio de Janeiro. Neste último momento, como Parlamentar responsável e inteiramente ligada aos destinos do meu estado, lanço meu protesto, como fluminense, como carioca e principalmente como brasileira. É preciso que esse Governo mostre a sua cara, pare de fazer propaganda na mídia, diga a que veio e quais são suas ações, porque até hoje foi muita conversa, foram muitos vãos e jet-ski, mas nada de concreto.

Sr. Presidente, colegas Congressistas, é com imensa tristeza que me despeço neste momento, mas com a satisfação de ter participado do fantástico convívio com V. Ex^{as} durante esses quatro anos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o último orador inscrito, Deputado Israel Pinheiro.

O SR. ISRAEL PINHEIRO (PRS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, até por ser o último orador, início minhas palavras prestando homenagem aos que deixam o nosso convívio, em uma legislatura rica em inovações, sobretudo no aspecto constitucional. A eles endereço minhas palavras de saudação, esperando que continuem na vida pública, lutando por este Brasil, na certeza de que chegaremos à vitória final.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, minha experiência política mostra que todas as mudanças devem ser feitas dentro de critérios objetivos, sobretudo critérios políticos, e isto significa sensibilidade.

Defendo e sempre defenderei a eficiência administrativa. Este País deve aplicar os poucos recursos que possui no combate à inflação com produção, e não com recessão. Esta é a linha de pensamento político que há anos estamos defendendo da tribuna do Congresso e da Câmara dos Deputados. Mas agora, quando a direção do Banco do Brasil toma atitude precipitada, sem ouvir o critério do bom senso e do equilíbrio político, fechando agências em Minas Gerais, nas regiões mais subdesenvolvidas do nosso estado em termos econômicos — Vale do Jequitinhonha e Vale do São Francisco — não posso deixar de protestar. O banco não adotou critérios objetivos claros. Utilizou, sim, critérios retirados do computador, que, através de números frios e insensíveis, apenas indica se determinada agência está dando prejuízo ou lucro, se tem excesso de funcionários ou não.

Sou favorável ao enxugamento da máquina administrativa, mas solicito ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, às lideranças da área econômica e ao próprio Presidente da República o reexame de alguns casos de fechamento, pois surgiram problemas na estrutura político-administrativa municipal, em algumas regiões de Minas Gerais, onde a única agência bancária da cidade era do Banco do Brasil. Essa medida significará prejuízo incalculável para aquela população. Se foi um erro a criação da agência, ainda pior o seu fechamento, porque será mais uma esperança que se esvai, mais um fator de pessimismo que se instalará contra o desenvolvimento econômico dessas áreas do interior do nosso estado.

Sr. Presidente, neste último dia do período legislativo que se encerra, faço este apelo no sentido de que haja um reestudo dessa questão. Vamos enxugar a máquina administrativa sim, mas dentro de critérios objetivos; vamos enxugar a máquina administrativa sim, mas com muita sensibilidade, porque este País não sairá da crise econômica que atravessa se não houver entendimento e, sobretudo, grande competência política.

Presto homenagem a V. Ex^a, a quem conheço há 40 anos na vida pública, pela extraordinária eficiência e pela competência po-

lítica que vem demonstrando ao longo desse período.

Que o Governo ouça V. Ex^a, Senador Nelson Carneiro — a quem desejo felicidade — na execução das medidas que necessitam realmente de apoio político.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Muito obrigado a V. Ex^a

O Sr. Vicente Bogo — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. VICENTE BOGO (PSDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero manifestar meu agradecimento ao pessoal de gabinete, em particular à nossa liderança e à sua assessoria, que, ao longo de todo esse período, muito nos auxiliaram na elaboração de projetos e emendas. Essa ajuda foi de grande valia.

Lamentamos que a última sessão do nosso mandato tenha um término melancólico, talvez não se votando a lei salarial.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado César Maia

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ. Pronúncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas:

1. O mundo mudou.

A crise do socialismo real tem produzido, nestes últimos dez anos, importantes estudos, que procuram entender as suas razões e características. Dentre estes, destacaremos dois estudos do político e sociólogo polonês Adam Schaff "A Sociedade Informática", de 1985, e "As Zonas Inexploradas do Socialismo Contemporâneo", de 1990.

Em ambos os estudos, Schaff procura mostrar que as mudanças tecnológicas das últimas duas décadas, principalmente as da microeletrônica, constituíram uma terceira revolução industrial. Desta maneira, o próprio modo de produção sofreu profundas alterações, provocando mudanças significativas na organização do Estado e da sociedade. Já vivemos numa sociedade da informação, onde o cidadão, sua mobilização e sua organização ganham importância crescente, maior que do próprio Estado. Já estão as transmissões de televisão, telefone e rádio por satélite. Já estão os computadores, substituindo tarefas antes feitas pelas pessoas no processo de produção. A centralização que moveu o mundo desde fins do século XIX já não é mais capaz de dar conta dos problemas econômicos, políticos e sociais.

Como em todo processo de mudança, as resistências são enormes. Muitos Socialistas não se conformam com o fato do mundo e insistem com teses adequadas para outros tempos, mas incapazes de entender essa nova realidade. Este é, talvez, o principal desafio que os movimentos sindicais têm que enfrentar, que exige coragem e audácia por parte das lideranças sindicais, dadas as resistências

ideológicas e o patrulhamento, manipulando a ignorância.

Nunca é demais lembrar que os aparatos ideológicos sempre foram o principal mecanismo utilizado para impor a exploração aos trabalhadores. A imposição do atraso intelectual aos trabalhadores só poderá servir àqueles interesses. Daí a necessidade de, com coragem, dar o combate também no terreno das idéias, dentro do movimento sindical.

2. O drama social.

O IBGE divulgou recentemente os resultados de sua pesquisa de 1989, sobre as condições sociais do nosso povo. A comparação desta pesquisa com a realizada em 1981 mostra aquilo que todo trabalhador brasileiro já sabia por sentir na carne: a deterioração das condições de vida dos mais pobres e o aumento das desigualdades nesta última década.

As informações mostra a brutalidade da crise brasileira:

a) Os 10% mais pobres detêm apenas 0,6% da renda nacional; os 10% mais ricos detêm 53,2%;

b) 48,6% dos trabalhadores recebem até 2 salários mínimos; só 3,2% recebem acima de 20 salários mínimos;

c) 20,1% dos chefes de família são mulheres;

d) 41,7% só estudaram três anos; 20,1% são analfabetos;

e) somente 7,5% da população têm mais que 60 anos;

f) 27,3% das residências não têm água; 37,1% não tem coleta de lixo;

g) apenas 50% dos empregados têm carteira assinada;

h) As mulheres ganham 46,9% menos que os homens;

i) Os trabalhadores do Nordeste ganham 40% menos que os do Sudeste;

j) Dois milhões de trabalhadores se encontram sem qualquer trabalho;

l) 25 milhões de menores vivem em situação de carência;

m) 7 milhões de crianças trabalham, sendo que 2 milhões sem remuneração;

n) 51% das mortalidades das crianças entre 10 e 14 anos são por violência;

o) segundo relatório do Banco Mundial, o Brasil tem a pior distribuição de renda do mundo. A renda por habitante não cresceu nestes últimos 10 anos.

O trabalhador, além do salário, tem o direito a uma renda indireta, produto dos serviços sociais do Governo. Quando estes não funcionam, reduz-se o salário real do trabalhador. A Constituição dispõe sobre tais direitos. A luta sindical, em última instância, tem como objetivo a reversão deste quadro aterrador, cada vez mais deve articular sua luta econômica nas empresas, com sua luta social e econômica, regional e nacional. A coordenação de tais tarefas exige a presença das centrais.

3. As demandas econômicas e sociais

Há dez anos a economia brasileira está parada. Pior, as desigualdades aumentaram. O aumento dessas desigualdades, em grande

medida, corre por conta da aceleração da inflação. A inflação é sempre paga pelo trabalhador. As pessoas com maior renda conseguem defender-se, criando uma outra moeda, paralela à oficial, com correção monetária. O nome muda — ORTN, OTN, BTN, mas a função é sempre a mesma: defender os ricos da inflação. A moeda do trabalhador é sempre a oficial, cruzeiro ou cruzado, que perde valor com a inflação. Neste sentido, a luta sem tréguas contra a inflação deve interessar principalmente aos trabalhadores. Também é necessário que a economia cresça, que cresça o emprego, o que aumenta inclusive o poder de barganha dos trabalhadores, mas com justiça social.

Assim, a luta econômica dos trabalhadores deve ter quatro objetivos principais: a distribuição da renda, a democratização das relações econômicas, sociais e políticas e o desenvolvimento.

I. A distribuição da renda.

Distribuir renda não é um simples processo de aumento nominal de salários. Reduzi-lo a isto é criar uma armadilha para o trabalhador, que, no final, está sempre correndo atrás da inflação. Distribuir renda é alterar as estruturas que foram forçadas por certas elites empresariais para excluir os trabalhadores.

As prioridades para alcançar tais objetivos são:

I.1. A descentralização espacial da economia.

A economia brasileira sempre cresceu em torno de grandes cidades. Os países com maior desenvolvimento social e econômico há pelo menos meio século que impediram o crescimento das aglomerações urbanas. Por quê? Porque nelas o poder de compra dos salários é menor: maior é o custo para o trabalhador se sustentar, maior é a jornada de trabalho entre sair e voltar para casa, maior a violência, pior os serviços públicos. As três grandes reformas necessárias para isto são:

Reforma urbana, melhorando drasticamente as condições de vida da população nas cidades, em relação aos transportes de massa, aos serviços públicos, à segurança, à área de lazer, à habitação.

Reforma agrária, ampliando a produção de alimentos, democratizando a sua distribuição e dando acesso ao produtor rural ao crédito, a técnica, aos mercados e à terra.

Reforma industrial, induzindo os investimentos para cidades de menor porte.

I.2. O aumento da produtividade e a melhoria da qualidade:

O descaso das empresas em investir em tecnologia atinge os trabalhadores de duas formas: primeiro, tornando os produtos mais caros e, assim, reduzindo o poder de compra dos salários; segundo, diminuindo a capacidade interna das empresas de aumentar os salários via lucro e não via lucro e não via preço. A qualidade dos produtos melhora o poder de compra dos salários, tanto pelo melhor atendimento, como pela maior durabilidade.

1.3. Maior concorrência entre as empresas:

O enorme poder que as empresas têm para fazer preços vem do grau de monopólio com o qual operam. Dois são os principais mecanismos para isto: a cartelização dos mercados, ou seja, a combinação entre as empresas em torno de preços e produção; a privatização do Estado, através de favores e proteções que impõem.

Para isto é preciso que o País tenha uma rigorosa lei antitruste, que acabe com os mecanismos criados dentro do Estado e que estimule a concorrência, inclusive abrindo o mercado brasileiro, principalmente para bens de produção, com exceção daqueles setores definidos como estratégicos pela Constituição Federal.

1.4. Melhoria dos serviços públicos sociais:

Os trabalhadores, além dos salários que recebem, têm uma segunda renda, indireta, que são os serviços públicos sociais. Na medida em que o transporte seja melhor e mais barato, que as escolas e os hospitais funcionem, que haja segurança pública, maior será a disponibilidade e, portanto, o poder de compra dos salários. Para isto, é fundamental exigir que os Governos Federal, Estaduais e Municipais, invistam em transportes urbanos de massa, que as escolas funcionem em horário integral e que ofereçam apoio material às crianças, que os hospitais públicos sofram uma completa reestruturação, que os serviços de atendimento médico sejam descentralizados e preventivos, que os investimentos em saneamento sejam acelerados, que os programas sanitários contra as epidemias sejam ampliados e preventivos, que a segurança pública ganhe profissionalização e eficiência.

1.5. Ampliação drástica do salário mínimo:

A política em relação ao salário mínimo deve envolver dois pontos: de um lado, uma antecipação imediata do aumento real de um ano, previsto na lei; e, a partir daí, que no prazo do atual Governo possa triplicar seu valor real.

1.6. A estabilidade da moeda:

Quem paga a inflação é o trabalhador. A luta contra a inflação interessa principalmente aos trabalhadores. Todo país onde as condições sociais são as melhores tem uma moeda estável. O que garante uma moeda estável é, de um lado, o aumento da produção e da produtividade e, de outro, a existência de uma política monetária que não respalde as decisões dos cartéis de fazerem preços. É necessário induzir as empresas a aumentar a produtividade, ter uma lei antitruste, estimular a concorrência, como já vimos atrás. É necessário que o Governo controle as suas contas, para que o dinheiro da população retorne a ela como serviços sociais e não vá parar nos cofres das empresas como favores.

II. A democratização das relações sociais, econômicas e políticas:

Aos trabalhadores cabe espaço central no processo de decisões que afetam a sua vida. Isto é de fato democratizar. Algumas prioridades:

II.1. A Constituição Federal:

Urge a imediata implementação dos dispositivos constitucionais que tratam dos direitos e da ordem social, em especial daqueles que tratam da seguridade, da previdência e da assistência sociais.

II.2. As relações de trabalho:

Liberdade e término do paternalismo na organização dos trabalhadores e na relações de trabalho.

II.3. Os fundos sociais:

Participação dos trabalhadores na gestão dos fundos sociais, como o FGTS, o INPS, e o PIS—PASEP.

II.4. Os conselhos de usuários:

Criação de conselhos de usuários de serviços públicos nas áreas de transporte, saneamento, segurança pública, saúde, educação e urbanização e participação, sindical em tais conselhos, já que os trabalhadores são os principais interessados no funcionamento de tais serviços.

II.5. Na economia:

Participação dos trabalhadores nas instâncias que definam orientações econômicas, a par com os empresários.

II.6. Nas empresas:

Acesso dos trabalhadores às informações contábeis das empresas.

II.7. A propriedade:

Desenvolvimento de formas alternativas de propriedade, autogestionárias, cooperativas fundacionais onde caiba aos trabalhadores a gestão. Discutir certas desestatizações nesta ótica.

III. O desenvolvimento:

O País precisa crescer, agora, com justiça social. Há dez anos o País está parado e há quinze anos não tem projeto. Cresce mais o subemprego que o emprego. O Brasil precisa ter um projeto nacional. Alguns pontos se fazem urgentes:

III.1. Uma economia social de mercado.

O Brasil não pode continuar crescendo e excluindo seu povo. Desenvolvimento deve ser sinônimo de distribuição dos frutos do progresso. Os planos de desenvolvimento devem passar a identificar os objetivos e metas sociais.

III.2. Desenvolvimento ecologicamente equilibrado:

É falsa a disjuntiva crescer de qualquer maneira. A destruição da natureza é a destruição do homem, parte integrante dela. Tem como resultado a degradação das condições de vida da população, nas águas, na terra e no ar. É exatamente o trabalhador que mais tem contato direto com a natureza que menos recursos tem para se defender da poluição ambiental e menos informação tem para evitar o consumo de produtos que atentam contra a sua saúde. A defesa do meio ambiente é, assim, principalmente reivindicação dos trabalhadores.

III.3. Retomada dos investimentos:

Faz-se necessário reorganizar o sistema financeiro brasileiro para que opere a longo prazo. Apenas os bancos públicos, como o BNDES e a Caixa Econômica Federal, finan-

ciam os investimentos a longo prazo. O sistema financeiro habitacional financia investimentos a longo prazo, mas o faz sob o manto da proteção do Estado. Instrumento que deve ser priorizado são os fundos de pensão privados, que, além de complementar o sistema da seguridade oficial, ainda mobilizam recursos de longo prazo, cuja orientação dos investimentos poderá ser feita pelos próprios trabalhadores, sócios dos fundos. Recursos estáveis permitem também a estabilização das taxas de juros.

III.4. As pequenas empresas:

Garantia de linhas de financiamento dos investimentos às pequenas e médias empresas.

III.5. As estatais:

Imediata retomada dos investimentos públicos em infra-estrutura, de transportes, de energia e de telecomunicações, cuja estagnação produz importantes gargalos para a retomada do desenvolvimento.

III.6. Os investimentos sociais:

Retomada imediata dos investimentos em saneamento e habitação popular.

III.7. Um plano de desenvolvimento:

E urgente que o BNDES defina as linhas e prioridades de seus financiamentos com vistas a esta década. Não pode transformar-se em uma agência simplesmente promotora de privatizações.

III.8. Ciência e tecnologia:

Uma das funções básicas do Estado nesta era pós-industrial é o investimento em ciência e tecnologia, em pesquisa e desenvolvimento. É questão vital para a nossa soberania, para o desenvolvimento econômico e para o progresso social. O Brasil precisa quanto antes investir pelo menos 2% do PIB em ciência e tecnologia. O Estado terá papel fundamental em tais investimentos, oferecendo aos trabalhadores os espaços de participação para que possam co-definir as prioridades.

III.9. A desigualdade regional:

O desenvolvimento, para ser nacional, além de observar o desenvolvimento social, deverá resgatar as enormes diferenças regionais, buscando a redução destes desequilíbrios, em especial em relação ao Nordeste e ao Norte.

III.10. A dívida externa:

Será a própria vida do movimento sindical, que a cada momento transformará estes parâmetros em objetivos específicos e priorizados. Só a discussão dos mesmos e a prática aprofundarão os temas, dando vida às demandas daqueles que vivem do, pelo e para o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jones Santos Neves.

O SR. JONES SANTOS NEVES (PL — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Congressistas, a Rede Gazeta de Comunicação — a mais importante de nosso Estado — fez entrega à sociedade, em solenidade realizada na quinta-feira últi-

ma, de um importante documento, denominado "O Futuro Desejável da Sociedade Capixaba: Agendas para o Futuro" e substituído para "Projeto de mobilização da sociedade para construção de seu próprio futuro".

Trata-se do documento final, que encerra laborioso trabalho de cinco anos de debate, de análise e de síntese, que envolveu praticamente todos os segmentos organizados do Espírito Santo.

Esse trabalho foi capitulado em três partes, correspondendo a três etapas distintas de seu desenvolvimento.

Na primeira parte, foram estabelecidas as agendas para o futuro; na segunda, costurou-se o Projeto "Espírito Santo Século XXI" com as ideias, os projetos e as propostas de desenvolvimento para o Brasil, e, na terceira, desenvolveram-se reuniões com todos os segmentos organizados da sociedade, gerando-se painéis de debates, que envolveram os mais importantes temas para o desenvolvimento de nosso Estado.

Entre estes temas, cita-se, por exemplo: a questão regional no Espírito Santo; os caminhos da agricultura; a participação e a representação política; a concentração industrial e as desigualdades sociais, a questão educacional; e a conscientização de mudança.

Nesse sentido, bem definiu o Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho, Diretor da Rede Gazeta e Presidente do Conselho Consultivo que pilotou o projeto:

— "Esse é o documento que hoje é distribuído aos capixabas, como contribuição do projeto ao Estado do Espírito Santo. Uma contribuição que, almejamos, seja aproveitada ao máximo por todos aqueles que enxergam nesse projeto um trabalho feito com idealismo e que procurou reunir o maior número possível de visões sobre o que é melhor para o nosso Espírito Santo. Um projeto feito por gente que apostou, desde o primeiro momento, que os capixabas são capazes de acreditar que, com trabalho e determinação, é possível construir o futuro que desejamos."

Sr Presidente, nesta oportunidade, em que desejamos deixar definitivamente registrado nos Anais desta Casa o elogio à realização de tão importante projeto, não podemos deixar de enunciar, além da Rede Gazeta de Comunicação, os nomes das entidades que lhe deram seu apoio na qualidade de entidades promotoras e de entidades financiadoras.

Entre as primeiras, alinham-se a Universidade Federal do Espírito Santo; a Coordenação do Planejamento do Estado do Espírito Santo (Governo do Estado); o Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo; e o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo.

Entre as segundas, estão a Aracruz Celulose S/A; o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo; o Banco do Estado do Espírito Santo; a Companhia Siderúrgica de Tubarão; a Companhia Vale do Rio Doce; a Coordenação do Planejamento do Estado do

Espírito Santo; e o Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Congressistas, o grande significado deste importante projeto, em cujo louvor agora nos pronunciamos, é o seu extraordinário espírito participativo. Enquanto os grandes projetos e formulações nacionais — alguns de extrema importância e validade — se perdem na pulverização injusta das ideias desperdiçadas, o projeto "Espírito Santo Século XXI" concentra o sentido participativo e sistematizado das unidades solidamente constituídas.

Este sentido participativo e comunitário é que lhe dá força e que fará com que se torne vitorioso, no seu propósito de balizar um cenário de desenvolvimento positivo e cintilante para o Espírito Santo do futuro.

O projeto realiza, sem dúvida, uma clivagem altamente construtiva na rocha bruta desse desenvolvimento. Essa clivagem, essa ruptura é a que está assinalada no citado documento final, quando, citando Maquiavel, assinala que "o futuro pode ser definido como história, circunstância e ruptura".

Ora, não podemos nunca desconhecer a história; não conseguimos nunca controle eficiente sobre o universo circunstancial. Mas podemos — e poderemos sempre — realizar rupturas que nos permitam a maior aproximação possível do mundo dos nossos sonhos.

E este o alcance do "Espírito Santo Século XXI". Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Concedo a palavra ao nobre Deputado Chico Humberto.

O SR. CHICO HUMBERTO (PST — MG. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Congressistas, sendo este o último pronunciamento como Parlamentar desta Legislatura, tenho a honra de pedir a transcrição nos Anais desta Casa de um artigo do jornalista e amigo Nonato Cruz, intitulado "Doutel, missionário do trabalho", em homenagem ao grande líder e companheiro Deputado Doutel de Andrade, publicado na "Tribuna da Imprensa" do Rio de Janeiro, à página 4, em 9 de janeiro de 1991.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR:

"DOUTEL, O MISSIONÁRIO DO TRABALHO"

Nonato Cruz

Armindo Marcílio Doutel de Andrade foi missionário do trabalho. Não só porque o viveu da teoria à prática, mas porque, historicamente esteve em todos os grandes momentos, registrados pela história, da evolução deste movimento, único na memória brasileira.

Foi Doutel quem acordou João Goulart para lhe dar a notícia do suicídio de Vargas. Foi Doutel, sempre, o maior companheiro de Jango. O único, além de Brizola e Tala-

rico, que sabia que o ex-presidente negociava sua volta ao Brasil, em 1976, quando morreu. Jango negociava através de interlocutor junto ao general Golbery, o empresário paranaense Orfeu Santos Salles, hoje vereador em Maricá (RJ). Talvez apenas Doutel e Brizola saibam as palavras precisas de Jango, como-vidas, naquela reconciliação apaixonante com Brizola: "Leonel, vamos ter mais dificuldade com essa oposição consentida, que nos usurpou o lugar, do que com os próprios militares..."

No momento mais duro da vida brasileira, era o líder do PTB, entretendo o golpe com as armas que possuía: a palavra e a coerência doutrinária. "O português é um forte", dizia-me carinhosamente esperanças D. Lígia, sua adorada Liginha, em noite triste na Beneficência Portuguesa, na última visita. "O português era um lírico, o último lírico da vida pública brasileira", digo, agora, lembrando suas histórias, notáveis histórias, contadas a mim e ao ex-Deputado Augusto Ariston, na acolhedora varanda do apartamento de São Conrado. Era sobretudo irreverente memorialista, cuja pena, aposentada precocemente, foi substituída pela oração, intercalada e devastadora. Ninguém o igualou na sátira. E ao mesmo tempo na compreensão e na ternura. Justo com os do seu tempo, condescendente com a minha geração, rebelde na criação de um PDT, nunca nosso, contemporâneo, sob cuja esperança o fundamos. Porque traz, estruturalmente intrínseca a antiguidade de Brizola...

Missionário do trabalho, ele, com Trajano Ribeiro, instalou-se na sala da rua México (Ed. Nilomex), para preparar a ressurreição do PTB. Primeiro com Ivete Vargas; sempre sob a liderança de Brizola. Eram sentinelas avançadas do caudilho em solo brasileiro. E pela sala da rua México marcávamos presença. Alexandre Farah, Ary Ahmed, Eduardo Chuay, Luiz Henrique, Virgílio de Góes e tantos outros e no fim do mês, arrancávamos de Bocaúva Cunha e Colagrossi os recursos para quitar as despesas. Partidários exaltados de hoje, nos julgamentos. Perdeu-se o PTB. Nasceu o PDT. Surgiram outras sedes. Paulo Ribeiro alugou a sede da Álvaro Alvim. E o PDT chegou à sede da Sete de Setembro, inchado pelos que o combatiam. E que combatíamos. Contra os quais foi tundado. Lembro-me do dia em que irritei Doutel, que saiu da sua candura, quando lhe disse que "o PDT se havia transformado num partido de tolerância". Não preciso explicar porque Nem vou citar nomes, que maculariam linhas deste artigo, homenagem a Doutel.

Carioca, a pedido de Jango, foi deputado e vice-governador, de Santa Catarina, que lhe deu Lígia, companheira e musa, paixão e inspiração. Deputada-substituta, quando foi preciso, acabou também sacrificada pelo arbítrio parlamentar que o Congresso não esqueceu. Nem a rainha Elizabeth II, da Inglaterra, deixou de se curvar, e agradecer a sua saudação, elegante, na visita ao Congresso.

Deputado pela sua terra, afinal a partir de 1989 (de novo líder, agora do PDT, em

1990), Doutel chegaria ao Senado, este ano em “doses homeopáticas”, para recordar a incorreção, a grosseria, desse talento aloprado, o senador eleito, Darcy Ribeiro, na infeliz e recente declaração, que machucou Doutel, muito doente e esquecido. Não fosse a lembrança precisa de Marcello Alencar, que se empenhou, no partido, para que fosse o primeiro suplente, na vaga ganha por Darcy, quase por nomeação, em 1990.

Darcy, fique com seus oito anos de Senado. Fique, sem Doutel, porque nunca o mereceu como suplente. Vá ser o senador aloprado que se espera

Doutel foi com o seu sonho, com a agradável, tanto quanto profunda mordacidade da sua observação. Com sua fidelidade ao compromisso com o trabalhismo. E com brizola. “Digam o que disserem, Brizola personifica o trabalhismo”, costumava afirmar Talvez tenha sido este o mal, Doutel Um partido moderno não pode ser personificado por ninguém; apenas pelo seu ideário. Que é perene, ao contrário da trajetória dos homens

D. Lígia, o português tão forte, não pôde resistir ao chamado do Criador, que estava carente da prosa de Doutel, com quem se divertirá muito. Tenha a certeza!”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Octávio Elísio

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO (PSDB — MG Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, no encerramento desta Legislatura, quero voltar a esta tribuna para trazer minhas preocupações com os rumos da educação superior neste Governo. Se há uma área onde a incompetência do Governo Collor é especialmente notada, esta é a da educação. O Ministro Carlos Chierelli, além de suas aventuras no campo das anuidades escolares e do lançamento do programa de alfabetização, de sucesso duvidoso, nada apresenta que nos anime quanto ao futuro da educação brasileira.

Corre entre parlamentares ligados ao Governo a tese da educação superior paga, com base em dois argumentos no mínimo discutíveis

O primeiro argumento é o de que dinheiro público para as universidades significa menos dinheiro para o ensino fundamental. Ora, Sr^s e Srs. Congressistas, quem mantém o 1º grau ou o ensino fundamental é o estado e o município, que, juntos, são responsáveis por 72% dos recursos transferidos para a educação nacional. O que é necessário é que o MEC agilize a distribuição do salário-educação e se empenhe na modificação da atual lei que rege o salário-educação, nos termos do que está disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Isto, sim, garantirá mais recursos para o 1º grau.

Como segundo argumento, temos o de que a educação superior pública é privilégio, e o trabalhador está pagando para o filho do patrão Trata-se de meia verdade Em primeiro lugar, o privilégio da educação supe-

rior se estabelece pela extrema seletividade da educação em todos os níveis, na medida em que não se democratizou neste País o acesso e a permanência na escola. E isto só acontecerá quando tivermos uma escola pública gratuita de boa qualidade para todos Não será pagando e dando bolsa aos necessitados que se conseguirá democratizar o ensino superior. Bolsa nunca atendeu aos carentes e sempre facilitou o fisiologismo político. É o Imposto de Renda o instrumento mais apropriado para se cobrar de quem pode e tem seu filho na escola pública.

Sr. Presidente, a universidade pública é um lugar de competência, em geral, onde se faz ensino, pesquisa e extensão. E por isso é cara. Na escola particular, com raras exceções, não se faz pesquisa. O que se deseja com a cobrança de anuidades nas escolas de nível superior pública é nivelar por baixo.

O que se precisa com urgência é apoiar decisivamente a universidade pública, garantindo-lhe autonomia e condições para cumprir o seu papel. Que se estabeleçam mecanismos para sua permanente avaliação, como previsto na LDB em votação nesta Casa, e que haja recursos para o ensino e a pesquisa.

Não vamos inventar mais nada Deixemos que o ensino público e gratuito de qualidade seja ampliado a todos, para se garantir a democracia neste País. Não mudemos a Constituição antes que ela se torne realidade. E não transformemos em problema o que não constitui problema. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

OF N° 02/91-CCJR

Brasília, 30 de janeiro de 1991

Senhor Presidente,

Em atendimento ao solicitado no Of. n° CN/01, de 1991, encaminho a Vossa Excelência a manifestação deste colegiado sobre a questão de ordem formulada pelo Deputado José Genoíno, na sessão do Congresso Nacional realizada no dia 7 de janeiro corrente, relativamente à apreciação de matérias correlatas às medidas provisórias que estão sendo apreciadas na atual convocação extraordinária.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração — Deputado **José Dutra**, Vice-Presidente no exercício da Presidência

CONSULTA S/N°, DE 1991

Submete à consideração da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação questão de ordem formulada pelo Deputado José Genoíno, na sessão do Congresso Nacional de 7 de janeiro do corrente ano, a respeito da apreciação de matérias correlatas às medidas provisórias que serão apreciadas nesta convocação extraordinária.

Autor: Presidente do Senado Federal
Relator: Deputado Nelson Jobim

1. Na sessão conjunta realizada em 7 de janeiro do corrente ano, o nobre Deputado José Genoíno aduziu questão de ordem em relação à apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias n°s 291 e 292, ambas do dia 3 do corrente

Assim se manifestou o nobre Deputado:

“Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, levanto esta questão de ordem no momento adequado, ou seja, após a leitura da convocação extraordinária do Congresso Nacional por S. Ex^a, o Sr. Presidente da República, com base no art. 57, § 7º, da Constituição Federal

O Congresso Nacional foi convocado para apreciar cinco medidas provisórias. Porém, a duas dessas medidas provisórias, à que trata dos salários e à que trata dos aluguéis, foram apresentados projetos de conversão, aprovados na sessão legislativa que se encerrou no dia 17 de dezembro de 1990 e aos quais o Presidente da República após veto global. Agora vamos apreciar novamente duas medidas provisórias sobre salários e aluguéis Imaginemos que o Congresso Nacional derrube o veto aos projetos de conversão Neste caso, ficarão os projetos de conversão. Mas o Congresso Nacional poderá aprovar as medidas provisórias dos salários e dos aluguéis, que entram em contradição com os que o Presidente da República vetou. Ou, então, o Congresso Nacional derruba as medidas provisórias dos salários e dos aluguéis e também os vetos aos projetos de conversão ou os mantém.

Sr. Presidente, está claro que nos defrontamos com o problema da prejudicialidade quando o Congresso Nacional for apreciar os vetos. Estamos tratando de matérias correlatas. Há até semelhança em alguns pontos vetados, como, por exemplo, na questão do abono salarial.

Estabelece o art. 57, § 7º, da Constituição Federal:

“Art. 57 ”

§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado.”

O Congresso foi convocado para apreciar cinco medidas provisórias, dentre as quais uma que trata dos salários e outra que trata dos aluguéis.

Isto, Sr. Presidente, deixa-nos a possibilidade de, nesta convocação extraordinária, por decisão das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, apreciarmos os vetos apostos aos projetos de conversão às medidas provisórias dos salários e dos aluguéis Por quê? Porque são matérias correlatas, e o Congresso Nacional vai apreciá-las nesta convocação extraordinária. O § 7º do art. 57 não impede que, por decisão da Presidência da Mesa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, matérias correlatas, e até semelhantes, sejam apreciadas na mesma convocação extraordinária.

Solicito, portanto, ao Presidente do Congresso Nacional que inclua na pauta dos trabalhos a apreciação dos vetos apostos aos projetos de conversão referentes aos salários e aos alugueis, que esta Casa aprovou.

Da leitura das notas taquigráficas ressaltam dois pontos: a correlação e prejudicialidade entre os vetos e as novas medidas provisórias; e a possibilidade, por decisão das mesas do Senado e da Câmara, de apreciação dos vetos apostos aos projetos de conversão.

2. Em face desta questão de ordem o Sr. Presidente do Congresso Nacional decidiu ouvir esta Comissão de Justiça, para, no seu dizer, "melhor esclarecimento sobre a matéria".

3. Efetivamente, o Sr. Presidente da República editou, no dia 14 de dezembro de 1990, a Medida Provisória nº 286, tratando de política salarial, que foi convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 63/90, que veio a ser vetado integralmente em 3 de janeiro do corrente ano. Nesta mesma data, o Sr. Presidente edita a Medida Provisória nº 292, que reedita, com acréscimos, a Medida Provisória nº 286.

Por outro lado, em 21 de novembro de 1990, o Sr. Presidente da República editou a Medida Provisória nº 267, que foi convertida pelo Congresso Nacional no Projeto de Lei de Conversão nº 55/90, o qual teve os seus arts. 1º e 5º vetados. Os dispositivos não vetados do Projeto de Lei de Conversão passaram a integrar a Lei nº 8.157, de 3 de janeiro de 1991. Na mesma data edita o Sr. Presidente da República a Medida Provisória nº 291, que trata dos temas vetados no projeto de lei de Conversão.

4. Por último, há que se acrescentar que o Ministro Sepúlveda Pertence, do STF, na ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Conselho Federal da OAB, concedeu liminar suspendendo a eficácia normativa da Medida Provisória nº 292, com exceção dos arts. 9º, 10 e 12 "...sem prejuízo do exercício pelo Congresso Nacional em relação a integridade da medida provisória, da competência que lhe defere o parágrafo único do art. 62 da Constituição".

São estes os dados para o exame da questão.

5. Efeutivamente, assiste razão ao Deputado José Genoíno quando sustenta que as matérias das Medidas Provisórias nº 291 e 292 são "correlatas", a expressão é do próprio Deputado — com os vetos objeto das Mensagens nº 4 e 3, respectivamente: a Medida Provisória nº 292 reedita a de nº 286, cujo projeto de lei de conversão foi integralmente vetado; a Medida Provisória nº 291 trata do tema vetado no Projeto de Lei de Conversão nº 55.

Na verdade, no caso em espécie, o que temos é uma conexão de matérias. Não há identidade de tratamento normativo entre elas, no sentido de tratarem de forma igual os seus objetos, que são os mesmos. Há igualdade de objetos.

Não há, como se diria em linguagem processual, a litispendência. Há, isto sim, conec-

xão, que, em sede de direito processual, autoriza o juiz de direito — não o obriga — a reunir as ações conexas para, julgando-as simultaneamente, evitar decisões contrárias.

6. Na hipótese ora em exame, está o Congresso Nacional convocado extraordinariamente pelo Presidente da República para o exame, entre outras, das Medidas Provisórias nºs 291 e 192.

O Constituinte de 1988, repetindo disposição da Constituição de 1967, redação dada pela Emenda de 1969 (art. 29, § 2º), que, por sua vez se inspirou na Constituição de 1937 (art. 39, § 1º), determinou que "na Sessão Legislativa Extraordinária o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado".

A questão, portanto, consiste em se saber se, por conexão de matéria, poderá o Sr. Presidente do Congresso Nacional estender a pauta da sessão extraordinária para abranger, no caso, os vetos acima referidos, porque relacionados, como se viu, com as medidas provisórias contidas na convocação.

Observe-se, desde logo, que o eminente Deputado José Genoíno afirma, no final de sua questão de ordem, que a situação posta pela convocação "deixa-nos a possibilidade de, nesta convocação extraordinária, por decisão das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, apreciar os vetos ...".

Assim, e a teor expresso da manifestação do colega, não está ele sustentando que, pela só conexão, dar-se-á uma ampliação necessária e impositiva da pauta para abranger os vetos mencionados.

O que quer ele é uma decisão de ambas as Mesas para incluir essas matérias na pauta.

7. Creio que a vista do § 7º do art. 57 da Constituição não há possibilidade alguma de o Sr. Presidente do Congresso, em face da conexão das matérias, incluir na pauta da sessão extraordinária tema nela não incluído no ato de convocação.

Afirme-se, desde logo, que a expressão "matéria" utilizada pelo referido parágrafo, não se constitui em um gênero no sentido de a convocação incluir todas as proposições que tratam do mesmo tema da proposição contida no ato convocatório. A palavra "matéria" do parágrafo é definida pelo próprio ato convocatório e somente ela pode ser objeto de exame da sessão extraordinária. Não fora assim, a toda convocação extraordinária para a apreciação de proposição sobre inquilinato, por exemplo, deveriam ser incluídos todos os projetos em tramitação na Casa, sobre tal matéria.

Por essa linha, não há a possibilidade de extensão, *tout court*, da "matéria" objeto da sessão extraordinária, para incluir outras proposições conexas, correlatas ou iguais.

Altas, não é isto o que pretende o eminente Deputado José Genoíno, como se viu pela leitura das notas taquigráficas.

8. A questão a examinar-se, agora, é da possibilidade, ou não, da inclusão de outra matéria na pauta da sessão extraordinária, por decisão daqueles que, pelo § 6º do art. 57 da Constituição, são legitimados ativos pa-

ra o ato convocatório — Presidente da República, Presidente do Senado e da Câmara, conjuntamente e maioria dos membros de ambas as Casas do Congresso Nacional.

O problema tem fácil deslinde e já foi objeto de doutrina constitucional. Pontes de Miranda, comentando o dispositivo de 1969, afirma: "Nas sessões extraordinárias, só aquele (assunto) para que foi convocada (será tratado). Mas, estando em trabalhos a Câmara dos Deputados, e surgindo matéria, que suscitaria a prorrogação, ou que mereça ser logo resolvida, o rogo de uma das Câmaras ou o Presidente da República pode decidir que se alargue até ela a sessão. É, em verdade, outra convocação (...)" ("Comentários à Constituição de 1967, com a Emenda Constitucional nº 1, de 1969", vol. 2, pág. 584).

Aliás, o próprio Presidente da República assim o fez com a Mensagem nº 36/91, relativa ao envio a este Congresso do Projeto de Lei nº 1/91.

Se não for esta a interpretação, estaríamos nos conduzindo para situações absurdas. A convocação extraordinária sobre o tema x impediria que tema y viesse a ser incluído, mesmo que este tratasse de decretação de estado de defesa ou a intervenção federal, ou, ainda, de pedido de autorização para a decretação de estado de sítio, que são hipóteses de convocação, pelo Presidente do Senado, isoladamente.

Não há, portanto, impedimento algum que as autoridades elencadas no § 6º do art. 57 possam, por ato próprio, "alargarem" a pauta da sessão extraordinária, pela via de reconvocação simultânea, para nela incluírem outras matérias que entenderem "de urgência ou interesse público relevante" (art. 57, § 6º, II, da Constituição).

Tem razão o Deputado Genoíno.

9. Por último, devo examinar as questões procedimentais que podem emergir na hipótese de presidente de ambas as Casas não atenderem ao requerimento do Deputado Genoíno, em que, na verdade, se constitui a questão da ordem.

De duas, uma: ou o Congresso Nacional inadmitte, rejeita ou não examina, por exemplo, a Medida Provisória nº 292 ou aprova projeto de lei de conversão que será submetido ao Presidente da República. Este, por sua vez, sancionará ou vetá-lo-á, total ou parcialmente.

Na primeira hipótese — inadmissão, rejeição ou não apreciação — os vetos apostos ao Projeto de Lei de Conversão nº 63 serão examinados no momento oportuno. Se houver conversão em projeto de lei, a questão dos vetos ao Projeto de Lei de Conversão nº 63 fica prejudicada (art. 334, alínea b, do Regimento Interno do Senado Federal e art. 164, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados), posto ter havido deliberação anterior sobre a mesma matéria.

Assim, a regra de prejudicialidade resolve, se bem aplicada, as eventuais perplexidades que a situação ora em exame possa determinar.

10 Em conclusão.

1º a identidade, correlação ou conexão de proposição em andamento e sujeitas à apreciação isolada ou conjunta pelas Casas do Congresso Nacional, com as proposições contidas no ato convocatório de sessão extraordinária não autorizam a inclusão daquelas na pauta desta sessão, *ex vi*, do § 7º do art. 57 da Constituição Federal;

2º as autoridades elencadas no § 6º do art. 57 da Constituição Federal poderão, através de reconvocação simultânea, alargar a pauta de sessão extraordinária em andamento, para nela incluir outras matérias, “em caso de urgência ou interesse público relevante” ou, ainda, para incluir os temas elencados no inciso I do § 6º do mesmo artigo.

Em face destas conclusões, o requerimento do Deputado José Genoíno somente poderá ser atendido na hipótese de os presidentes de ambas as Casas resolverem exercer o direito potestativo que lhes é outorgado no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal, reputando ser caso de “urgência ou interesse público relevante”.

Este é o meu parecer, *sub censura*.

Sala da Comissão, 22 de janeiro de 1991

— Deputado Nelson Jobim, Relator.

CONSULTA S/Nº, DE 1991

Submete à consideração da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação questão de ordem formulada pelo Deputado José Genoíno, na sessão do Congresso Nacional de 7 de janeiro do corrente ano, a respeito da apreciação de matérias correlatas às medidas provisórias que serão apreciadas nesta convocação extraordinária.

**Autor: Presidente do Senado Federal
Relator: Deputado Nelson Jobim**

Alterações incorporadas ao Parecer

Em face da necessidade de esclarecimento quanto à regimentalidade da consulta formulada pelo Sr. Presidente do Senado Federal, acrescento ao primeiro parágrafo de meu parecer, após o nome do Deputado José Genoíno, a expressão: “formulou requerimento, pela via nominal de”, passando o referido parágrafo a assim ficar redigido:

“Na sessão conjunta realizada em 7 de janeiro do corrente ano, o Deputado José Genoíno formulou requerimento, pela via nominal de questão de ordem, em relação à apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias nºs 291 e 292, ambas do dia 3 do corrente.”

Considerando as divergências causadas entre os membros da Comissão, concordo, ainda, em excluir do texto do parecer a expressão “reconvocação simultânea”, por ser esta mera nominalização do ato que possibilita o alargamento da pauta da sessão extraordinária em andamento.

Sala da Comissão, 23 de janeiro de 1991.

— Deputado Nelson Jobim, Relator.

CONSULTA S/Nº, DE 1991

Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião de convocação extraordinária realizada hoje, ao apreciar a Consulta s/nº, de 1991, do Sr. Presidente do Senado Federal, que “submete à consideração da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação questão de ordem formulada pelo Deputado José Genoíno na sessão do Congresso Nacional de 7 de janeiro do corrente ano, a respeito da apreciação de matérias correlatas às medidas provisórias que serão apreciadas nesta convocação extraordinária”, aprovou unanimemente a primeira conclusão do parecer, através da qual a Comissão se pronunciou sobre o objeto da consulta, ficando a segunda, opinativa, pendente de deliberação.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Theodoro Mendes, Presidente; José Dutra e Mário Assad, Vice-Presidentes, Arnaldo Moraes, Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Manhães, Lélho Souza, Evaldo Gonçalves, Horácio Ferraz, Arnaldo Martins, Jutahy Junior, Antônio Câmara, José Genoíno, Joaquim Haickel, Leopoldo Souza, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Messias Gois, Paes Landim, Plínio Martins, Dionísio Hage, Sílvio Abreu, Rodrigues Palma, Marcos Formiga, Jorge Arbage, Aloysio Chaves, Egídio Ferreira Lima, Adolfo Oliveira, Samir Achôa, Jesus Tajra, Jorge Uequed e Rosário Congro Neto.

Sala da Comissão, 23 de janeiro de 1991
— Deputado Theodoro Mendes, Presidente
— Deputado Nelson Jobim, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— A matéria vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— O Sr. Presidente da Câmara dos Deputados pede que transmita a todos os Srs. Deputados que será realizada uma sessão extraordinária da Câmara dos Deputados às 18 horas e 30 minutos de hoje, destinada à apreciação do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 6.134-B, de 1991, do Poder Executivo, que institui crimes contra a ordem econômica, com vigência de seis meses, e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, da Medida Provisória nº 292, de 3 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a garantia de salário efetivo e dá outras providências, tendo

— PARECER, proferido em Plenário pelo Deputado Tidei de Lima, pela apresentação de Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 1990. (Mens. 3/91-CN.)

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, faço uso da palavra nesta sessão do Congresso Nacional, em primeiro lugar, para reiterar solicitação a V. Exª no sentido de que votemos a Medida Provisória nº 292. É importante votarmos essa medida provisória. Para tanto, as campanhas devem ser acionadas e os Srs. Congressistas chamados ao plenário. Devemos forçar a votação, porque hoje termina a convocação extraordinária.

Esperamos que as lideranças do Governo dêem número para a votação e, assim, possamos derrubar ou aprovar, no voto, o projeto de conversão — e queremos aprová-lo no voto. Votando hoje essa medida, estaremos mostrando que essa convocação extraordinária, em relação à questão crucial, a medida provisória dos salários, foi atendida.

A segunda questão, Sr. Presidente, não é bem uma solicitação. Não poderia deixar de homenagear os colegas com quem convivi nesses quatro anos, que não retornarão a esta Casa por várias razões, mas que foram peça importante nas disputas que realizamos.

Sr. Presidente, peço licença a V. Exª e aos nobres Congressistas para prestar homenagem aos deputados que não assumirão amanhã, como nós, um novo período na batalha legislativa. E, ao fazê-lo, gostaria de lembrar que, dentre esses, alguns aqui não estarão presentes porque não se candidataram à reeleição, como os companheiros Lula e Luís Eduardo; outros, como os Deputados Plínio Arruda Sampaio e Virgílio Guimarães, não retornarão porque foram candidatos a governador.

Quero referir-me de modo especial ao nosso atual Líder, o companheiro Gumercindo Milhomem, que exerceu a Liderança do Partido dos Trabalhadores num período extremamente complicado do ano eleitoral. Nesta reta final da convocação extraordinária, deixa um exemplo de dedicação, de compreensão, de coerência, de companheirismo e de seriedade no trabalho legislativo, tanto no Congresso Nacional, como para todos os membros da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, não poderia deixar de fazer este registro e reiterar a solicitação para que todos os colegas Congressistas venham ao plenário, a fim de que, através do voto, possamos aprovar o projeto de conversão relativo à Medida Provisória nº 292.

Muito obrigado.

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Tem V. Exª a palavra

O SR. HUMBERTO SOUTO (PFL — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tendo sido citada a Liderança do Governo pelo Deputado José Genoíno, quero dizer que, com referência à solidariedade que S.

Exª expressa pelos companheiros que não votaram depois das eleições, ou porque não se candidataram, ou porque perderam nas urnas, nosso sentimento é idêntico, de pesar e de dor, pois gostaríamos que todos eles estivessem conosco, continuando a luta na busca dos objetivos maiores do País.

Com referência a Medida Provisória nº 292, de 1991, no que diz respeito ao fato de que o Governo deveria garantir o **quorum** para a votação, devo dizer ao nobre Deputado José Genoíno que o Governo democraticamente se declarou em obstrução a essa matéria, pois entende que não deve votá-la neste momento, na forma em que está posto o projeto de conversão. O Governo lutou por um acordo até o último momento. Por esta razão, entende que é legítimo declarar-se em obstrução. Assim, pede novamente aos seus companheiros que não dêem **quorum** nesta tarde, para que possamos tentar um acordo na nova Legislatura.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 67, DE 1991-CN

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero a V. Exª a adoção do processo de votação nominal para a Medida Provisória nº 292/91, incluídas todas as proposições a ela pertinentes.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 1991 — **Etevaldo Nogueira**.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação o requerimento do nobre Deputado Etevaldo Nogueira, do PFL, na Câmara dos Deputados.

O Sr. Miro Teixeira — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, trata-se do requerimento de votação nominal?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sim, nobre Deputado.

O SR. MIRO TEIXEIRA — Sr. Presidente, o PDT vota a favor.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Então acho que não há dificuldade (Pausa.) Aprovado o requerimento na Câmara dos Deputados.

Não havendo divergência no Senado. (Pausa.) Aprovado.

O Sr. José Fogaça — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB vota a favor.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 68, DE 1991-CN

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais requero preferência para votação da Medida Provisória nº 292/91 sobre o respectivo Projeto de Conversão.

Sala das Sessões, em 31 de janeiro de 1991. — **Etevaldo Nogueira**.

O Sr. Miro Teixeira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tendo em vista a votação do primeiro requerimento, a votação deste requerimento seria nominal?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Já que foi aprovado que todos os requerimentos serão nominais, este, evidentemente também o será.

O SR. MIRO TEIXEIRA — Então o requerimento entrará em votação?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — E será nominal. Se este for simbólico..

O SR. MIRO TEIXEIRA — O da inversão é simbólico? O PDT vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Este ainda não é simbólico, porque todos os requerimentos serão nominais.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro.) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, os requerimentos foram renovados ou são os mesmos de ontem? Faço a pergunta objetivando economia de papel e de máquina.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Nobre Deputado José Genoíno, são do dia 31 e estavam na mesa à disposição dos interessados. Ainda no último dia, V. Exª faz humorismo. Parabéns! Enquanto alguns gritam, V. Exª faz humorismos. Merece nossos aplausos.

O Sr. Paulo Delgado — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. PAULO DELGADO (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há algum interesse real de se votar a matéria ou será submetido o Plenário ao jogo de cena que se está fazendo desde o início da convocação?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro.) — A Mesa cumpre o dever de pedir a votação. Não faz jogo de cena, mas cumpre o

Regimento. Porém, não pode obrigar os Srs. Deputados e os Srs. Senadores a votarem. Pode, sim, convocá-los — e é o que esta fazendo — acionando as campanhas, para que aqueles que se encontram ausentes compareçam ao plenário. É o que podemos informar a V. Exª.

O SR. PAULO DELGADO — Agradeço a V. Exª por não aceitar fazer parte desse teatro absurdo que o Governo vem patrocinando, com o apoio do PMDB e da maioria do Governo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro.) — Peço aos Srs. Deputados que ocupem seus lugares.

O Sr. Miro Teixeira — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, percebo que não há divergência quanto à preferência pela medida provisória. Consequentemente, poderíamos votar a medida provisória em primeiro lugar, sem necessidade desta aferição nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro.) — V. Exª é favorável?

O SR. MIRO TEIXEIRA — Sou favorável à inversão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Acabamos de aprovar uma votação..

O Sr. Humberto Souto — A votação tem de ser nominal, Sr. Presidente.

O Sr. Miro Teixeira — Já está aprovado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa quer esclarecer a V. Exª que, se aprovada pela Casa a medida provisória, não haverá oportunidade de se examinar o projeto de conversão. Qualquer que seja o resultado, sendo a medida aprovada ou rejeitada.

O Sr. Miro Teixeira — De qualquer maneira, Sr. Presidente, o requerimento aprovado criou um fato incontornável. Eu queria apenas tornar mais explícita a obstrução do produto do Governo a medida provisória.

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, o requerimento de votação nominal é para todos votarem. Não vale o voto de liderança.

O Sr. Roberto Freire — Permita-me, Sr. Presidente. Eu gostaria apenas de mostrar um pouco do absurdo que está acontecendo: o Governo tem uma bancada, uma liderança e quer aprovar a medida provisória, mas, votada a preferência, a bancada governista irá obstruir. Vejam a que ponto chegou a minoria governista. Precisa aprovar a matéria mandada pelo Governo, que o nobre Deputado Humberto Souto aqui representa, mas vai votar contra, para obstruir.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa não pode interpretar o pensamento dos deputados, nem das bancadas, por isso pede aos Srs. Deputados, tendo sido

aprovado o requerimento por unanimidade, para fazer votação nominal. A Mesa, repito, vai fazer votação nominal.

O Sr. Miro Teixeira — Consulto a Mesa se há destaques para a medida provisória

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Há vários destaques.

O Sr. Miro Teixeira — Quero insistir em que, aprovado à unanimidade o requerimento de inversão, os destaques não estarão prejudicados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Esse é um debate que se dará oportunamente. Vamos votar agora o requerimento de inversão. A votação pela decisão anterior é nominal.

Peço aos Srs Deputados que ocupem seus lugares.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente trata-se apenas de uma questão de economia processual. Não tem sentido votar-se nominalmente um requerimento que foi aprovado por unanimidade. É um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os autores do requerimento não concordam.

O SR. ROBERTO FREIRE — É um absurdo se fazer isso. Ninguém está contra.

O Sr. Miro Teixeira — O autor do requerimento é contra?

O SR. ROBERTO FREIRE — É contra o requerimento dele? Ele não pediu a inversão?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Plenário tomou uma deliberação, certa ou errada, vamos cumpri-la.

O SR. ROBERTO FREIRE — Sr. Presidente, sabe V. Exª o que vai acontecer? Aquele que pediu a inversão vai votar a favor do requerimento. Se todos estão a favor, por que isto? Que encenação é esta? O Governo deve assumir concretamente que está obstruindo a votação da medida provisória, até porque esta Casa foi convocada para votar o mérito e o conteúdo, e não preliminares.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O apelo de V. Exª não encontra ressonância na outra parte.

O Sr. Miro Teixeira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a outra parte tem de entender que o requerimento aprovado não envolve a votação de outros requerimentos, mas a votação das matérias. Estas serão votadas nominalmente; os outros requerimentos, não

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Onde está o requerimento? Eu vou ler para V. Exª

O Sr. Luiz Eduardo — Sr. Presidente, trata-se de matéria decidida.

O SR. MIRO TEIXEIRA — Não é.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Lerei o requerimento para verificar se V. Exª tem ou não razão.

“Nos termos regimentais, requeiro a V. Exª a adoção do processo de votação nominal na Medida Provisória nº 291, incluídas todas as proposições a ela pertinentes.”

O SR. MIRO TEIXEIRA — A ela pertinentes. Mas, por enquanto, discute-se uma inversão da pauta, e não uma proposição pertinente à matéria

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, não há dúvida com referência a isso.

O SR. MIRO TEIXEIRA — Não envolve outro requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Estou pedindo que V. Exª ouça o Regimento que define o que são proposições.

O SR. MIRO TEIXEIRA — Sabemos o que são proposições, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª sabe, mas o meu dever é ler. Diz o art. 211 do Regimento do Senado:

Consistem as proposições em:

- I — Propostas de emenda à Constituição;
- II — projetos;
- III — requerimentos;
- IV — indicações;
- V — pareceres;
- VI — emendas.”

O SR. MIRO TEIXEIRA — Não é em relação ao processo, Sr. Presidente. O que estamos discutindo, no momento, é processo e o requerimento aprovado diz respeito a proposição que envolve, necessariamente, o mérito das matérias ou algum fato a elas correlato, e não ao processo de votação. O que está discutindo neste requerimento é a inversão da pauta. A matéria, em si, ainda não entrou em exame, no plenário. Então, o que agora se discute é processo.

Não queremos obstruir. O Congresso Nacional foi convocado para examinar matéria relevante e urgente. Reconhecemos a urgência da matéria e queremos votá-la, e não obstruir a votação. Estamos abrindo mão de votar em primeiro lugar o projeto de lei de conversão e permitindo a votação da medida provisória. Assumimos o risco de ver rejeitado, em qualquer hipótese, o projeto de lei de conversão, mas queremos cumprir a tarefa para a qual fomos convocados: votar a matéria e ganhar ou perder. Isso é democrático. Mas queremos votar a matéria.

O requerimento aprovado anteriormente não ampara a hipótese suscitada pelo Líder do Governo. Concordamos com a inversão.

O Sr. Luis Eduardo — Sr. Presidente, V. Exª leu o art. 211, que mostra que requeri-

mento é uma proposição. Portanto, queremos a votação nominal, conforme há pouco aprovado por este plenário.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Regimento Comum diz que a apreciação das matérias será feita em um só turno de discussão e votação, salvo quando se tratar de proposta de emenda, referindo-se, em seguida, à discussão da proposição principal, das emendas e subemendas.

Há uma diferença entre proposições e requerimento, tanto que não há encaminhamento de requerimento, não há discussão de requerimento e não há processo regimental para apreciar requerimento. Já no caso de proposição, há encaminhamento e discussão. O tratamento é diferente.

Conforme diz o Regimento, o requerimento é recebido pela Mesa e votado. O requerimento de votação nominal aprovado: “para votação nominal da medida provisória e de todas as proposições a ela pertinentes.” É apenas um incidente processual, como bem lembrado pelo nobre Deputado Miro Teixeira.

O que V. Exª deve colocar em votação nominal são as proposições referentes à matéria — isto é, destaques, emendas, destaques supressivos e emendas supressivas. Esses requerimentos de destaques serão votados nominalmente, porque incidem sobre o mérito da proposição. Esses têm de ser votados nominalmente, pelo que foi aprovado, porque incidem sobre o mérito, mas não o requerimento que apenas propõe a inversão da pauta. Neste caso, temos de adotar o voto simbólico. Vamos aprovar o requerimento por voto simbólico e em seguida votar a medida provisória, porque não há divergência. É isso o que diz o regimento.

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Humberto Souto.

O SR. HUMBERTO SOUTO (PFL — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Deputado José Genoíno está fazendo uma encenação desnecessária, pois o requerimento é absolutamente claro.

O SR. FERNANDO SANTANA — Sr. Presidente, V. Exª está mais do que esclarecido. Estamos aqui num verdadeiro jogo de pingue-pongue. V. Exª já poderia ter decidido há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Peço ao nobre Deputado Fernando Santana a gentileza de ouvir, pois todos os que se quiseram opor já o fizeram.

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, está absolutamente claro no requerimento,

que foi feito para isso. Já que, com relação ao ontem apresentado, foi argumentado não haver alusão à matéria, o requerimento de hoje foi feito a capricho, sendo nele colocadas as proposições referentes à matéria em votação. Ora, quando está dito proposições referentes à matéria, não se pode pretender que, quando requeiro um pedido de preferência para votar a inversão de pauta, não seja isso pertinente à matéria em votação.

O requerimento foi feito para englobar todas as matérias, todos os requerimentos, todas as proposições referentes à Medida Provisória n.º 292. Como o requerimento se refere a uma inversão de pauta, a uma preferência para votar essa medida provisória, consequentemente ela está envolvida. Estando disciplinado pelo Regimento que requerimento é uma proposição, não há o que discutir. Estamos perdendo tempo. Peço a V. Ex.ª que proceda à votação nominal, conforme a aprovação anteriormente feita.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa vai decidir a questão.

O Sr. Humberto Lucena — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa concede a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena. Depois, decidirá a questão anteriormente formulada.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, já que o painel não está funcionando, quero registrar minha presença.

O Sr. Jesus Tajra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. JESUS TAJRA (PFL — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desejo registrar a minha presença.

O Sr. Maluly Neto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. MALULY NETO (PFL — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero registrar a minha presença.

O Sr. Mário Lima — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. MÁRIO LIMA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero registrar a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A presença será registrada na votação, pois é mais fácil.

O Sr. José Luiz Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra V. Ex.ª.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero registrar a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa vai decidir. O interesse da Mesa é

o de que a votação se processe. Este, o dever da Mesa: decidir de acordo com a preocupação que a todos anima, que é a de votar. Sendo assim, e como o requerimento em nada prejudica a ação dos que dele por acaso queiram divergir, porque, se derrotados na votação simbólica podem pedir verificação e esta não interfere na votação nominal das matérias seguintes. De modo que a Mesa faz um apelo aos autores do requerimento no sentido de que aceitem a sugestão feita pelos próprios adversários dessa idéia, para que a votação seja nominal. Caso a matéria seja rejeitada, V. Ex.ª poderão pedir verificação de **quorum**. Como todas as matérias serão votadas nominalmente, apenas estaremos adiantando o curso do processo.

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. HUMBERTO SOUTO (PFL — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança tem uma estratégia, da qual faz parte o requerimento de votação nominal de todas as proposições atinentes à medida provisória. Por este motivo, a Liderança do Governo, não aceitando a sugestão de V. Ex.ª, pede que se processe a votação nominal do requerimento de inversão da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa fez um apelo e agora vai tomar uma decisão. Realmente, requerimentos são proposições. Mas este requerimento não é uma proposição que diga respeito, necessariamente, ao mérito da matéria, não sendo a ela pertinente. Por isso, acolhendo as questões de ordem levantadas, submete o requerimento à votação, pelo voto simbólico, e pede a manifestação do Plenário.

Os Srs. Congressistas que estão de acordo com a aprovação do requerimento conservem-se como estão. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

O Sr. Luiz Eduardo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. LUIZ EDUARDO (PFL — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, requeiro verificação de **quorum**.

O Sr. Miro Teixeira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Ex.ª a palavra, pela ordem.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ele é um dos autores do requerimento. Não pode pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Isso não está no Regimento.

O SR. MIRO TEIXEIRA — Ele não votou contra, Sr. Presidente, votou a favor. Como ele pode pedir votação nominal contra o próprio voto?

O SR. PRESIDENTE — O autor do requerimento se chama Etevaldo Nogueira.

O SR. MIRO TEIXEIRA — A Liderança do Governo está inconformada com a vitória? Então, ela tem de chegar aqui e votar contra o Governo, para pedir verificação.

O Sr. José Costa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. JOSÉ COSTA (PSDB — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, se o partido requerer, encampar e aprovar o requerimento, terá satisfeita a sua pretensão. Tendo sido atendido sem pleito, ele não tem legítimo interesse em requerer verificação. É um princípio processualístico elementar, e V. Ex.ª é um eminente advogado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A lei está aqui:

“Proclamado o resultado da votação de cada Casa, poderá ser feita a verificação a requerimento de líder, de cinco senadores ou de vinte deputados.”

Foi requerida verificação de votação. A Mesa não pode transigir, pois o requerimento é regimental. Não há qualquer disposição sobre voto contra ou a favor.

O SR. MIRO TEIXEIRA — Sr. Presidente, V. Ex.ª está atendendo a requerimento de líder de que partido?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Do Líder do PFL.

O Sr. Miro Teixeira — O PFL votou contra, Sr. Presidente.

O Sr. Luiz Eduardo — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Ex.ª a palavra, pela ordem.

O SR. LUIZ EDUARDO (PFL — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Deputado Etevaldo Nogueira solicitou votação nominal porque fazia parte da estratégia da Liderança que todas as votações sobre essa matéria fossem nominais. V. Ex.ª achou por bem que a votação fosse pelo processo simbólico. Discordando da decisão de V. Ex.ª, solicitamos a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Será feita a verificação. Não há o que discutir.

O Sr. Miro Teixeira — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Já ouvi V. Ex.ª, mas lhe concedo a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não se pode chegar a esse ponto. O Líder do Governo declarou aqui que era uma questão estratégica da própria Liderança. Esta Casa não pode ser comandada pela estratégia da Liderança do Governo ou de qualquer partido. Aprovamos o requerimento. V. Ex.ª vai agir arbitrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa inicialmente decidiu a favor de V. Ex.ª. Agora deve cumprir o Regimento.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exa a palavra, pela ordem

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, estamos presenciando algumas jogadas para evitar a votação do mérito. A Mesa deve admitir que a estratégia do Governo equivocou-se e foi derrotada. É um absurdo a Casa aprovar, por unanimidade, um requerimento do Governo de inversão da pauta, e o próprio Líder pedir verificação de votação. Como perdeu na sua estratégia, não pode a bancada governista submeter a Mesa a uma estratégia derrotada. O Líder do Governo queria votar nominalmente, e não pôde, porque conseguimos, numa contrajogada, derrotar essa estratégia. E V. Exa não pode submeter-se à estratégia dele nem à nossa, tem de decidir. Não há o que votar nominalmente. O requerimento foi aprovado por unanimidade; não houve qualquer voto contra.

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exa não precisa contraditar, porque a Mesa já decidiu.

Peço aos Srs. Deputados que ocupem seus lugares.

O Sr. José Costa — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Carneiro) — Tem V. Exa a palavra

O SR. JOSÉ COSTA (PSDB — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Exa está dando interpretação gramatical ao texto regimental. Não é legítimo o interesse do partido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não há mais questão de ordem, nobre Deputado José Costa. A Mesa já decidiu à questão de ordem. O Regimento não exclui a possibilidade de verificar o número. É um direito daquele que apóia querer saber quem votou a favor ou contra. Quem apóia tem este direito.

Os Srs. Deputados que se encontram no plenário queiram registrar seus votos.

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exa a palavra.

O SR. HUMBERTO SOUTO (PFL — MG Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o Governo insiste em dizer que continua em obstrução à matéria. Solicito aos Srs. Congressistas que não dêem número na votação do requerimento, para que possamos derrubar a sessão nesta oportunidade. É uma estratégia regimental, legítima, um direito parlamentar de qualquer partido declarar-se em obstrução. Por esta razão, pedimos aos nossos companheiros que não dêem **quorum** nesta votação, para que a sessão se encerre.

O Sr. José Costa — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Costa

O SR. JOSÉ COSTA (PSDB — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, meu pronunciamento é feito para orientar minha bancada. O PSDB recomenda aos seus membros que votem “sim”. O PSDB não concorda com a obstrução que o Governo está fazendo à sua própria proposição.

O Sr. Gastone Righi — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gastone Righi

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PTB recomenda aos membros de sua bancada que votem “sim”

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, mesmo integrando uma bancada pequena, quero que conste nos Anais qual é o nosso posicionamento com respeito a esta questão. Estamos votando a favor da inversão, para conferir à Liderança do Governo o direito de se afirmar perante o Governo votando “sim” à medida do Governo. Votaremos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra o nobre Deputado José Genoíno, para encaminhar.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não quero contradizer V. Exa. Quero orientar os membros da minha bancada e registrar a posição do meu partido nesta questão, lendo um artigo do Regimento da Câmara

Art. 185 “Pelo processo simbólico”.

§ 1º “Havendo votação divergente, o Presidente consultará o Plenário se há dúvida quanto ao resultado proclamado, assegurando a oportunidade de formular-se pedido de verificação de votação”.

Repto: a votação será feita pelo processo simbólico, havendo votação divergente. Não houve votação divergente. O art. 185 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados está sendo enterrado neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Neste caso, o artigo citado por V. Exa não se aplica ao caso, por não se tratar de omissão

O Regimento Comum é que prevalece. Acabei de lê-lo. Se há alguma omissão, poderá ser invocado o Regimento.

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exa a palavra

O SR. HUMBERTO SOUTO (PFL — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do Governo foi citada. Por isso pedi a palavra. Foi dito que a Liderança do Governo precisa firmar-se para votar a favor da medida. Não precisamos de conselho de parlamentar algum para nos dizer como devemos proceder. Temos consciência de que não estamos votando medida provisória e, sim, pedido de inversão.

Por esta razão, a Liderança do Governo solicita aos seus companheiros que não dêem presença a esta sessão

O Sr. Tidei de Lima — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um encaminhamento

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exa a palavra.

O SR. TIDEI DE LIMA (PMDB — SP. Sem revisão do orador) — O PMDB orienta a sua bancada a votar “sim”.

O Sr. José Carlos Sabóia — Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a nossa bancada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exa a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS SABÓIA (PSB — MA. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o PSB, contra a tentativa de obstrução da Liderança do Governo e dos partidos que o apóiam, votará “sim”, uma vez que o Governo convocou o Congresso Nacional extraordinariamente para votar a política salarial.

O Sr. Edmilson Valentim — Sr. Presidente, peço a palavra para um encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exa a palavra.

O SR. EDMILSON VALENTIM (PC do B — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B votará “sim”.

O Sr. Luiz Eduardo — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exa a palavra

O SR. LUIZ EDUARDO (PFL — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do Partido da Frente Liberal solicita à sua bancada que se retire do plenário, porque estamos em processo de obstrução.

O Sr. Basílio Villani — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exa a palavra.

O SR. BASÍLIO VILLANI (PRN — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PRN solicita à sua bancada

que se retire do plenário, porque estamos em processo de obstrução

O Sr. Miro Teixeira — Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a minha bancada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Bancada do PDT votará a favor da inversão. Não desejamos que a decisão do Supremo Tribunal Federal perca a eficácia. É preciso ficar bem claro para a opinião pública que a Liderança do Governo está obstruindo a votação da medida provisória de autoria do próprio Governo — que motivou a convocação extraordinária do Congresso — para que, assim, perca eficácia a decisão liminarmente proferida por um Ministro do Supremo Tribunal Federal. Esta seria a maneira de se reporem as perdas salariais. Neste momento, Liderança do Governo e os partidos que o seguem estão votando contra a reposição das perdas salariais. O PDT vota pela reposição dessas perdas. Vota “sim”.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Bancada do Partido dos Trabalhadores vai votar “sim”, entendendo que a posição da Bancada do Governo é impedir que haja votação pela queda de **quorum** para que, dessa maneira, não se possa apreciar a Medida Provisória nº 292 encaminhada pelo Governo. Queremos votar essa medida provisória porque queremos aprovar o projeto de conversão que trata do abono por ela concedido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação. A Mesa solicita aos Srs. Congressistas que indiquem seus códigos para que se proceda a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram acionar simultaneamente o botão preto do painel e a chave sob a bancada até que as luzes do posto se apaguem.

Os Srs. Deputados que não registraram seus votos queiram fazê-lo nos postos avulsos.

Procede-se a votação.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria que V. Exª mandasse consignar minha presença e a do Senador Afonso Sancho nesta sessão, dois representantes cearenses.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os Srs. Senadores que por acaso não votarem terão seus nomes consignados porque constam da lista da portaria.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Mas só votaremos se houver número na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Se houver número na Câmara, haverá votação; se não houver, todos os Srs. Senadores que entraram no prédio terão sua presença assegurada.

O Sr. Miro Teixeira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, talvez esta seja a última sessão do Congresso Nacional neste período de convocação extraordinária. Ao longo dos dois anos em que V. Exª presidiu o Congresso Nacional, divergimos algumas vezes e concordamos inúmeras outras. Neste momento, quero consignar, em nome da bancada do PDT, os nossos cumprimentos a V. Exª, reafirmando que nossas divergências democráticas sempre tiveram como objetivo construir o melhor para o nosso País. Reconhecemos que V. Exª também esteve movido pelas mesmas razões.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa agradece a V. Exª suas palavras, que sabe sinceras. O Sr. Deputado me conhece há muitos anos e sabe que sou um homem que procura acertar. Se erro, muitas vezes é porque, repito, procuro acertar. Mas nunca deixamos de submeter minhas decisões a um crivo e a um julgamento maior. Espero ter o prazer de continuar — Não mais no exercício da Presidência e V. Exª no plenário — com aquela velha flama de sempre, lutando pelas causas democráticas.

O Sr. José Carlos Coutinho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO — Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Deputado Miro Teixeira, extensivas a toda a Mesa. Agradecemos ao nosso nobre Senador Iram Saraiva, que durante tantas e tantas vezes também comandou com maestria as sessões do Congresso Nacional. Agradeço também aos funcionários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal pelos nossos dias tão maravilhosos e pelos conhecimentos que adquirimos aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Srª e Srs. Congressistas, antes de declarar “Encerrada esta sessão”, a Mesa que se despede quer manifestar a sua gratidão a todos os Srs. Parlamentares, sem distinção de partido ou de convicção.

Procuramos, com as imperfeições que caracterizam todas as pessoas humanas, falíveis como todos somos, servir da melhor maneira ao País. Se falhamos, submetemos nossos er-

ros à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e até ao plenário

Neste momento, sem distinguir entre os que se despedem, esta Mesa quer dizer a todos que aqui deram a sua valiosa contribuição com sua presença, seu voto e sua opinião, que, muito em breve, aqui retornarão, trazidos pela justiça da vontade popular. Não digo um adeus aos que partem, mas apenas um até logo, porque aqui os teremos muito em breve em nossa companhia. Quanto aos que ficam, continuaremos juntos nesta jornada, a serviço das causas que acreditamos mais justas e sempre voltadas para o interesse nacional.

Em nome da Mesa que se despede, aqui ficam minhas palavras de gratidão a todos os Srs. Deputados e Senadores. Nossas divergências pessoais terminam aqui. Nossas divergências políticas, porém continuarão, porque todos nós pertencemos a diversos partidos e temos ideologias, programas e idéias diferentes. Daqui não levarei nenhum ressentimento. Serei absolutamente feliz se não tiver deixado mágoa alguma no coração dos integrantes desta Casa. (Palmas.)

A Mesa renova o apelo do Presidente da Câmara no sentido do comparecimento dos Srs. Deputados à sessão que se realizará na Câmara dos Deputados às 18 horas e 30 minutos de hoje.

O Sr. Paulo Delgado — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. PAULO DELGADO (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é uma satisfação ouvir as palavras de V. Exª, pois representam o sentimento daqueles parlamentares brasileiros que de alguma maneira têm procurado contribuir para que a política deste País seja respeitada e, principalmente, para que haja uma saída política para o Brasil.

No entanto, não é possível suportar a idéia de que a última sessão desta legislatura, a legislatura dos constituintes, a legislatura daqueles que se reuniram aqui sob a esperança de milhares de brasileiros, termine desta forma. Ainda que por manobras regimentais legítimas, previstas no Regimento do Congresso Nacional, pudemos responder à ansiedade e à expectativa do povo brasileiro em relação a uma nova forma de conduzir a política econômica e salarial do País.

Os partidos no Brasil não conseguiram reunir em seus quadros e no Congresso Nacional políticos que resumissem o sentimento do povo em relação à necessidade de mudanças que temos pela frente e às urgências que o País está a requerer de cada um de nós.

O novo Congresso que toma posse amanhã é de formação grotesca. Se analisarmos o número de votos nulos, brancos, as abstenções e os votos dados a deputados e senadores que não se elegeram, chegaremos à quase 70% da composição do novo Congresso Na-

cional. Embora haja um discurso da opinião pública e dos meios de comunicação no sentido de que a renovação é muito grande, quase 70% dos parlamentares que retornam aqui já estiveram. A renovação é menor do que a propagada. Não vejo saída alguma fora da política. Não há saída no sistema democrático fora da política democrática. Não há saída se não lutarmos pelo respeito às divergências e às posições políticas alternativas do Brasil. Mais do que respeitar as divergências, porém, é preciso querê-las no sistema democrático.

Esta última sessão revela que o Congresso Nacional, durante muito tempo, em várias oportunidades, recusou a polarização da divergência, recusou enfrentar a própria política do Governo, representada aqui, no Governo Collor de Mello, por um contrarrâneo mineiro, Deputado Humberto Souto. No entanto, nesta convocação extraordinária S. Exª e outros líderes do Governo levaram o Congresso Nacional a um beco sem saída com o apoio do PMDB, maior partido desta Casa, pois este, se quisesse conseguiria certamente promover a votação da política salarial. A política que alijou o Deputado Ulysses Guimarães da disputa do PMDB, sob o argumento de que S. Exª representava aquilo que havia de antigo, apresenta situações semelhantes às utilizadas para atacar o Deputado Ulysses Guimarães e pode estar combinando a intransigência do PMDB, que não quer a votação da política salarial também, e a do Governo, que deseja a reedição da medida provisória.

Todos sabemos disso, Sr. Presidente. O **quorum** de hoje revela isso muito bem. Os parlamentares estão em Brasília e têm condições de votar. A obstrução é um recurso regimental de todos os partidos políticos. Não votando, porém, deixaremos a população brasileira sem uma resposta institucional e política para suas necessidades mais emergenciais e imediatas.

Estaremos aqui, amanhã, às 15 horas, com sentimento de despedida e reinício. O Governo Collor, legitimamente eleito pelos brasileiros e, portanto, com competência, poder, capacidade política e, mais do que isso, legitimidade das urnas para conduzir sua política, não deve reproduzir no novo Congresso que se instalará amanhã à tarde o que vimos de maneira concentrada nessas sessões de convocação extraordinária, de certa maneira uma síntese do ocorrido em várias outras ocasiões.

Manobra de obstrução sempre foi, nos parlamentos do mundo, uma manobra de minoria. No parlamento brasileiro, qual uma peça de teatro do absurdo, é uma manobra da maioria. Isso é incompreensível para o homem comum, para o meu eleitor de Minas Gerais — sou o quinto deputado do meu estado — e para os eleitores do Deputado Humberto Souto — o quarto em seu estado. Não é possível o povo compreender manobras regimentais. Nas condições brasileiras, não é obrigado a aceitá-las.

Isso é o que sinto, ao despedir-me desta legislatura e iniciar outra amanhã.

Sr. Presidente, cumprimento V. Exª, apesar de todas as nossas divergências — tivemos várias — pela maneira como defendeu nossos pontos de vista e por sua interpretação regimental na condução do processo democrático, embora divirja de V. Exª em algumas situações. Num país como o Brasil, como já disse e repito, mais do que tolerar divergências é preciso querê-las. Somente assim instaremos a democracia.

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. HUMBERTO SOUTO (PFL — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, como a sessão se estenderá para as despedidas dos Srs. Deputados e Senadores — eu mesmo pretendo usar a palavra para isso — sugiro a V. Exª encerrar a votação, após o que cada um de nós usará a palavra para se pronunciar e até mesmo responder às agressões recebidas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa proclamará o encerramento da votação, mas espera que V. Exª não provoque debate. Cada um neste momento deve dizer o que pensa e os outros parlamentares devem respeitar a opinião alheia. O nobre Deputado Paulo Delgado expressou seu ponto de vista e o de seu partido. Não podemos interferir, pois cada partido tem sua posição ideológica e política. Espero que V. Exª não queira fazer outro debate.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Está encerrada a votação.

Não houve **quorum**. Fica adiada a votação da matéria.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, havia pedido a palavra a V. Exª, mas cedi minha vez à liderança do Governo para que esta pedisse o encerramento da votação.

Sr. Presidente, em nome dos companheiros do Senado Federal, gostaria de solicitar a V. Exª que encerre o seu trabalho com absoluta tranquilidade. Na verdade, durante os dois anos em que presidiu o Senado Federal e o Congresso Nacional, V. Exª se houve, acima de tudo, com espírito claramente democrático, aliás, apenas dando continuidade à sua longa vida política, ao longo exercício de suas lutas e diretrizes. V. Exª pertence ao nosso partido, o PMDB. Sentimo-nos absolutamente orgulhosos quando vemos encerrar a sua gestão de modo tão correto e honrado, sempre empenhado em manter a grandeza desta instituição.

O mandato de V. Exª há de continuar por mais quatro anos, não encerrando convívio tão importante para todos nós, desejo deixar renovado o respeito e a consideração de todos os companheiros do Senado Federal diante de sua figura ímpolita e honrada, traçando muito bem os destinos desta Casa nos dois anos em que a presidiu.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. Mário Lima — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. MÁRIO LIMA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Deputado Paulo Delgado, do PT, que me antecedeu, teceu algumas considerações políticas, ao mesmo tempo em que culpou o PMDB por não propiciar número para as votações. Ora, a obstrução faz parte da atividade parlamentar. O nosso partido tem apenas cem parlamentares. O que me causa surpresa é que o deputado do PT costuma dizer que tudo de bom que se escreveu na Constituição, durante a Assembleia Nacional Constituinte, foi graças ao seu partido, que tem apenas dezessete Srs. Deputados. Agora, quando não há **quorum**, também deveria ser graças ao PT. A tranquilidade é necessária. Obstrução faz parte da regra do jogo. O meu partido esteve aqui presente. Eu compareci e votei em todas as sessões, seja no plenário ou na comissão. Por isso, não aceito a acusação de que não há votação por causa do meu partido, o PMDB. Isso não corresponde à verdade política, muito menos à verdade matemática. Não houve número porque não houve **quorum**. Não podemos individualizar este ou aquele partido. Ninguém pode responsabilizar o PMDB por não haver **quorum**. Sou do PMDB e, no momento, estou presente. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Fábio Feldmann — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. FÁBIO FELDMANN (PSDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu me havia ausentado do plenário, uma vez que estava havendo votação para a liderança do PSDB — por isso me atrasei. Queria registrar o meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª será atendido.

O Sr. Mário Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, registro também minha presença nesta oportunidade. Sendo hoje a última sessão desta legislatura — e não tendo tido o momento oportuno

para nos despedirmos no plenário do Senado Federal, queremos deixar aqui as nossas despedidas a todos os companheiros, senadores e deputados de todos os estados, fazendo votos de que a próxima legislatura seja profícua e traga grandes benefícios para o nosso Brasil neste momento conturbado em que o mundo se encontra.

Sr. Presidente do Congresso Nacional, V. Exª também, nesta oportunidade, está deixando esse honroso cargo. Queremos deixar registrada nos Anais do Congresso Nacional

a admiração, o respeito e o carinho que todos temos por V. Exª que na presidência do Congresso dignificou, como não poderia deixar de ser, as duas Casas. Nós, parlamentares, sentimo-nos muito honrados com seu trabalho. Leve V. Exª a auréola da admiração de todos os parlamentares e a minha admiração pessoal neste momento em que me despeço do Congresso Nacional ao término do meu mandato.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Srs. Deputados e Srs. Senadores, este Congresso votou a Constituição. Se nada tivesse feito, teria devolvido ao País o estado de direito. Todas as críticas morrem diante dessa realidade. O Congresso Nacional que se despede neste momento, nesta legislatura, restaurou a democracia no País, recuperou a ordem constitucional e o respeito dos cidadãos. Por isso mesmo, há de ficar na gratidão desta e das gerações que vierem depois de nós.

Está encerrada a sessão.